

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MARLI DE FREITAS MENDES

**O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

PONTA GROSSA

2020

MARLI DE FREITAS MENDES

O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Dr^a Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Co-orientador: Dr^o Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2020

Mendes, Marli de Freitas
M537 O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa. / Marli de Freitas Mendes. Ponta Grossa, 2020.
137 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz.
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Política pública. 2. Comunidade quilombola. 3. Território. I. Estrufika Cantoia Luiz, Danuta. II. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. IV.T.

CDD: 326.981

TERMO DE APROVAÇÃO

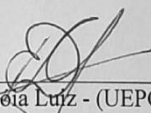
MARLI DE FREITAS MEDES

**O acesso às políticas públicas pelas comunidades Quilombolas,
Colônia Sutil e Santa Cruz, do município de Ponta Grossa.**

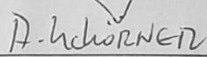
**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta
Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Ponta Grossa, 03 de março de 2020.

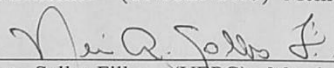
Assinatura pelos Membros da Banca:



Dr^a. Danuta Estrufika Cantôia Luiz - (UEPG) - Presidente



Dr. Ancelmo Schörner - (UNICENTRO)- Membro Externo



Dr. Nei Alberto Salles Filho - (UEPG) - Membro Interno

Dr. Emerson Luiz Velozo - (UNICENTRO) - Suplente Externo

Dr^a. Sandra Maria Scheffer - (UEPG) - Suplente Interno

Dedico as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, do município de Ponta Grossa.

AGRADECIMENTOS

À Jesus Cristo.

Ao meu amado marido Thiago, meu porto seguro, minha fonte de paz nos momentos difíceis. Esteve comigo desde as simbólicas inquietações para entrar na pós-graduação, incentivou-me e ainda permanece. O seu olhar transmite-me segurança para seguir nessa caminhada, que foi minha escolha, e que gentilmente você abraçou como sua. Obrigada por tornar todos os meus sonhos possíveis. Meu eterno e mais puro amor e companheirismo! Amo você meu amado.

Ao meu irmão Fábio, minha inspiração para luta e resistência. Sua bandeira sempre acompanhará minha caminhada. Todo meu amor a você.

À minha psicóloga Cirlene Felde. Através de você me ressignifico todos os dias, me encontro e reencontro diariamente, me busco dentro de mim. De um período e de uma caminhada cinza, você me fez encontrar o arco íris novamente. Gratidão!

À Professora Dr^a Danuta, reencontro encantador. Me recebeu com seu coração aberto. Ser humano que acolhe. Ensinou-me com paciência e com carinho como se estivesse orientando uma filha. Inspira – me a dedicar-me de maneira leve a buscar e a produzir conhecimento. A realização desse trabalho não seria possível sem o seu companheirismo tão agradável.

A minha irmã Silvia, o exemplo que sigo para a caminhada acadêmica. Sempre com seu coração aberto para me receber. O mais puro e singelo amor a você.

A querida mestre Thais Cristina dos Santos que desde o primeiro contato abraçou a minha causa, e o meu projeto. Agradeço imensamente pelo seu companheirismo desde a elaboração deste projeto, e por ser um exemplo a ser seguido de determinação e de superação.

Aos meus pais, por me proporcionarem ter chegado até aqui. A história de vida de vocês o maior legado que levo em minha caminhada pessoal, profissional e social. Amo vocês.

À minha amiga Karoline Dutra Szul, o maior presente que recebi durante aulas, trabalhos, dúvidas, crises. Companheira querida que sempre esteve pronta a tirar

dúvidas, auxiliar no que fosse preciso. Você faz parte desta conquista e da construção desse trabalho.

À minha amiga Tatiane Perucelli, no processo nos descobrimos amigas. Amizade que levarei e estará comigo para sempre. Obrigada por todo apoio e companheirismo durante esse processo.

Aos professores membros da banca, Drº Ancelmo e Drº Nei, por colaborarem para a construção e o processo de reflexão deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

As comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, que abriram suas portas gentilmente para receber a problematização desta pesquisa. Que este trabalho seja uma referência utilizada pelo município de Ponta Grossa para atender as demandas destas comunidades.

MENDES, Marli de Freitas. **O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Ponta Grossa, 2020.

RESUMO

Para elaboração da presente dissertação tem-se como objeto a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas da rede municipal, na perspectiva das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz. Os objetivos traçados para a realização da pesquisa foram, geral: analisar a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas municipais; específicos: caracterizar social/economicamente as comunidades quilombolas, através de perfil socioeconômico; compreender as demandas sociais apresentadas pelas comunidades quilombolas para as políticas públicas; verificar como os quilombolas e os representantes dos serviços públicos avaliam a interface entre as políticas públicas; mapear a rede de serviços públicos as quais os quilombolas do têm acesso. Para o alcance dos objetivos propostos, a metodologia de natureza qualitativa, utilizou-se dos seguintes instrumentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, formulário, entrevista, observação e registro em diário de campo. Através da pesquisa de campo contabilizou-se na Colônia Sutil, 20 famílias, sendo aplicados 9 (nove) formulários, ainda foram entrevistados o presidente da associação de moradores e a moradora mais velha da comunidade. Na comunidade Santa Cruz, foram contabilizadas 10 (dez) famílias, sendo aplicados 3 (três) formulários, e entrevistado o representante quilombo do local. A partir da revisão bibliográfica sobre as categorias que cercam o presente estudo, realizou-se a pesquisa de campo. Contextualizando o município de Ponta Grossa, e analisando os dados através de análise de conteúdo, foi possível, traçar o perfil socioeconômico das comunidades quilombolas, analisar as categorias território e comunidade, e como se configura o acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas pesquisadas. O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa demonstrou-se fragilizado. Os sujeitos de pesquisa não possuem acesso aos serviços públicos de forma continuada, tendo em vista onde estes estão localizados, e a falta de acesso aos meios de transporte.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidade quilombola, política pública, território

MENDES, Marli de Freitas. **Access to public policies by Quilombola communities in the municipality of Ponta Grossa**. Dissertation. Postgraduate Program in Applied Social Sciences. State University of Ponta Grossa – Paraná. Ponta Grossa, 2020.

ABSTRACT

The object of this dissertation is to configure the quilombola territories in the municipality of Ponta Grossa and its interface with the public policies of the municipal network, from the perspective of the quilombola communities Colônia Sutil and Santa Cruz. The objectives outlined for carrying out the research were, in general: to analyze the configuration of quilombola territories in the municipality of Ponta Grossa and its interface with municipal public policies; specific: characterize socially / economically quilombola communities, through socioeconomic profile; understand the social demands presented by quilombola communities for public policies; to verify how quilombolas and representatives of public services evaluate the interface between public policies; map the network of public services to which quilombolas do have access. To achieve the proposed objectives, the methodology of a qualitative nature, used the following methodological instruments: bibliographic research, form, interview, observation and record in a field diary. Through field research, 20 families were counted in Colônia Sutil, with 9 (nine) forms being applied, the president of the residents' association and the oldest resident of the community were also interviewed. In the Santa Cruz Community, 10 (ten) families were counted, 3 (three) forms were applied, and the local quilombo representative was interviewed. From the literature review on the categories surrounding the present study, field research was carried out. Contextualizing municipality of Ponta Grossa, and analyzing the data through content analysis, it was possible to trace the socioeconomic profile of quilombola communities, analyze the categories of territory and community, and how access to public policies is configured by the quilombola communities surveyed. The dissertation consisted of two chapters. Access to public policies by the quilombola communities in the municipality of Ponta Grossa proved to be weakened. The research subjects do not have access on a continuous basis, in view of where they are located, and the access to mean of transport.

KEY WORDS: Quilombola Community – Public Policy - Territory

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Localização das comunidades quilombolas no mapa do município de Ponta Grossa	70
FIGURA 02_– Mapa do município de Ponta Grossa: famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.....	85
FIGURA 03 – Mapa do município de Ponta Grossa: famílias cadastradas no CADÚNICO.....	86
FIGURA 04 – Similitude Colônia Sutil	88
FIGURA 05 – Similitude Santa Cruz	100
FIGURA 06 – Localização dos equipamentos de políticas públicas	101
FIGURA 07 – Mapa do município de Ponta Grossa – Dados referentes a área rural onde estão localizadas as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz.	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Dados estatísticos dos escravos em Ponta Grossa.....	65
GRÁFICO 02 – Número de escravos em Ponta Grossa entre 1873-1882.....	66
GRÁFICO 03 – Área de trabalho dos escravos no período entre 1873-1882.....	66
GRÁFICO 04 - Faixa etária	72
GRÁFICO 05 - Sexo	72
GRÁFICO 06 – Cor/Raça.....	73
GRÁFICO 07 – Escolaridade de cada membro familiar	75
GRÁFICO 08 – Quantidade de membros por família	75
GRÁFICO 09 – Renda Familiar.....	76
GRÁFICO 10 – Infraestrutura – água.....	78
GRÁFICO 11 – Infraestrutura – lixo/ coleta seletiva	78
GRÁFICO 12 – Infraestrutura – escoamento sanitário	79
GRÁFICO 13 – Infraestrutura – transporte.....	79
GRÁFICO 14 – Habitação.....	82
GRÁFICO 15 – Saúde	82
GRÁFICO 16 – Assistência Social	83
GRÁFICO 17 – Segurança Alimentar e Nutricional	83
GRÁFICO 18 – Previdência Social.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Comunidades Quilombolas Certificadas conforme levantamento da Fundação Cultural dos Palmares	49
TABELA 02 – Quantitativo de sujeitos de pesquisa por comunidade pesquisada	70
TABELA 03 – Comunidades Quilombolas Certificadas_	93
TABELA 04 – Cor/Etnia	94

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

Agenda Social Quilombolas - ASQ

Atos de Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT

Ato Institucional – AI

Cadastro Único - CADÚNICO

Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN

Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

Frente Negra Brasileira – FNB

Fundação Cultural dos Palmares - FCP

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania - MOPS

Movimento Negro Unificado – MNU

Movimento Negro – MN

Programa Brasil Quilombola – PBQ

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAPA

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência - SIATE

Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial - SINAPIR

União Nacional dos Estudantes - UNE

SUMÁRIO

Introdução	13
1.Elementos fundamentais sobre a formação da sociedade brasileira	18
1.1 Breve contextualização sobre a questão do negro na sociedade brasileira.	18
1.2 A formação dos quilombos no Brasil	39
1.3 Políticas Públicas e Quilombolas	50
2. O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz.....	62
2.1 Breve contextualização sobre a questão do negro no município de Ponta Grossa	63
2.2 Perfil socioeconômico dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa	68
2.3 Território e Comunidade Quilombola	87
2.4 O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas de Ponta Grossa	100
Conclusão	116
Rerreferências	123
Apêncie A – Questionáriode entrevista representantes comunidades quilombolas.....	129
Apêncide B – Questionário de entrevista representantes serviços públicos..	131
Apêndice C – Formulário para comunidades quilombolas.....	132
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	136
Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP	137

Introdução

No ano de 2011 a pesquisadora iniciou os trabalhos como assistente social no Programa Banco de Alimentos do município de Ponta Grossa, no qual atendia prioritariamente demandas relacionadas a vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Através deste ambiente de trabalho foi proporcionado a participação nos conselhos estadual e municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional - CORESAN, e na rede nacional de pesquisadores em Segurança Alimentar e Nutricional. Por meio da participação nos conselhos de segurança alimentar e nutricional, houve a possibilidade de engajar-se em eventos referentes a esta temática, a qual tem como público prioritário pessoas em insegurança alimentar, agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, abrangendo faxinalenses, indígenas, ribeirinhos, e quilombolas.

A atuação enquanto conselheira municipal, no período de 2015 – 2017, proporcionou o mapeamento dos serviços de segurança alimentar e nutricional do município de Ponta Grossa, bem como o conhecimento do público alvo conforme previsto no Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010, o qual define que a segurança alimentar e nutricional deve promover ações para as comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais. (BRASIL,2010).

A realização da 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ponta Grossa, realizada no dia 29 de junho de 2015, pode ser considerada como um dos fatores determinantes para a aproximação com as comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz. As mobilizações para a participação de um representante quilombola, proporcionaram sucessivas aproximações com essas comunidades, as quais permitiram observações e longas conversas, principalmente com os representantes quilombolas. As condições de moradia, o acesso aos serviços públicos e as políticas públicas, a marginalização destas comunidades foi e é debatida com frequência, motivos pelos quais estimularam a realização da proposta de projeto de pesquisa.

No mesmo ano iniciou-se a Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, lato sensu, na Universidade Estadual Paulista – UNESP/BOTUCATU, a qual tinha como temática os avanços e/ou retrocessos na discussão sobre a segurança alimentar e nutricional nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Ponta Grossa. A partir do levantamento das atas das reuniões plenárias e extraordinárias do conselho, não foram identificados nas pautas discussões sobre ações realizadas pelo município nas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, referentes à segurança alimentar e nutricional. O resultado da referida pesquisa demonstrou como a discussão em segurança alimentar é fragilizada e desconhecida da população, bem como do gestor público municipal.

O acompanhamento das comunidades quilombolas durante o período entre 2015 a 2017 proporcionaram o maior contato com os moradores, bem como ouvi-los, neste aspecto principalmente algumas reivindicações das comunidades. Com o ingresso no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, a proposta inicial de projeto de pesquisa era como as referidas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa acessavam aos serviços referentes a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto após o processo de reconstrução do projeto, por meio das disciplinas Metodologia de Pesquisa e Epistemologia, bem como as orientações, notou-se que desenvolver um projeto na temática de Segurança Alimentar e Nutricional, seria confortável tendo em vista o envolvimento da pesquisadora com o tema.

A reconstrução do objeto de pesquisa, iniciou-se com a elaboração do estado do conhecimento, realizado a partir de pesquisa exploratória. De acordo com Severino (2007, p.123), a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Sendo assim, realizou-se pesquisa exploratória, nas seguintes fontes de dados: Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Banco de Dissertações e Teses dos programas de pós graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo especificamente nas áreas: ciências sociais aplicadas, educação, geografia, história, estudos da linguagem; Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia – IBICT; Scientific Eletronic Library Online – SCIELO. Os trabalhos selecionados para a construção do estado do conhecimento, que fundamentou o projeto de pesquisa,

foram somente dissertações tendo em vista o processo de pesquisa que a pesquisadora está inserida.

O processo de construção do estado conhecimento permitiu a elaboração do problema de pesquisa, e conseqüentemente a reconstrução do objeto de pesquisa. A partir destes apontamentos colocaram-se enquanto questões norteadoras da presente pesquisa, objeto e os objetivos de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 01 – Problema de pesquisa, objeto, e objetivos

PROBLEMATIZAÇÃO	
Como se articula no território das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz do município de Ponta Grossa o acesso às políticas públicas?	Qual o perfil socioeconômico das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa?
Quais as demandas sociais das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa?	Quais as estratégias da rede municipal de serviços públicos do município de Ponta Grossa, considerando o território, para o acesso às políticas públicas para as comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz?
OBJETO	
A configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas na perspectiva das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, e da rede municipal de serviços públicos.	
OBJETIVOS	
GERAL	ESPECÍFICOS
Analisar a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas.	Caracterizar social/economicamente as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, através de perfil socioeconômico;
	Compreender as demandas sociais apresentadas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa para as políticas públicas;
	Verificar como os quilombolas do município de Ponta Grossa e os representantes dos serviços públicos avaliam a interface entre as políticas públicas;
	Mapear a rede de serviços públicos as quais os quilombolas do município de Ponta Grossa têm acesso.

Fonte: Projeto de Pesquisa

Nota: Org. Autora

Com a delimitação do problema e objeto de pesquisa a elaboração e construção do projeto foi continuada. A elaboração do referencial teórico, permitiu a construção dos objetivos, gerais e específicos da pesquisa, considerando as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, e o acesso às políticas públicas pelas mesmas.

Para o alcance dos objetivos propostos, a primeira etapa da metodologia foi construída através da pesquisa bibliográfica. De acordo com Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. A pesquisa bibliográfica foi procedimento fundamental para a construção da fundamentação teórica, e as contribuições dos autores utilizados auxiliaram no estudo analítico da presente dissertação.

Outra etapa para a construção da metodologia a ser utilizada na pesquisa de campo. Enquanto pesquisa de campo, Severino (2007, p.123), compreende como o objeto/ fonte a ser abordado, onde a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Para coleta de dados utilizou-se os seguintes instrumentos metodológicos: diário de campo, entrevista, formulário, observação, e software Iramuteq¹. De acordo com Gil (2011, p.105), o diário de campo é o registro da observação feita no momento em que ocorreu a pesquisa de campo, e que este registro consiste em notas por escrito ou por gravação. Gil (2011, p.100), define a observação como elemento fundamental para a pesquisa. Para o autor esta ocorre desde a formulação do problema a interpretação dos dados.

A entrevista, conforme Gil (2011, p. 109), é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. E o formulário², de acordo com Gil (2002, p.114), pode ser definido como técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz. A primeira possui 20 (vinte) casas, destas foram aplicados formulários com 9 (nove) famílias, sendo que, 7 (sete) não estavam em casa, e 4 (quatro) famílias optaram por não participar. Ainda na Colônia Sutil foi realizada entrevista com o

¹ O Programa Iramuteq é um software, o qual possui vários tipos de análise a serem utilizadas pelo pesquisador. Podendo ser análise de corpus textual, sendo: lexográfica, especificidades e AFC, classificação hierárquica descendente – CHD, similitude, nuvem de palavras. Ou análise de matrizes, sendo: frequência e frequências múltiplas, classificação hierárquica descendente – CHD, similitude, prototípica. A análise utilizada foi a do tipo corpus textual de similitude. A opção por essa classificação foi devido à realização de entrevistas, e após as transcrições das mesmas a classificação de similitude destaca as principais categorias.

² O formulário de pesquisa consta no apêndice C desta dissertação.

representante da associação de moradores, e com a moradora mais antiga da comunidade. A pesquisa realizada na comunidade quilombola Santa Cruz, a qual possui 10 (dez) famílias, destas 3 (três) participaram da aplicação de formulário, e 7 (sete) optaram por não participar. Na comunidade quilombola Santa Cruz foi entrevistado o presidente de quilombo da comunidade.

A dissertação está organizada em 2 (dois) capítulos. Para elaboração do capítulo 1 (um), intitulado 'Elementos Fundamentais sobre a Formação da Sociedade Brasileira', desenvolveu-se a revisão bibliográfica sobre os elementos fundamentais para a formação da sociedade brasileira. Neste sentido enfatizou-se na elaboração deste capítulo a questão do negro no contexto da sociedade brasileira, e as políticas públicas existentes no Brasil para o atendimento das demandas das comunidades quilombolas. No capítulo 2 (dois), intitulado '**O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz**', abordou-se breve contextualização da formação histórica do município de Ponta Grossa e das comunidades quilombolas como elementos essenciais para reconstruir o objeto de pesquisa. Em seguida desenvolveu-se a explanação dos dados e análise da pesquisa de campo que traçou a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas na perspectiva das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, e da rede municipal de serviços públicos. Enquanto categorias presentes na dissertação política pública, política pública para quilombolas, e território. Enfatiza-se que conforme exposto na presente dissertação, comunidade foi utilizada como categoria secundária, tendo em vista sua relação dialética com a categoria território.

1.Elementos fundamentais sobre a formação da sociedade brasileira

Pensar na trajetória dos negros (as) para a formação da sociedade brasileira, o papel que estes executaram para a construção social e econômica de nosso país, teoricamente observa-se o quão foram e são excluídos durante o processo histórico.

Refletir sobre a vivência dos negros (as) no Brasil é um trabalho árduo, exige-nos uma compreensão e uma leitura crítica desta realidade complexa que nos coloca inúmeras indagações.

Este capítulo tem por objetivo fundamentar historicamente a formação da sociedade brasileira e como os negros (as) participaram deste processo. Com ênfase na formação dos quilombos e a importância destes para o processo de construção sócio histórica no Brasil. E após percorrer um longo caminho como as comunidades quilombolas acessam as políticas públicas.

1.1 Breve contextualização sobre a questão do negro na sociedade brasileira

A presente dissertação tem como mirante epistemológico o método crítico dialético. Este é compreendido a partir de Gil (2011, p.13), que considera o materialismo histórico, como um método de interpretação da realidade. O método pressupõe o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal.(NETTO, 2011, p.21). Utilizar o método crítico dialético é sobretudo, ter como objetivo mergulhar na essência do objeto, excluindo qualquer pretensão de neutralidade do pesquisador, é dar voz ao sujeito de pesquisa, o qual vivencia diariamente os efeitos, sintomas, e consequências de sua realidade. Portanto, ter-se a preocupação de colocar esse mirante epistemológico em prática no transcorrer da mesma.

Conforme já exposto a compreensão da trajetória negra no Brasil só é possível por meio da reflexão do processo histórico. De acordo com Netto (2011 *apud*. MARX; ENGELS, 2010, p. 107),

Mas a nossa [de Marx e Engels] concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem

examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem.

A partir dessa consideração pondera-se a relevância em refletir sobre o processo histórico vivenciado pelo Brasil, o qual construiu a sociedade que hoje é vivenciada no país. Partindo do ponto da chegada dos portugueses ao país, estes que vieram com o objetivo da exploração de terra, pessoas, e da imposição de valores, costumes e religião. Além desses aspectos os portugueses dividiram as terras em sesmarias, as quais eram consideradas alienáveis por livre disposição do proprietário e não criavam nenhum laço de dependência pessoa. (RÊGO, 2000, p.36). A divisão das terras em sesmarias começou a dar forma a estrutura da sociedade naquela época, os requerentes de sesmarias procuravam alegar que eram ‘homens de posses que podem fazer lavouras’. “O fator pecuniário era decisivo e determinante para a concessão.” (RÊGO, 2000, p. 36). Com a repartição das terras caracterizou-se uma sociedade essencialmente rural. Para a execução dos trabalhos, os portugueses em sua vinda iniciaram o tráfico negreiro. Para Fausto (2001, p.24),

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que os trabalhos com ferro e criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena.

A relação trabalho-escravo marcou o período colonial, dando nome e cor aos subordinados aos senhores. Os negros escravizados eram quase que exclusivamente africano, pois os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. (FAUSTO, 2001, p.23). Conforme Chauí (2000, p.27), esse período é caracterizado de duas formas: o aspecto de caráter nacional brasileiro e de identidade nacional. O aspecto de caráter nacional enfatizava que a nação era formada por três raças – índios, negros e brancos, nessa perspectiva o negro era olhado pela visão do paternalismo branco. Segundo Chauí (2000, p.27), essa perspectiva via a afeição natural e o carinho com que brancos e negros se relacionavam, completando-se uns aos outros, num trânsito contínuo entre casa-grande e a senzala. A identidade nacional, Chauí (2000, p.27) aponta que o negro era visto como classe social, a dos escravos, e sob a perspectiva da escravidão como instituição violenta que coisificou o negro. A autora aponta ainda que a consciência

alienada dos escravos só escapou da alienação nos momentos de grande revolta e fuga.

Conforme já citado que a maioria dos escravos eram os africanos transportados pelo tráfico negreiro, segundo Fausto (2001, p.24), “os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua maioria jovens do sexo masculino”. Fausto (2001, p.25) descreve que,

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e senhoras de escravos desde os primeiros tempos.

Dessa forma nota-se a resistência dos índios ao que estava sendo proposto para a formação social e o aspecto de exploração ao qual estariam subordinados. Para Souza (2019, p. 17), este racismo implícito será utilizado para hierarquizar os indivíduos, classes e países. Com o tráfico negreiro estimulado por Portugal, os africanos, inicialmente, não tinham condições para enfrentar principalmente as condições de trabalho que lhe eram impostas, além do próprio tráfico negreiro. “O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa.” (FAUSTO, 2001, p. 26). De acordo com Rêgo (2000, p. 68), o negro no Brasil não teve proteção de ninguém. Nenhum trabalho foi realizado no sentido de integral moral e culturalmente o negro à sociedade. Apenas a exploração de sua força física que interessava. Atualmente ainda é possível observar estes fatos, tendo em vista o racismo velado e presente socialmente, onde estigmatiza o negro como trabalhador braçal, bandido, morador de periferia.

Para Rêgo (2000, p. 67),

Acima de tudo é a escravidão que caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX, e que lhe define os traços futuros: 'Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, deixe de atingir; e de modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas.'

Souza (2019, p.80) reforça que,

Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como a negação do direito ao reconhecimento e à autoestima, da possibilidade de ter família,

de interesses próprios e de planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. E foi exatamente isso que aconteceu entre nós.

A condenação eterna do negro como aponta Souza (2019) submete aos inúmeros noticiários, aos índices de mortes de negros, a perseguição nas favelas brasileiras, aos presídios e penitenciárias lotados onde o negro é presente e estigmatizado.³

Outro aspecto importante a ser considerado na formação da sociedade brasileira, o qual se iniciou no período colonial, foi a aproximação da igreja. Sendo um dos pilares de sustentação da sociedade colonial a igreja teve o papel de anfitriã no 'acolhimento' dos escravos no Brasil. De acordo com Fausto (2001, p.26),

Por outro lado, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África, e assim apenas se transportavam cativos para o mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do séc. XIX, 'teorias científicas' reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. 'demonstravam' que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição.

Dentro dessa esfera de exploração, sistema escravista, exploração pelos grandes proprietários rurais, a igreja ocupa lugar de destaque. Rêgo (2000, p. 71), destaca que no âmbito deste 'clã patriarcal', quem realmente possui a autoridade é o senhor rural, no entanto a Igreja constituiu a segunda esfera administrativa da sociedade. Ainda conforme Rêgo (2000, p. 72), "o patriarcado nesse contexto se modela nas relações internas do domínio e vestindo-as de roupagens que disfarçam a crueza primitiva do domínio escravocrata."

O sistema colonial foi o ponto de partida para hierarquização da sociedade brasileira, além de caracterizar o Brasil como um país essencialmente rural no aspecto econômico e na condução da construção política e social do país. Neste sentido Souza

³ De acordo com o relatório de monitoramento de prisões 2018, do Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária nacional totaliza 602.217 presos (as) privados (as) de liberdade. Destes 572.764 são homens, e 29.453 são mulheres, na faixa etária entre 25 à 29 anos. No aspecto cor, raça ou etnia, 54,96% corresponde a pretos e pardos. Disponível em < https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/manual_usuario.pdf> acessado em 06 de novembro de 2019.

(2019, p.75), define que a hierarquia social que vai estipular os critérios que permitem e legitimam que alguns sejam vistos como superiores e dignos de privilégios, e outros sejam visto como inferiores e merecedores da sua posição marginal humilhante. Nessas condições, Rêgo (2000, p. 71), “a grande exploração foi se constituindo no núcleo de irradiação das formas patriarcais de organização da sociedade.” Considerando a vida social construída dentro dessa lógica patriarcal, o grande proprietário se aristocratiza, constituindo uma classe à parte e privilegiada. “E dessa forma personifica os elementos básicos da aristocratização, a riqueza, poder, autoridade e tradição.” (RÊGO, 2000, p. 72).

O período monárquico vivenciado no Brasil entre os anos de 1822 – 1889, tem suas especificidades, mas permanece tendo como base social e econômica o sistema escravista.

A primeira constituição brasileira de 1824 foi formada de acordo com Fausto (2001, p. 80) “de cima para baixo, imposta pelo rei ao 'povo', embora devamos entender por 'povo' a minoria de brancos e mestiços que votava e de algum modo tinha participação na vida política.” Conforme a Constituição Política do Império do Brasil, a forma de governo era a monarquia, hereditária, constitucional e representativa, e a religião católica apostólica romana continuaria sendo a religião do Império. De acordo com o art. 6º da Constituição de 1824, eram considerados cidadãos brasileiros,

Art. 6º São cidadãos brasileiros: 1º) Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação. 2º) Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império. 3º) Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro, em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil. 4º) Todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência. 5º) Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião. A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização.

De acordo com Fausto (2001, p. 80),

Um contingente ponderável da população - os escravos - estava excluído dos dispositivos constitucionais. Deles não se cogita a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos. Outro ponto a ser observado se refere à distância entre os princípios e a prática. A constituição representava um avanço ao organizar os poderes, definir atribuições, garantir direitos individuais. O

problema é que, sobretudo no campo dos direitos, sua aplicação seria muito relativa. Aos direitos se sobrepunha a realidade de um país onde mesmo a massa da população livre dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo tinha instrução e onde existia uma tradição autoritária.

Os escravos ainda permaneciam sendo a classe considerada subalterna e marginalizada, sem possibilidades de organização para que pudessem sair das condições que vivenciavam de exploração e violência. Faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para se constituírem, apesar do seu considerável número, em fatores dito da ‘população livre das camadas médias e inferiores’: ‘não lhe dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política’. (COUTINHO, 2000, p. 233).

O período monárquico marcado pelas inúmeras revoltas ocorridas no Brasil tinha como linha de frente destes combates os negros escravos. De acordo com Fausto (2001, p. 86), “o período monárquico no primeiro reinado, foi considerado um dos períodos mais agitados da história do Brasil”.

Com o intuito em mencionar algumas guerras ocorridas no Brasil durante este período, tendo em vista que utilizavam como frentes de batalha os negros escravizados, a Guerra dos Cabanos foi um movimento essencialmente rural. Estavam envolvidos pequenos proprietários, trabalhadores do campo, índios, escravos e, no início, alguns senhores de engenho. De acordo com Fausto (2001, p. 88), “a Guerra dos Cabanos antecipou o que seria a revolta sertaneja de Canudos, no início da República.” Os cabanos lutavam pela religião e pelo retorno do Imperador contra os chamados ‘carbonários jacobinos’, em uma referência crítica aos revolucionários franceses e às sociedades secretas liberais europeias do séc. XIX. (FAUSTO, 2001, p. 88).

A Revolta da Sabinada, deriva do principal líder Sabino Barroso. Conforme Fausto (2001, p. 90), a Bahia vinha sendo cenário de várias revoltas urbanas desde a independência, entre elas revoltas de escravos ou com sua participação. Especialmente esse movimento buscou um compromisso com relação aos escravos, dividindo-os entre nacionais e estrangeiros. Fausto (2001, p. 90), aponta que “seriam libertados os crioulos que houvessem pegado em armas pela revolução; os demais continuariam escravizados.”

No que se refere ao movimento da Balaiada, ocorrida no Maranhão, os conflitos iniciaram devido as disputas entre grupos da elite local, e conseqüentemente acabaram resultando em uma revolta popular. De acordo com Fausto (2001, p. 91),

À frente do movimento estiveram Raimundo Gomes, envolvido na política local, e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício - fazer e vender balaios - derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu à rebelião para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão de polícia. Paralelamente, surgiu um líder negro conhecido como Cosme - sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos- à frente de 3 mil escravos fugidos.

Seguiu-se a concessão de uma anistia, condicionada à escravização dos negros rebeldes. Cosme foi enforcado em 1842. “No comando das tropas imperiais figurou um oficial com presença constante nos confrontos políticos e nas batalhas do Segundo Reinado: Luís Alves de Lima e Silva, que na ocasião recebeu o título de barão de Caxias.” (FAUSTO, 2001, p. 91).

O segundo reinado no período monárquico, foi marcado por um aspecto político que não tinha como o objetivo alcançar grandes aspectos ideológicos. “Mas que a obtenção do poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e para sua gente.” (FAUSTO, 2001, p. 98).

Dando continuidade a lógica da construção social brasileira o emprego da força de trabalho escravo permanecia. Os instrumentos básicos de trabalho nas lavouras, eram a enxada e a foice, os escravos precisaram se ajustar as ferramentas tradicionais do trabalhador e as condições topográficas do Brasil. De acordo com Fausto (2001, p. 105), “o emprego do arado pelos fazendeiros de café só iria generalizar-se, por volta de 1870, nas zonas novas de São Paulo.”

Nesse período o Brasil precisou tomar medidas efetivas para combater o tráfico negreiro, pois a escravidão estava destinada a acabar. Cabe ressaltar, que a leitura a partir de reflexão bibliográfica conduz o leitor a imaginar que a escravidão ficou no passado, no entanto, a atualidade demonstra as conseqüências, os reflexos, e as diferentes formas de escravidão vivenciada seja pelo povo negro ou pela população pobre do país. Souza (2019, p.79), denomina o COMO classe resultante de todo esse processo de ‘ralé brasileira’, para o autor,

Fruto, antes de tudo, ainda que não unicamente, do abandono dos escravos, a existência dessa classe singulariza e explica a situação social, política e econômica do Brasil como nenhuma outra questão. Tudo aquilo que o culturalismo racista busca esclarecer como decorrência de uma herança

maldita luso-brasileira para a corrupção decorre, na verdade, do abandono dessa classe. Como a tornamos invisível, o trabalho dos intelectuais conservadores fica facilitado.

Este período do processo histórico brasileiro foi marcado pelo fim do tráfico negreiro. Os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução ficando na dependência do fluxo de importações. “Estancadas as importações, o número de cativos tendia a tornar-se insuficiente para prestar os variados serviços a que se destinavam.” (FAUSTO, 2001, p. 107).

Outro acontecimento relevante no período monárquico, foi a Guerra do Paraguai. De acordo com Fausto (2001, p.119), “a guerra foi fundamentada pelo conflito armado, onde também lutaram como soldados escravos cedidos pelos senhores.” O Decreto nº3.72A, de 06 de novembro de 1866, concede liberdade aos escravos da nação designados para serviço no exército.

A crise do segundo reinado, desencadeou uma série de sintomas, com o início do período republicano, entre eles conflitos entre o governo imperial com o exército e a igreja. “Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre Estado e suas bases sociais de apoio.” (FAUSTO, 2001, p. 121). Outros aspectos relevantes deste momento de crise foram as transformações socioeconômicas ocorridas no regime monárquico, que deram origem a novos grupos sociais, e aos primeiros desejos de uma ideia de reforma. Sendo o principal deles o encaminhamento do processo de extinção da escravidão.

Conseqüentemente o movimento abolicionista ganhou força, principalmente com a aparição de associações, jornais, e o avanço de propagandas. Fausto (2001, p. 121) aponta,

Gente de condição social e percepções diversas participou das campanhas abolicionistas. Entre várias figuras de elite destacou-se Joaquim Nabuco, importante parlamentar e escritor, oriundo de uma família de políticos e grandes proprietários rurais de Pernambuco. Negros e mestiços de origem pobre, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, foram também figuras centrais do abolicionismo.

De acordo com Fausto (2001, p.124-125), “apesar das variações com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro.” E isto é evidente, considerando a exclusão destes no processo de construção política, econômica e social no país. Com a vinda dos imigrantes a mão de obra negra

escravizada foi automaticamente substituída, contudo considera-se neste processo a desigualdade social e econômica sempre presente no Brasil. De acordo com Souza (2019, p.83),

Como resultado do processo que o tornava um desajustado estrutural nas novas condições sociais, o negro desenvolveu, reativamente, uma reposta que radicalizava a anomia e o não pertencimento social: o não pertencimento à família, à comunidade e ao trabalho.

A primeira república é marcada pela forte influência do poder militar nos primeiros anos, tendo como um dos principais atores marechal Deodoro da Fonseca. A promulgação da Constituição Federal de 1891, inaugurou o sistema presidencialista. De acordo com Fausto, (2001, p.141-142),

Fixou-se o sistema do voto direto universal, suprimindo-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar.

Apesar da Constituição Federal de 1891 propuser uma igualdade jurídica formal, nota-se a exclusão de categorias não consideradas cidadãs. Dentre essas categorias, os negros (as) escravizados (as), 'livres' não foram referenciados em tais categorias. Onde estariam aqueles (as) explorados mental e fisicamente? Teriam estes sido realmente alforriados e libertados através do movimento abolicionista? Neste período chegavam a ser considerados humanos pela sociedade, ou meramente a força de trabalho braçal comparadas aos animais utilizados no sistema escravocrata?

A Constituição Federal de 1891 marca o período com a garantia de direitos individuais e da organização política, principalmente com relação aos cidadãos que poderiam exercer o voto em períodos eleitorais. O direito ao voto era restrito a homens alfabetizados, o que limitava a participação de negros e mulheres. Devido os negros não possuírem acesso à educação durante sua permanência nas casas grandes, e sobretudo por serem condicionados a cargos de empregados, considerados desta forma como uma subclasse.

A república também conhecida como 'república dos coronéis', em sua maioria constituída pelos grandes proprietários rurais, os quais eram empoderados em suas localidades. Fausto (2001, p. 149), considera que

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral - o clientelismo -, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços públicos. Todas essas características vinham dos tempos da colônia, mas a república criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Isso resultou principalmente da ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios e da eleição dos prefeitos.

Consequente a isso os movimentos sociais de trabalhadores ganharam força tanto no campo como nas cidades. Segundo Fausto (2001, p. 166), no primeiro caso eles podem ser divididos em três grandes grupos: 1º- os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2º os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3º os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

A estrutura econômica-social da república começou a constituir-se de fábricas e de movimentação da classe trabalhadora. Conforme Fausto (2001, p. 167), “não havia muita diferença com relação às grandes fazendas de café.” Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação das ideias, por significativas que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos de ampla divulgação. Sendo assim, as condições de trabalho não se distanciavam daquelas vivenciadas no período colonial com um forte caráter explorador, no entanto no período republicano movimentos grevistas movimentaram-se para a reivindicação de direitos, principalmente para melhores condições de trabalho.

De acordo com Chauí (2000, p. 17),

Esse Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera administrativa estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior das classes, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade.

Neste momento os negros permaneciam a lutar por melhores condições de vida, segundo Fausto (2001, p. 178), “os negros (as) não pouparam esforços para preservar suas práticas culturais, como capoeira e cultos de matriz africana – que para a República eram expressões de atraso e incivilidade.” De acordo com Souza (2019, p.83), as expressões culturais dos negros passam a ser percebidas como expressão do tosco e do primitivo que a nova autoimagem cidadina europeizante procurava expurgar. Como exemplo da resistência dos negros, Fausto (2001, p. 178) cita a

Revolta da Chibata, onde eram liderados por João Cândido, apelidado de o almirante negro, que tinha como principal bandeira o descontentamento com os castigos corporais sofridos pelos negros.

De acordo com Pereira (2015, p. 34), “o período da república velha foi marcado pelo desafio a inserção dos negros na sociedade, segundo o autor organizavam-se através de grêmios, clubes e associações para alcançar a igualdade jurídica e social.” Ainda conforme o autor, Pereira (2015, p. 34),

Nos primeiros 30 anos do séc. XX, o Brasil passa por um período de adaptação do negro ao mundo livre, diga-se, ao mundo branco. O negro agora um ex-escravizado, passa por um período onde necessita estabelecer-se dentro do sistema capitalista industrial, porém não deixando de ser vítima do racismo.

Dando continuidade à cultura política brasileira, a partir de 1930 tornou presidente da república Getúlio Vargas. “O período foi marcado por uma forte industrialização, entrando em cena a burguesia industrial.” (CHAUÍ, 2000, p.27). De acordo com Souza (2019, p. 117),

Depois do lento processo de modernização de fora para dentro que o Brasil sofre a partir de 1808 – seguido da libertação formal dos escravos e da entrada de milhões de imigrantes no início do século XX, formando uma classe trabalhadora rural e urbana de tipo novo -, os fatos mais importantes para nossa narrativa acontecem nos anos 1930. O grande divisor de águas é a entrada do Estado como variável nova do desenvolvimento brasileiro. É óbvio que o Estado existia antes. Mas nunca havíamos tido um Estado interventor e reformador. É isso que o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas significam.

Como evento importante neste período cita-se o 1º Congresso da Mocidade Negra no Brasil. O congresso tinha como objetivo discutir a condição do negro no Brasil, por meio de uma postura política mostrar para sociedade a situação real do negro.

A partir da revolução de 1930 ocorreu uma divisão dentro do país onde, a elite regional defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal. A bandeira da constitucionalização neste período mobilizou vários setores da sociedade, sendo no ano de 1934 foi promulgada no dia 16 de julho a Constituição Federal. Conforme Fausto (2001, p. 191), “importantes inovações foram previstas na Constituição Federal de 1934, estabeleceu a obrigatoriedade do voto e de seu caráter

secreto, abrangendo ambos os sexos.” Pela primeira vez, reconhecia-se o direito ao voto das mulheres.

O governo Getúlio Vargas foi caracterizado por um discurso populista, mas ao mesmo tempo autoritário, sendo que em 1937 é promulgada a Constituição Federal de 1937, a qual deu início ao Estado Novo. O Estado Novo foi marcado por pretender ser essencialmente industrial, o que levou a formação de classes e uma reestruturação política, social e econômica no país. Conforme Souza (2019, p.118),

Vargas não tocou na questão decisiva da rala de novos escravos nem no campo nem na cidade. Seu norte é a construção de uma ordem capitalista competitiva, e seu público cativo – e mais tarde sua base eleitoral - vai ser formado pelos trabalhadores urbanos qualificados e semiquilificados que se tornam o segmento mais importante, ainda que não o mais numeroso, das classes populares ascendentes.

O conservadorismo⁴ perpetuado no Brasil, evidente principalmente na forma de governar o país, a partir de conchavos e grupos políticos caracteriza o perfil autoritário e excludente, e os direitos previstos como compensação ao caráter político e ideológico. De acordo com Netto (2011, p. 110), “o conservadorismo é a expressão da consciência da sociedade e que é manifestado a partir de valores que tem por fundamento as relações sociais determinadas.” De acordo com Fausto (2001, p. 207),

A construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma através de várias cerimônias e do emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 em estádios de futebol. Nesses encontros, reunindo grande massa de operários e do povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com a exortação 'Trabalhadores do Brasil' e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social. Houve também a utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. O ministro do trabalho fazia palestras radiofônicas semanais. Nelas contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia, por vezes, a audiências determinadas: os aposentados, as mulheres, os pais de menores operários, os migrantes.

Os trabalhadores, cidadãos brasileiros através das ações tomadas e previstas pelo governo de Getúlio Vargas, sentiam-se ‘assegurados e protegidos’, principalmente no que se refere a legislação trabalhista. A partir da citação de Fausto (2001), fica evidente as características do governo populista, que utilizava dos meios

⁴ Conforme Netto (2011), o conservadorismo é uma expressão da luta de classes, sendo considerado uma estratégia burguesa de transição pelo alto. O conservadorismo ainda por ser entendido como a expressão de consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes.

de comunicação e da promoção de eventos para reunir a grande massa de trabalhadores, que em contrapartida era administrado pela classe industrial burguesa, grandes proprietários rurais e militares, o que passava a dividir o país em classes e interesses divergentes. Fausto (2001, p. 208), assinala que,

O estado novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço. Católicos, integralistas autoritários, esquerdistas disfarçados vieram ocupar os cargos e aceitar as vantagens que o regime oferecia. O estado novo foi arquitetado como um estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto seu tempo de vida acabou sendo curto, pois não chegou a oito anos. Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho para divergências no interior do governo.

Outro fato importante neste período foi que após a queda do Estado Novo em 1945, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1946. De acordo com Katuta e Silva (2007, p. 169), a democratização no Brasil foi colocada pela Carta Constitucional de 1946, sob os princípios liberais. Nesta Constituição o desenvolvimento econômico fundamentava-se na iniciativa privada, o Estado teria papel suplementar, pois a intenção era diminuir a intervenção do Estado na economia.

No governo Getúlio Vargas, a participação dos negros foi enfatizada principalmente pela criação da Frente Negra Brasileira – FNB, esta tinha como principal objetivo incentivar a educação aos negros. De acordo com Pereira (2015, p. 40), “outro fato marcante do período foram que os terreiros de candomblé e umbanda eram fechados, as rodas de capoeira e de samba eram proibidas e inúmeras manifestações de matriz africana que remetia ao negro eram reprimidas.”

Durante o processo de transição do período getulista para um dos períodos mais marcantes da história do Brasil, o regime militar, travou-se uma guerra antipopulista, que conseqüentemente o governo Getúlio Vargas perdeu o apoio das forças armadas. De acordo com Souza (2019, p.120),

O sinal dos novos tempos já havia sido dado pelo tenentismo, movimento de oficiais de baixa patente que ansiavam pela renovação moral do Brasil a partir de cima, pelo Estado reformador. O tenentismo já expressava a nova autoconfiança de uma classe média urbana ainda incipiente, mas que queria se ver representada em um esquema político completamente dominado pela ínfima elite dos proprietários. Eleições nas quais menos de 5% da população

votava e que, mesmo assim, eram sistematicamente fraudadas perfaziam a 'democracia' da República Velha.

A partir de pressões externas Getúlio Vargas, suicida-se em 24 de agosto de 1954, trazendo à tona o desespero e ao mesmo tempo uma marca política sobre os acontecimentos deste momento histórico.

Após os fatos Juscelino Kubistchek segue como novo presidente do Brasil, entendido como anos de estabilidade política no Brasil, sendo uma das principais metas de seu governo 50 anos de progresso em 5 anos de realizações. De acordo com Fausto (2001, p. 234),

Ao iniciar-se o governo JK, a cúpula militar se acalmara. Os partidários do golpe jogaram uma cartada de alta renúncia de GV e na tentativa de impedir a posse de JK, mas tinham perdido. JK começou a governar enfatizando a necessidade de promover o 'desenvolvimento e ordem', objetivos gerais compatíveis com os das forças armadas. O presidente tratou de atender a reivindicações específicas da corporação militar no plano dos vencimentos e equipamento. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sob controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na Petrobrás, assim como no conselho nacional do petróleo, os principais cargos ficaram em mãos de membros das forças armadas.

Durante o período da década de 1950 a 1960, criaram-se mecanismos que viessem com objetivo de inserir o negro na sociedade, principalmente no que se referia a igualdade étnica. De acordo com Pereira (2015, p.41), neste momento “criou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, considerando a vulnerabilidade da mulher negra e as desvantagens sociais sofridas principalmente pela falta de educação profissional.” O Conselho Nacional das Mulheres Negras, tinha como objetivo principal integrar a mulher negra na vida social, através do incentivo cultural, econômico e social.

A partir de 1961 o Brasil teve como presidente Jânio Quadros, o qual teve sua gestão durante sete meses e foi encerrada com sua renúncia. Durante seu mandato Jânio Quadros atuou de forma a incentivar a política econômica e a política externa no país, o que desagradou os seus apoiadores, sendo um deles o setor das forças armadas. A sua renúncia gerou uma crise institucional no país, devido a posse de seu vice, João Goulart, o qual não foi aceito pelos ministros militares e pelas classes dominantes. A oposição a posse João Goulart, foi devido este representar uma iniciativa comunista no Brasil. No entanto a constituição de 1946 não deixa dúvidas

quanto à sucessão de Jânio Quadros, deveria assumir o seu vice. De acordo com Fausto (2001, p. 243), “entretanto a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da república sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder.”

De acordo com Giambiagi et.al. (2011, p. 43),

A descontinuidade na trajetória de crescimento econômico claramente precedeu o golpe de 1964, podendo ser observada já em meados de 1963, quando se assiste ao início da desaceleração. A inesperada renúncia de Jânio Quadros ajudaria a agravar a crise econômica que, sob Goulart, se misturaria a um quadro político que se deteriorava rapidamente. Agora, mais do que nunca, polarização política e crise econômica produziriam um coquetel letal. Ao final, o país assistiria à deposição de João Goulart, pondo fim, pela via da força, à crise política. A retomada da brilhante trajetória de crescimento econômico, porém, teria de esperar até 1968.

De acordo com Chauí (2000, p.41), a ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs , isto é, capitalistas).

Conforme Pereira (2015, p. 43), mesmo com “o processo democrático a população negra não encontrava nos partidos políticos e nos políticos da época, entre 1945 – 1964, nenhum discurso de defesa da causa defendida pelas organizações negras.” Porém cabe ressaltar a Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951, a qual dispõe sobre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. De acordo com Pereira (2015, p. 46), “o crime de racismo por ser considerado como contravenção penal, significava que dificilmente alguém seria condenado pelo crime de racismo ou injúria racial.”

Conforme Fausto (2001, p. 257), “o movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia.” O novo regime começou a mudar as instituições do país através dos chamados atos institucionais (AI), justificados como decorrência 'do exercício do poder constituinte, inerente a todas as revoluções'. De acordo com Fausto (2001, p. 258), “como consequência das manifestações dos estudantes no governo de João Goulart, estes foram fortemente visados pelas repressões militares.” A União

Nacional dos Estudantes – UNE, passou a atuar clandestinamente, e neste período as universidades eram um alvo privilegiado dos militares.

O regime militar foi caracterizado por instituir os atos institucionais, sendo o primeiro deles o AI-1, este que conceituou o movimento civil e militar como uma perspectiva de futuro, e considerou a revolução como interesse e vontade da nação. De acordo com Fausto (2001, p.259),

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma ' democracia restringida' depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart, controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade, promover uma reforma do aparelho do Estado.

A partir da Constituição de 1967, o Estado que até então possuía de certa forma um caráter democrático, passa a formalizar a ditadura militar. Dentre a previsão dos atos institucionais, os quais de maneira drástica e violenta excluíram direitos, esta constituição também previu o fim da liberdade de expressão e do direito à greve. De acordo com Fausto (2001, p. 262), “embora houvesse a previsão de direitos básicos como de liberdade, segurança individual e propriedade, nenhum deles, visto que a criação de decretos e emendas poderia, e foram usados para anulá-los.”

Como característica desta democracia restringida, o regime militar foi instituído por um forte caráter autoritário, impositivo e violento. Enquanto marca deste período através do AI-5 foi demonstrado toda a força repressiva do Estado sobre a sociedade. De acordo com Giambiagi et.al. (2011, p. 65),

No campo político, porém, o período marca uma fase de nítida radicalização do regime autoritário. Em resposta às inúmeras manifestações contrárias ao regime militar desde 1964, em dezembro de 1968, o governo Costa e Silva decretou o AI-5 (Ato Institucional no 5), que suspendeu as garantias constitucionais, fechou o Congresso por tempo indeterminado e cassou mandatos de políticos opositores ao regime. Ao AI-5 seguiu-se um longo período, conhecido como “anos de chumbo”, marcado por prisões arbitrárias (e sem qualquer direito de defesa por parte do acusado), torturas e deportações de cidadãos considerados “subversivos da ordem” — leia-se, críticos ao regime autoritário.

De acordo com Fausto (2011, p. 265), “o AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução.” Como características das ações do AI-5 os direitos políticos foram

suspendidos, ocorreram demissões de servidores públicos, foi instituída a censura dos meios de comunicação, e a tortura era instrumento de trabalho para o governo militar. As ações tomadas por meio do AI-5 banalizaram movimentos sociais, pessoas inocentes, excluíram textualmente o que estava subentendido em governos anteriores, não permitindo de forma alguma a participação social, construindo desta forma uma cultura antidemocrática no Brasil. Conforme Fausto (2001, p.265) um dos muitos “ aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969.” O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal. Apesar de o regime militar ter como característica, principalmente, o aspecto autoritário e opressivo, as ações não realizaram esforços para organizar a sociedade em apoiar o governo. Como já mencionado as universidades foram alvo das ações militares, no entanto a forma de governo não foi aceita e nem passou a ser dominante nos meios acadêmicos.

Com a ditadura estabelecida as organizações que lutavam e reivindicavam por garantia de direitos para a população foram reprimidos e passaram a sofrer censura pelo regime ditatorial. Conforme Pereira (2015, p. 48), “a liberdade de manifestação ficou banida, juntamente com a liberdade de imprensa.” A ditadura deu um grande golpe na tentativa dos negros de buscarem a organização em prol da igualdade. Enquanto resistência negra neste período, Pereira (2015, p. 48), cita “o Movimento Negro Unificado – MNU, o qual tinha como objetivo unificar os grupos de luta para obter maior força política.” O Movimento Negro Unificado fazia através de seus discursos a denúncia contra o racismo, apesar de toda a opressão do regime militar.

A característica construída no decorrer dos anos, e firmado durante o período de regime militar, do negro trabalhador assalariado, morador de periferia e um potencial ao mundo do crime firmou o racismo, a injúria e a desigualdade social. Pereira (2015, p. 51), enfatiza que

A bandidagem foi relacionada ao elemento afrodescendente, como se todo negro fosse bandido. Durante a ditadura militar, essa ideia percorria os quartéis da polícia militar e o imaginário do povo brasileiro, o morro e a periferia ficam como redutos de bandidos, e esses são quase todos negros, portanto, realizar a opressão contra essa parcela da população, para a sociedade, passa a significar a proliferação do crime.

Apesar de anos de ditadura, de uma realidade antidemocrática cultuada no Brasil, a reflexão é válida principalmente com relação ao período do regime militar, em que apesar da gestão administrativa e de organização do país, ocorreu uma expressiva mobilização social. As mobilizações sociais enfatizaram neste momento histórico a relevância da participação social na construção e na reforma necessária que o país necessitava neste momento. De acordo com Costa (2006, p. 144), “o Brasil estava sugado pelo pagamento de juros da dívida externa e possuía uma sociedade sem projeto nacional definido e pactuado entre as diferentes classes e setores sociais, este foi o cenário da democratização brasileira.” Segundo Chauí e Nogueira (2007, p. 198),

O desafio era de pensar a democratização, como um processo de recomposição e alargamento do sistema político, de incorporação e integração social, de expansão e consolidação da democracia em sentido amplo. Poder-se-ia também dizer que se estava repondo em novas bases o tema da emancipação, ainda que isso não se explicitasse plenamente.

Principalmente no momento de democratização brasileira a sociedade assinalava socorro. Até então os direitos instituídos, como de certa forma uma compensação, não representavam e não protegiam a maioria da população. O reflexo era, ou ainda permanece, de uma sociedade brasileira onde os representantes governavam para os seus interesses, trazendo as necessidades e interesses daqueles que os mantinham e os mantem no poder. Conforme Costa (2006, p. 142), “o Estado precisava mudar, bem como a sociedade brasileira que não era considerada essencialmente democrática, pois o Estado refletia, e ainda reflete, as forças sociais que existem na sociedade.” Costa (2006, p.146) considera que,

A crise fiscal levou à deterioração dos serviços públicos, fazendo crescer o discurso privatizante e o ataque ao funcionalismo público, visto como causa e consequência da crise financeira do Estado. Dentro de uma crise de legitimidade do Estado, convocou-se a Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição Federal. Os trabalhos da Constituinte foram marcados por amplos debates sobre o papel do estado e a busca de construir um sistema de seguridade social no país (saúde, previdência e assistência social). Cresceu a mobilização popular e o país entrou numa dinâmica muito complexa. Ao colocar os problemas estruturais sob o ponto de vista político-legal, buscando, por meio de alterações constitucionais, mudar a estrutura social do país, não conseguimos ter o alcance das mudanças já operadas em nível mundial, no qual a onda neoliberal implementava sua agenda de corte dos gastos públicos e debilitamento dos Estados nacionais.

Desta forma, a luta e a mobilização iam além de uma superação de um Estado ditador, mas sobretudo a luta pela realização de um Estado reformado que trouxesse a sociedade segurança, precisamente no campo dos direitos sociais. De acordo com Chauí e Nogueira (2007, p. 206), “a destruição de uma ditadura, a rigor, só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada.” Contudo, os autores citados consideram que ocorreu uma mudança econômica no país, no entanto a sociedade brasileira não deixou sua principal característica de desigualdade, repleta de contrastes e diferenças, com elites precárias e donos do poder dando continuidade ao descaso pelo povo e pela democracia. Para Costa (2006, p. 147),

A complexidade da conjuntura da década de 1980, no Brasil, pode ser avaliada pelo tensionamento entre as forças políticas representadas no Estado e a mobilização da sociedade civil para a aprovação da nova Constituição Federal de 1988. Se, no plano econômico, a inflação, o baixo crescimento econômico e a dívida externa impunham constrangimentos ao Estado, pela primeira vez no Brasil, no plano legal, eram garantidos os direitos sociais e a universalização da cidadania.

Neste momento de transição entre ditadura e democracia, Costa (2006, p.148) considera que “ a Constituição Federal de 1988, nasceu marcada pela contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social.” Para Costa (2006, p.148),

A Constituição Federal de 1988 evidenciou uma luta política no país. Uma vez aprovada e sem regulamentar parte substancial de seus artigos, a Constituição já era alvo de reformas. Assim a tarefa de Collor e de seu sucessor só poderia ser a revisão da Constituição para promover a reforma do Estado.

Para a autora citada “a reforma do Estado não foi um fenômeno isolado, mas decorreu de uma série de mudanças internacionais, em especial no comércio mundial e na organização de forças políticas, como uma característica de organização e de um novo padrão capitalista.” (COSTA, 2006, p. 155). De acordo com Chauí e Nogueira (2007, p. 209),

Dizer, portanto, que o Brasil é um país capitalista não significa dizer que a vida ‘tradicional’ desapareceu, mas sim que ela se subordinou a um capitalismo que prevalece por toda a parte, que não apenas penetrou a

estrutura econômica, como também se infiltrou na cultura do país e impregnou na sociedade.

E o que significa está submissão? A partir desta lógica capitalista o país está sujeito aos padrões internacionais de condução de políticas econômicas, bem como estimular a divisão e diferenciação das classes, e de encarar como desafio a pauta da equidade social enquanto fundamento de crescimento socioeconômico do Brasil. Costa (2006, p. 160), considera que

São complexos os impasses do Estado no Brasil. Por um lado, existem pressões externas, novas formas de relações internacionais que redefinem o padrão de regulação sobre a economia nacional e promovem reformas liberalizantes; por outro, as pressões internas para a criação de um projeto de desenvolvimento socioeconômico, a necessidade de crescimento econômico com a geração de empregos e a redução da pobreza.

Esta reforma de Estado no Brasil, de acordo com Costa (2006, p. 166), nasceu em um contexto de contra reformas liberais, que, em sintonia com o que estava correndo na Inglaterra e nos Estados Unidos, pregava exatamente o contrário: um Estado menor na área social e a ampliação do espaço do mercado e da iniciativa privada na sociedade. Contudo este Estado mínimo, principalmente na área social, acarretou o aumento da desigualdade social e da pobreza, não considerando o avanço social como prioridade, muito menos como uma prática de intervenção fundamental enquanto obrigação do Estado. Costa (2006, p. 183), considera que,

A implementação de direitos sociais, entre eles, a criação do SUS em 1990, a LOAS em 1993, mostrou que a mobilização da sociedade civil exigia a efetivação dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. A discussão sobre a capacidade financeira do Estado em atender ao conjunto das demandas sociais criadas pela Constituição Federal de 1988 colocou a tese da necessidade de um Estado menor, mais ágil e menos oneroso para o conjunto da sociedade. Colocou-se em questão a capacidade do estado em ser um agente efetivo no processo de reversão do grave quadro social do país. A tese de que o mercado é mais eficiente passou a dominar espaços importantes da opinião pública, evidenciado pela grande mídia, desvinculando o problema social da cidadania, ao introduzir um apelo à solidariedade, dificultando a implementação de direitos sociais.

O processo de redemocratização inclui a participação do Movimento Negro, o qual representou os negros no processo de mudança política. O Movimento Negro era formado por pessoas das mais diversas profissões intelectuais, operários, religiosos, estudantes. De acordo com Pereira (2015, p.53), o Movimento Negro atuou dentro do campo político, dentro dos partidos, dos sindicatos, das federações religiosas de

matriz africana, na tentativa de pressionar os governos a dar ao país legislações que garantissem direitos aos negros e seus descendentes. Nesse momento as manifestações dos negros nas ruas tinham como finalidade iniciar o processo de valorização da história e cultura dos afrodescendentes no Brasil. Conforme Pereira (2015, p. 54), “a pressão do Movimento Negro começa a ser realizada contra a imagem estereotipada do negro na televisão, nas revistas, nos livros didáticos.” Há uma discussão acirrada do Movimento Negro com relação a sua imagem perante a sociedade brasileira.

Conforme Pereira (2015, p. 55), “somente em 1989 cria-se uma lei que institui o racismo como crime.” A lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Pereira (2015, p. 55) enfatiza que “as denúncias de racismo não resultaram em inquéritos devido à falta de provas, além da falta de oficialização dos processos.”

O que está em jogo são direitos, direitos sociais previstos constitucionalmente, que devem apresentar-se a sociedade de forma prática como políticas públicas as quais abranjam a coletividade social, não determinadas classes sociais específicas. Considerando a trajetória histórica brasileira caracterizada pelo aspecto patriarcal, autoritário, e administrado por em sua maioria representantes que representavam e representam uma classe social com demandas bem pontuais, coloca-se em pauta como as minorias sociais são encaradas? Como suas especificidades e necessidades são vistas pelo Estado? Como suas demandas são atendidas? Dentre o emaranhado de minorias que formam a maioria da população brasileira, considera-se a trajetória dos negros, especificamente a história quilombola, como parte deste fantasma social que o Estado reluta em não ver. O levantamento bibliográfico referente a trajetória histórica dos negros no Brasil, permitiu identificar a falta de produção teórica relacionada a temática, assuntos principalmente como a participação, a violência, o acesso e/ou a falta de direitos pelos negros. Isso nos traz a urgência de pesquisas na área, que promovam a discussão da cultura negra no Brasil, a sua relevância na construção social e econômica, bem como direcionem estudos para a construção de políticas públicas que atendam realmente as demandas dessa população. A partir destas reflexões no próximo item tratar-se-á da história quilombola no Brasil, como se institucionalizaram, e qual o alcance das políticas públicas nestas comunidades.

1.2 A formação dos quilombos no Brasil

A trajetória histórica da sociedade brasileira nos demonstra em que bases o país foi constituído, um Brasil governado por pequenos grupos, mas com grande poder aquisitivo e força política centralizada, conduzindo o país para uma grande maioria a qual tinha e/ou tem suas demandas sociais historicamente específicas. Nesta dissertação abordar-se-á a história quilombola⁵ no Brasil, e em especial sobre os quilombos do município de Ponta Grossa, como estes grupos mobilizaram-se, por que existiram e como atualmente tem suas demandas sociais atendidas pelo poder público⁶.

Dos 518 anos do Brasil, aproximadamente 400 anos foram vivenciados de um regime escravocrata, onde a base era a exploração do escravo, sua submissão ao sistema e a violência como forma cruel de penalidades. De acordo com Nabuco (2000, p. 75), a escravidão pode ser considerada uma catástrofe social, segundo o autor a ilegalidade da escravidão devido principalmente ao intenso tráfico negreiro caracterizou o período como uma moral monstruosa, devido ao Brasil reduzir os estrangeiros africanos em escravos, e conseqüentemente os filhos destes permanecerem a sofrer a mesma violência vivenciada por seus pais. As péssimas condições de tratamento iniciavam-se desde o momento de partida do continente africano à chegada ao Brasil, a angústia durante o trajeto e as longas horas de viagem traziam pensamentos de incertezas àqueles que seriam terrivelmente massacrados. Mattoso (2016, p. 127), considera que durante “os dias de cativeiro angustiante, o cativo fizesse amizade, mesmo que timidamente, com os companheiros de infortúnio.”

⁵ A presente dissertação abordará o conceito de quilombos a partir do autor Clóvis Moura (1993), e a formação destes no município de Ponta Grossa. Com relação a abordagem do conceito de quilombamento, este não será abordado. De acordo com Souza (2008, p. 106), quilombamento é uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história das comunidades quilombolas, e demandam ações de luta ao longo das gerações. Conforme a autora o quilombamento é considerado um movimento social que une as comunidades quilombolas de diferentes regiões.

⁶ De acordo com Costa (2006, p. 142), a sociedade brasileira nunca foi essencialmente democrática. Ela convive há séculos com uma ordem social na qual nem todos são iguais, na qual a pobreza foi naturalizada e o pobre, reduzido a um ser sem voz e sem espaço. A pobreza no Brasil gera comoção, ela nunca provocou revolução e nem mesmo mudança ética no padrão de relacionamento entre as elites e os segmentos populares. Uma sociedade fundada no patrimonialismo que fez do privilégio regra, na qual a cidadania como condição de igualdade em direitos e deveres ainda convive com apologia do mando tradicional, precisa mais do que mudanças legais. É necessário construir um novo padrão de relações entre as classes e ampliar o poder político dos que vivem na base desta sociedade. A democracia, se reduzida às regras de transição de governos ou método para tomada de decisão, se esvazia do conteúdo revolucionário da luta pela igualdade entre os homens.

A autora aponta ainda que essa amizade representava para o escravo um primeiro passo para uma forma de inserção social, mesmo que fosse fraca.

Com a chegada ao Brasil essa amizade, mesmo que indiscretamente formada, era revista pelos senhores de escravos. Conforme Mattoso (2016, p.128),

A condição de coisa, objeto e mercadoria em que o escravo se encontrava correspondia a um estado que anulava não só a condição anterior, mas também o ser que ele representava na sociedade de origem, fazendo dele um capturado totalmente disponível.

Desta forma a autora reflete que estabelecida esta condição social do escravo, o mesmo socializava o que levava a despersonalização do escravo. Sendo assim, o escravo teria que ser moldado conforme as necessidades dos seus senhores. De acordo com Mattoso (2016, p.128),

Finalmente, a função preenchida e a tarefa cumprida produziam a condição escrava, assim como a variedade dessas condições que, mesmo sendo tão variada quanto eram as funções, não modificavam o estado do escravo inteiramente dependente do arbítrio do senhor. Assim, insuficientes para definir a escravidão, as relações de produção se limitam de maneira abusiva tudo aquilo que permite situar essa massa de indivíduos que não participava forçosamente de um modo de produção definido, mas que, ao contrário, era alocado em funções e tarefas das quais dependia a vida da classe dominante, numa real inversão das relações habituais entre explorados e exploradores.

Nesta relação explorador-explorado, era o senhor quem estabelecia as regras e normas, e conseqüentemente o escravo não poderia usufruir da sua personalidade e de suas vontades próprias. Mattoso (2016, p. 128), considera que “o escravo era obviamente um ser inferior, e por isto ele não pudesse adquirir uma personalidade, mesmo incluído na sociedade, mas somente ocupando sua posição enquanto um objeto de dominação dos senhores.” Entre tantas violências sofridas fisicamente pelos escravos, a redução deste a objeto sem personalidade e sem direito a manifestar vontades traz uma característica enfática deste período histórico, em que a liberdade de expressão dos escravos era reprimida pelos senhores. Nas discussões de Mattoso (2016, p.129),

A inserção social do escravo e a conseqüente aceitação pelos homens livres numa sociedade fundada no trabalho escravo dependiam intimamente da resposta dada ao senhor pelo trabalhador escravo em relação à lealdade, obediência e submissão que representava a personalidade do ‘bom escravo’. [...] Tranquilas ou violentas, as vias levavam o homem negro à lealdade, obediência e submissão aparente no trabalho lhe davam nova identidade. O senhor, em geral, preferia a persuasão à coerção.

A partir do sistema escravocrata o negro, neste momento enquanto escravo, precisou ser aceito socialmente, era visto de forma diferente pelos homens livres, e dominados pelo homem branco, em contrapartida não era permitido que estes se expressassem de forma que fossem identificadas qualidades nestes sujeitos. A imposição de que o homem negro escravo eram física e intelectualmente inferiores, eram princípios desta sociedade. Este escravo chegado, era de certa forma acolhido pelos homens negros já residentes nas fazendas. De acordo com Mattoso (2016, p. 131),

A mistura de etnias feita pelos senhores tornava menos homogêneo o grupo de escravos e evitava certas formas de revolta; alguns senhores ataçavam algumas diferenças étnicas, oferecendo sistematicamente, por exemplo funções de comando para alguns, enquanto que para os outros legava funções subalternas e desgastantes.

Os senhores de engenho tinham a dimensão do que poderia ser uma revolta organizada pelos escravos, considerando que em sua grande maioria os cativos eram de mesmas localidades da África, trazendo assim os mesmos costumes, tradições e capacidade de organização. De acordo com Moura (1993, p. 7),

Podemos dizer que, na América, o Brasil foi o país que teve a maior percentagem de escravos desembarcados. Segundo Décio Freitas, importamos perto de 40% do total de 9.500.000 negros (segundo suas estimativas) transportados para o Novo Mundo.

No decorrer da história marcada pela violência os escravos os quais eram extremamente oprimidos começaram a criar formas de resistência para confrontar o sistema escravocrata. Exigiram direitos como poder realizarem os cultos religiosos, direito a folgas nos fins de semana, redução de carga horária de trabalho, no entanto reformas para melhorias não foram realizadas. Símbolo de frustração o escravo buscava a solução para os problemas sofridos partindo de fuga ao suicídio. De acordo com Mattoso (2016, p. 177),

Para um escravo inadaptado, juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga era de fato a expressão violenta de sua revolta interior. O escravo 'em fuga' não fugia somente do senhor ou do trabalho, mas dos problemas sem solução de sua vida diária: fuga do modo de vida e da falta de enraizamento tanto no grupo de escravos como na sociedade global.

Para Mattoso (2016, p. 180), "as formas de suicídio eram cruéis e representavam o desespero dos escravos em serem submetidos àquela condição

precária e desumana, e o medo levava o escravo ao suicídio.” Segundo Mattoso (2016, p.180),

Medo vingador para o qual todos os meios eram bons: asfixia engolindo a própria língua, enforcamento, estrangulamento, geofagia. Havia o costume de colocar uma máscara de zinco no escravo pego em flagrante delito de geofagia. Mas como tratar aquele que se deixava morrer de fome? Pois o escravo que decidia morrer, perdia o apetite, emagrecia e morria: era o banzo, suicídio lento, doença da nostalgia profunda. [...] Até 1824, as mutilações de escravos desobedientes eram autorizadas e corriqueiras: marcas com ferro em brasa, dedos esmagados, orelhas cortadas, pés em partes amputados. Abolido o uso somente em 1886, o chicote permanecia o instrumento privilegiado de repressão, embora um regulamento de 1830 proibisse ultrapassar 50 chicotadas a cada vez.

Essas fugas deram início, em meados do século XVI, aos chamados quilombos ou mocambos. De acordo com Moura (1993, p. 11), “quilombo é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” O autor considera que os quilombos surgiram como sinal de protesto dos escravos às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Para Mattoso (2016, p. 182), “os quilombos eram esconderijos de escravos fugidos organizados contra o poder branco.” O autor cita que os quilombos eram organizações pacíficas e que só utilizavam da violência quando eram atacados pela polícia ou exército. Os ataques geralmente ocorriam quando estes quilombos eram considerados sólidos, proporcionando para os seus integrantes itens para a sobrevivência e dessa maneira consequentemente fortalecidos. Conforme Mattoso (2016, p.183),

Surgiram da própria instabilidade do sistema escravista, do trabalho organizado de modo passivo, das imposições rígidas, das injustiças e dos maus tratos, constituindo uma solução para qualquer inadaptação do escravo dividido entre a comunidade branca e a negra. [...] Os quilombolas, nome dado aos fugitivos nos quilombos, encontravam sempre apoio e solidariedade que lhes permitiam viver à margem da sociedade. O quilombo, no entanto, nunca nascia de um plano premeditado; passava a existir espontaneamente, podendo abrigar, no mesmo esconderijo, negros africanos e crioulos, escravos ou brancos livres desprivilegiados. Livres e alforriados dos quilombos eram em geral desertores, ladrões, assassinos ou simplesmente homens a quem fora negado o exercício de algumas profissões.

Os quilombos, em geral, eram localizados nas zonas rurais onde o espaço permitisse a organização da estrutura para moradia dos quilombolas e de um local que servisse para esconderijo e que fosse de difícil acesso. A preocupação em encontrar um local com esta estrutura, e que principalmente proporcionasse

esconderijos, era devido as perseguições sofridas também pelos capitães do mato. Com relação a estrutura dos quilombos cita-se Mattoso (2016, p. 183),

A provisão real de 6 de março de 1741 considerava como quilombo qualquer grupo constituído por mais de cinco escravos fugidos, mas no século XIX as leis provinciais se voltavam contra quilombos de dois ou três escravos. Havia diferenças enormes entre um quilombo que reunia centenas ou milhares de fugitivos e a cabana que abrigava alguns escravos fugidos: os primeiros estruturavam toda uma nova sociedade com hierarquias, um poder econômico e político, enquanto que os segundos representavam associações precárias, instáveis, cujos membros subsistiam de rapina e viviam como guerrilheiros.

Para Gomes (2013, p. 450), pode-se considerar dois formatos de quilombos, os culturalistas e os materialistas⁷. De acordo com o autor, os quilombos culturalistas datam de 1930 e 1950, eram caracterizados pela sua resistência cultural, os escravos fugiam para organizar quilombos para resistir culturalmente ao processo de opressão. O autor salienta que eram somente nesse formato de quilombo que os escravos africanos poderiam preservar livremente sua cultura e sua identidade africana. O formato materialista, teve vigência durante os anos 1960 e 1970, estes quilombos eram caracterizados por escravos que sofriam maus tratos e castigos, e resistiam à opressão do senhor de engenho fugindo para os quilombos. De acordo com Moura (1993, p 13),

O fato é que, o Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães do mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo.

Para Moura (1993, p.14), “os quilombos não tinham um projeto de nova organização social, capaz de substituir o sistema escravocrata, mas tinham um grande potencial de dinamismo capaz de desgastá-lo e criar elementos para crise em sua estrutura.” Contudo, a capacidade de organização dentro dos quilombos permitia ainda selecionar os membros, no entanto negros que cometiam conflitos, ou que eram

⁷ Os dois tipos de formatos de quilombos foram citados considerando a importância da informação. No entanto a dissertação não tem como objetivo configurar as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa de acordo com os formatos de quilombo mencionados por Gomes (2013).

considerados bandidos pela sociedade aproveitavam das localidades onde estavam os quilombos para utilizar de esconderijo. De acordo com Gomes (2013, p. 457),

As autoridades sabiam que era difícil chegar até os quilombolas. Não só permaneciam bem protegidos por serras e mangues de difícil acesso, como utilizavam, via de regra, a estratégia de não enfrentar diretamente as forças militares. Optavam por rapidamente se refugiar, preparar armadilhas na floresta ou atacar as tropas de surpresa. Nesse sentido, invariavelmente expedições punitivas se constituíam em previsíveis fracassos.

Segundo Moura (1993, p. 16), “os escravos negros juntavam-se aos índios para praticarem desordens. Uma delas era a destruição da força.” Várias vezes as autoridades verberaram as atividades dos negros que repetidamente destruíram aquele instrumento de morte. Moura (1993, p. 17), assinala que, “esses negros eram os que saíam dos quilombos ou aqueles que ainda praticavam o banditismo individual ou em pequenos grupos.” Após os delitos, evidentemente procuravam os quilombos para se esconder. Mesmo os negros que fugiam dos locais por não aguentarem a repressão e a violência, quando eram capturados continuavam a ser violentados. Como exemplo, Moura (1993, p. 20), cita que “quando resgatados eram ferrados com brasa com um F na testa que significava fujão.” De acordo com Moura (1993, p. 23),

Como vemos, o corpo do escravo era equiparado ao dos animais, violentado, mutilado e espancado até a morte. Somente através do espírito de rebeldia, da luta e da reelaboração de comunidades livres, ele conseguia a sua reumanização. Do alvará da colônia aos anúncios dos jornais, eles eram ferrados e tratados como gado.

A luta para permanência nos quilombos era diária, os escravos unindo-se desta forma iam contra um sistema repressor e violento, e muito mais forte política e economicamente, o qual estava perdendo com a existência dos quilombos a sua mão de obra. Conforme Gomes (2013, p.451), “com dificuldade para destruir os quilombos, as autoridades chegaram a propor-lhes tratados de paz, que reconheciam a autonomia dos quilombolas em troca de lealdade à Coroa.” Era preciso encontrar alternativas para subsistência dos integrantes, bem como maneiras para resistir a invasões e resgates. Moura (1993, p. 24), aponta que

Os negros tiveram de entrar em contato com outras camadas, grupos e segmentos oprimidos nas regiões que atuavam. Precisavam de armas, pólvora, facas e outros objetos. Realizavam, então, um escambo permanente com pequenos proprietários locais, mascates, regatões, a fim de conseguirem aquilo de que necessitavam, especialmente armas e pólvora.

Essas alternativas tinham como justificativa a sobrevivência do escravo refugiado, e quem sabe sentir-se livre, desprendido e não mais dependente do sistema escravocrata. “Assim os escravos acabam por desenvolver uma indústria de guerra para sua proteção, fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos a serem utilizados nos confrontos.” (MOURA, 1993, p. 26). Os quilombos funcionavam como unidade produtiva, desenvolviam internamente várias atividades para se manter e para alimentar sua população. Para Gomes (2013, p. 453),

É possível analisar as estratégias de manutenção de autonomia dos grupos de escravos fugidos a partir da perspectiva de os mesmos forjarem grupos de camponeses, tentando integrar suas atividades econômicas não só com as comunidades de senzalas próximas, como também junto a pequenos lavradores, homens livres pobres, vendeiros etc., enfim à economia de abastecimento.

Conforme Moura (1993, p. 26) os quilombos,

Tinham seu setor artesanal, que se desenvolvia constantemente, metalurgia, tecelagem; finalmente, organizava-se internamente para conseguir, em caso de isolamento ou de guerra, manter-se sem grandes crises internas de produção. Essa dupla atividade dos quilombos – de um lado, mantendo intercâmbio com outras unidades populacionais e produtivas e, de outro, desenvolvendo sua própria economia interna – permitiu-lhe possibilidades de sobrevivência na sociedade escravista que o perseguia.

“Entre a resistência e a persistência dos negros escravos membros de quilombos, sua história perpassa desde o século XVI até aproximadamente a abolição da escravatura.” (MOURA, 1993, p. 27). Com relação a organização dos quilombos, Moura (1993, p. 32) cita que, “muitos eram pequenos, outros maiores, mas todos com o mesmo objetivo de fugir do sistema escravocrata.” De acordo com Moura (1993, p. 32), “existem aproximadamente sete tipos de quilombo, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviços, e os predatórios.” As características passavam desde o manuseio de produtos locais de cada região, trabalharem fora dos quilombos nos centros urbanos, ou até unirem-se para praticarem saqueamento contra os brancos. Conforme Gomes (2013, p. 453),

Do ponto de vista socioeconômico, estas relações sociais mantidas pelos quilombolas articularam alguns grupos ao mercado de abastecimento de alimentos e comércio clandestino. A frequência, volume, periodicidade, continuidade e importância dessas relações dependeram dos contextos específicos de algumas áreas e das estratégias dos grupos quilombolas que nelas se estabeleceram. Diversos fatores econômicos, geográficos e demográficos tiveram impacto sobre as formações de grupos fugitivos. As estratégias quilombolas para manter sua autonomia relacionavam-se a contextos geográficos e socioeconômicos diversos.

Para Moura (1993, p. 35), “a organização política dos quilombos não era apenas um aglomerado de pessoas, mas cada membro tinha uma função específica a desempenhar.” Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela. Os quilombolas criavam formas de organização familiar, religiosa, e especialmente econômica. Conforme Moura (1993, p. 37),

Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época eram um ‘perigo’ e criava as premissas para a reflexão de grandes camadas da população oprimida. Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos excluídos pela sociedade escravocrata, independentemente de sua cor.

A capacidade de organização causava a insegurança na sociedade regida pelo sistema escravocrata, devido os escravos que moravam nos quilombos em não depender dos senhores para as suas necessidades mais básicas. Entende-se que essa independência dos quilombolas proporcionou o empoderamento destes integrantes, considerando a autonomia em diversos setores de organização, além de considerarem humanamente capazes de desenvolver capacidades que até então era forçado a desacreditar pelas imposições senhorias. Ainda a insegurança percorria a sociedade, pois os quilombolas tinham forte influência sobre aqueles escravos que ainda permaneciam sob a submissão dos senhores. De acordo com Gomes (2013, p. 454),

Na perspectiva da formação de comunidades camponesas pode-se pensar na constituição de quilombos e as suas articulações socioeconômicas pontuais, com circuitos de abastecimento de alimentos e vários outros produtos em diversas áreas. Feijão, milho, mandioca e outros excedentes produzidos em alguns mocambos podiam tanto ser trocados com os escravos nas senzalas, com taberneiros, como serem enviados para os mercados locais por intermediários comerciais. Tal perspectiva pode ter proporcionado transformações essenciais nas relações entre senhores e escravos, uma vez que os mundos criados pelos quilombolas interagiam cada vez mais com aqueles que permaneceram escravos.

Importante citar a relevância do quilombo dos Palmares, e principalmente a relevância da repercussão do seu papel na história do Brasil. De acordo com Mattoso (2016, p. 184),

A história de Palmares é bem conhecida. Em 1630 a Holanda se estabelecia em Pernambuco. Os portugueses formaram um regi

mento negro comandado por Henrique Dias, que ajudou a combater o inimigo holandês. Todavia, como Calabar, outros negros se organizaram para combater seus antigos senhores e colaboraram com o inimigo, ao passo que outros simplesmente fugiram, suscitando a repressão tanto dos portugueses como dos holandeses. Abrigados na densa e impenetrável floresta de Palmares, onde os recursos naturais eram abundantes, os fugitivos estabeleceram a 'república' numa superfície de 60 léguas com várias cidades: Zumbi, Acotilene, Tabocas, Dambrabanga, Subupira, Osenga e a capital, Macaco, grande cidade com 1.500 casas.

Para Moura (1993, p. 39), "Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina." O grande número de escravos foragidos para Palmares, de acordo com Moura (1993, p. 41), "justifica-se devido o difícil acesso ao quilombo e a abundância de madeiras, facilidade para adquirir água e caçar, e meios de defesa proporcionaram o aumento de novos membros." Para Moura (1993, p. 42), "Palmares era montada em um binômio, território-população, e se dinamizava desta forma." Organizava-se criando um espaço humano e social, dentro do seu espaço físico. Conforme Mattoso (2016, p. 184),

O primeiro chefe eleito dessa 'república' foi o 'rei' Ganga Zumba, que seria assassinado em 1678 porque consentira em negociar com os brancos e assinar um tratado de paz. O lendário Zumbi, seu sucessor, personificou a resistência negra. Esses reis governavam a partir de sua cidade de origem, que se tornava então a capital do quilombo; eram acompanhados por um conselho de anciãos escolhidos entre os chefes das outras cidades. Rei e chefes tinham sua guarda pessoal. [...] Qualquer escravo fugido que procurasse asilo no Quilombo dos Palmares era considerado como livre. Por outro lado, um escravo trazido à força continuava sendo escravo, mas podia comprar sua liberdade. [...] Vivia-se da pesca, da caça e da coleta, além do cultivo do milho, da mandioca, da batata-doce, do feijão e da cana de açúcar, plantados no território da república.

Além da produção da sua subsistência Palmares, conforme Moura (1993, p. 47), "o quilombo produzia açúcar, todos os membros centralizavam suas forças nesta produção para que este artigo circulasse no mercado colonial." De acordo com Moura (1993, p. 48),

Achamos que no sistema produtivo de Palmares existia uma dinâmica constante, começando com uma fase recoleitora, fase que, aliás, não desaparecerá nunca, mas permanecerá como forma subsidiária e complementar durante toda a evolução de sua economia. Caça e pesca, fundamentalmente.

O autor aponta que a biodiversidade do local onde estava instalado Palmares propiciava que recolhessem os alimentos ofertados naturalmente, e que a caça era

facilitada devido a abundância de animais na região. A maneira como era produzida diferenciava-se da Colônia. De acordo com Moura (1993, p. 49),

Os quilombolas ao repudiarem o sistema latifundiário dos sesmeiros, adotavam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era do Estado, como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos.

Entende-se dessa forma que os quilombolas a compartilharem a produção enquanto um acréscimo para a riqueza social, almejavam em sua maneira de viver a leitura crítica de que era preciso colocar como prioridade o coletivo, mesmo os quilombolas enfrentando resistência perante a sociedade. Moura (1993, p. 51) cita que, “Palmares passou a ter uma economia fundamentalmente agrícola, criando excedentes para redistribuição interna e externa.”

“Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista – colonialista.” (MOURA, 1993, p. 62).” A figura de Zumbi dos Palmares não aparece por acaso, este foi a síntese da capacidade de organização, mobilização e resistência do quilombo, sintetizou na sua biografia, a biografia de seu povo pelo qual deu a vida.” (MOURA, 1993, p. 64).

“Os quilombos no Brasil não ameaçaram o sistema escravista, pois os quilombolas não necessariamente questionavam a existência da escravidão, uma vez que se internavam em matas distantes somente à procura de abrigo e proteção.” (GOMES, 2013, p. 460). A existência dos quilombos auxiliou na ampliação dos seus significados, considerando que até então eram seres considerados desumanizados. Através de sua organização foram considerados como pequenos camponeses pois comercializavam sua produção em comunidades vizinhas, além de sua luta representar a luta pelo acesso à terra e a permanência da sua cultura africana.

Atualmente no Brasil, conforme dados selecionados, a partir do site da Fundação Cultural dos Palmares⁸, a Portaria nº 34/2019, publicada no Diário Oficial da União em 18 de fevereiro de 2019 atualizou o número de comunidades quilombolas

⁸ A Fundação Cultural dos Palmares, foi fundada com o intuito de preservação da cultura afro-brasileira. É o órgão competente pela certificação das comunidades quilombolas no Brasil. Consulta realizada no dia 25 de mar. de 2019. Disponível em < http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>

certificados⁹. Ainda se realizou consulta no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA¹⁰, constam 1.715 processos abertos aguardando o andamento para a titulação das terras. A partir das informações sistematizou-se na Tabela 01 as comunidades quilombolas certificadas por região.

TABELA 01 – Comunidades Quilombolas Certificadas conforme levantamento da Fundação Cultural dos Palmares (continua)

Região	Estado	Certificadas
Centro-Oeste	Goiás	57
	Mato Grosso	72
	Mato Grosso do Sul	20
Nordeste	Alagoas	67
	Bahia	680
	Ceará	147
	Maranhão	812
	Paraíba	38
	Pernambuco	154
	Piauí	83
	Rio Grande do Norte	27
	Sergipe	32
Norte	Amazonas	7
	Amapá	39
	Pará	195
	Roraima	7
	Tocantins	36
	Espírito Santo	37
	Minas Gerais	280

⁹ O processo de certificação das comunidades quilombolas ocorre primeiramente, conforme a Portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007 da Fundação Cultural dos Palmares., com o cadastro geral das comunidades. Este cadastro geral é elaborado a partir de sistema informatizado afim de registrar os dados das comunidades quilombolas. A partir desse cadastro inicial dá-se o prosseguimento para emissão de certidão de autodefinição como remanescentes de quilombos, para isso são necessários: apresentar ata de reunião de associação ou reunião realizada pela comunidade solicitante; ata de reunião de associação com pauta específica sobre o assunto autodefinição e lista de presença; documentos referentes a comunidade quilombola, sejam eles: fotos, trabalhos, reportagens sobre a comunidade; relato sobre a história da comunidade quilombola; e solicitação da emissão de certidão de autodefinição. Dados disponíveis em < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>

A comunidade tendo recebido a certidão de autodefinição, é realizado o encaminhamento para a certificação ao órgão competente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para dar início ao processo é necessário que a comunidade ou qualquer instituição representante solicite a certificação. A partir disso serão realizadas reuniões com a comunidade quilombola e o grupo técnico interdisciplinar do INCRA informando como ocorrerão os procedimentos. Será elaborado a partir de visitas da equipe técnica interdisciplinar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que ao ser finalizado será encaminhado ao Comitê de Decisão Regional para o recebimento da certificação de terras quilombolas. Dados disponíveis em < <file:///C:/Users/Marli/Documents/Modelos%20Personalizados%20do%20Office/MARLI/MESTRADO/QUILOMBOLAS/DISSERTAÇÃO/DISSERTAÇÃO/CAP%201/LEGISLAÇÃO/instrução%20normativa%20incra%202009.pdf>>

¹⁰ Consulta realizada no dia 27 de mar. de 2019. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>

Sudeste	Rio de Janeiro	37
	São Paulo	51
Sul	Paraná	38
	Rio Grande do Sul	127
	Santa Catarina	11
Total		3.054

Fonte: Fundação Cultural dos Palmares. Comunidades Quilombolas Certificadas 2019. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126 Acesso em 26 mar. 2019.

De acordo com o Programa Brasil Quilombola¹¹ (2013, p. 14),

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão.

1.3 Políticas Públicas e Quilombolas

A importância da contextualização histórica para a abordagem de um tema relevante como o proposto nesta dissertação, nos faz refletir sobre por que surgiram os quilombos, e pensa-los atualmente como territórios que possuem demandas sociais específicas para que se criem políticas públicas. Entendemos política pública a partir de Souza (2006, p.26),

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A presente dissertação não tem como objetivo fazer a análise das políticas públicas para comunidades quilombolas, e sim verificar o acesso dessas aos serviços

¹¹ Conforme dados do Programa Brasil Quilombola (2013, p. 16), as comunidades quilombolas tem como principais características: 80 mil famílias cadastradas no Cadastro Único – CADUNICO; 79,78 % beneficiárias do Programa Bolsa Família; 74,73% em situação de extrema pobreza; 24,81% não sabem ler; 92,1% autodeclarados pretos ou pardos; 82,2% sobrevivem do desenvolvimento de atividades agrícolas, extrativismo ou pesca artesanal.¹¹ Os dados demonstram a necessidade e as demandas sociais das comunidades quilombolas para as políticas públicas. Neste sentido cabe a reflexão sobre as ações do Estado para o atendimento as demandas políticas, sociais e econômicas das comunidades quilombolas.

públicos no município de Ponta Grossa. No entanto, ao embasar teoricamente o conceito de políticas públicas, bem como outros aspectos relacionados, é importante destacar que a partir do enfoque dialético alguns elementos são essenciais. Conforme Behring e Boschetti (2011, p.44), os elementos essenciais seriam:

O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevaletentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes. É imprescindível analisar aspectos centrais da política econômica como índices de inflação, taxas de juros, taxas de importação/exportação, distribuição do produto interno bruto nos orçamentos das políticas econômica e social, grau de autonomia do Estado na condução da política econômica, acordo assinados com organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional, grau de acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida, de modo a mostrar seus efeitos sobre a conformação das políticas sociais.

As demandas sociais podem ser consideradas como fatores determinantes para a elaboração e o crescimento das políticas públicas, na medida em que se apresentam as características e as necessidades da população. O contexto sócio-histórico brasileiro demonstra as múltiplas expressões da questão social tornando-se objeto de ações filantrópicas, focalizando os programas de combate à pobreza, acompanhadas das privatizações das políticas públicas. Conforme Iamamoto (2018, p. 77), as estratégias para esconder a desigualdade têm sido tensionadas por projetos políticos-institucionais distintos, cujas propostas convivem em tensão: a defesa dos direitos sociais e a mercantilização e refilantropização do atendimento. Sendo assim, de acordo com Giovani (2009, p.11), o conceito de políticas públicas evoluiu, compreendendo as mudanças históricas, culturais e sociais, e as relações sociais entre Estado e sociedade.

O atendimento das comunidades quilombolas através das políticas públicas deve levar em consideração o processo histórico vivenciado por essas comunidades e analisar as demandas sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam estes locais. De acordo com Marques (2013, p.17), compreende-se a necessidade de a política pública abordar análise interventiva, afim de contextualizar os problemas sociais e políticos, remetendo-se desta forma a uma atuação multidisciplinar. Considerando a relevância do estudo contextualizado, concordamos com Behring e Boschetti (2011, p.39), quando as autoras citam que a investigação marxista caracteriza-se, assim, por não deixar enganar por aspectos e semelhanças

superficiais presentes nos fatos, procurando chegar à essência do fenômeno. Defendemos a importância da relação teoria prática perante a formulação e o planejamento de políticas públicas, tendo em vista a multiplicidade de informações que a realidade demonstra diariamente, e a qual está em constante transformação.

Analisar a necessidade das comunidades quilombolas e perceber suas características, as quais são sensivelmente dispare das vivenciadas pelo restante da população nos faz pensar, afinal por que políticas públicas para quilombolas? A trajetória histórica e o preconceito visivelmente velado por essas comunidades, nos leva a crer que estas precisam em um primeiro momento não ter meramente suas terras quilombolas reconhecidas juridicamente, mas sobretudo a compreensão de sua história, cultura, modos de viver, de comer, de morar, entre outros aspectos que fazem refletir sobre a amplitude dessas comunidades, e se pensar políticas públicas que se desdobrem em programas e projetos para o atendimento desta população. De acordo com Yazbek (2018,p.90), as políticas públicas estão incluídas em processos seletivos e meritocráticos de distribuição e redistribuição de bens materiais; bens culturais que permitirão a sobrevivência e a integração na vida social; e os princípios reguladores, que, com objetivo protetivo, fazem parte da vida das coletividades.

Com relação a categoria política pública, é importante ressaltar que historicamente o Brasil teve sua proteção social estruturada na solidariedade e benemerência, principalmente com relação as ordens religiosas e instituições filantrópicas. O aspecto cultural vinculado a solidariedade, contribui para a condução e execução de projetos e programas conduzidos pelas sociedade civil, contribuindo para a falta de investimento em políticas públicas. As mudanças ocorridas durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, assinalaram mudanças nesse cenário. De acordo com Yazbek (2018, p.101), apesar de nessas gestões ocorrerem políticas públicas focalizadas, as mudanças alteraram as bases dos sistemas de proteção social, como poderemos verificar na sequência.

As comunidades quilombolas ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras, caminham esforçados para manterem-se nesses locais em sua maioria localizados em zonas rurais. Além disso, a dificuldade pelo reconhecimento de sua identidade quilombola e conseqüentemente de suas especificidades, enfatizam a resistência do preconceito e da discriminação racial direcionada a esta população. Conforme Santos (2017, p. 1020),

Tudo isso evidencia a importância de definir políticas públicas que sejam capazes de viabilizar o processo de promoção da equidade social e igualdade de direitos a esse setor e ao segmento negro, visto que ainda subsiste um imensurável débito herdado do processo histórico e social que envolve a formação do país, e cujas influências até hoje são determinadas das suas condições existenciais.

A partir disso reflete-se que o Estado deve identificar as demandas sociais, estudá-las por meio de instrumentos que possibilitem a leitura das realidades, e promovam políticas públicas que atendam, primeiramente os direitos e conseqüentemente as necessidades da população. Desta forma, é importante pontuar algumas das ações do estado brasileiro pertinentes para o atendimento das comunidades quilombolas.

O primeiro ponto a citar é o art. 68º dos Atos das disposições constitucionais transitórias - ADCT, da Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, aqueles que estejam ocupando suas terras, e serão reconhecidas a partir de títulos emitidos pelo Estado. Outro aspecto que fortaleceu as comunidades quilombolas foi a aprovação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Este prevê a regulamentação para o procedimento de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes de quilombos, conforme art. 68º ADCT, sendo o órgão responsável o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Para ser iniciado o procedimento a que se propõe este decreto, de acordo com o art. 2ª, parágrafo 1º, a caracterização referente a auto definição será feita pela própria comunidade quilombola, através da Fundação Cultural dos Palmares. O decreto entende que as terras quilombolas serão utilizadas para sua reprodução física, social, econômica e cultural. O art. 3º, parágrafo 3º, prevê que para iniciar o procedimento de regulamentação das terras é necessário o encaminhamento de ofício para o INCRA ou por requerimento de qualquer interessado. Seguindo os desdobramentos deste decreto, no ano de 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola – PBQ, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, no entanto o programa passou a ser executado somente a partir do ano de 2013.

Antecederam a execução do Programa Brasil Quilombola, algumas legislações relevantes que necessitam ser citadas. O Decreto nº 6.040, de 07 de

fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Conforme o art. 3º,

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Enquanto princípios norteadores da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cita -se conforme art. 1º: considerar a diversidade cultural e social em sua amplitude, tendo como premissa não desrespeitar ou negligenciar as condições desses grupos; a visibilidade desses grupos ocorrerá a partir de sua expressão de cidadania; a segurança alimentar e nutricional será considerada como direito dos povos e comunidades tradicionais; o acesso a informação de forma acessível; a promoção do desenvolvimento sustentável; a pluralidade socioambiental, econômica, cultural; descentralização e transversalidade das ações; reconhecimento e os direitos consolidados; articulação com demais políticas públicas; promover a participação; a articulação e integração com Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN; contribuição para sensibilização coletiva; erradicação de todas as formas de discriminação; e preservação dos direitos culturais. Para a execução dos princípios como instrumento de implantação principal será elaborado um plano nacional, que somente em 2013 foi planejado.

O Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, institui sobre as ações integradas para a execução da Agenda Social Quilombola. Conforme o art. 1º,

Art. 1º As ações que constituem a Agenda Social Quilombola, implementada por meio do Programa Brasil Quilombola, serão desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

As ações compreendidas pela Agenda Social Quilombola - ASQ, de acordo com o art. 2º, serão: o acesso à terra, à infraestrutura e a qualidade de vida, à inclusão produtiva e o desenvolvimento local, e à cidadania. Estes itens serão abrangidos através das ações propostas pelo Programa Brasil Quilombola. O decreto ainda enfatiza que serão prioridades para a Agenda Social Quilombola - ASQ, as comunidades que possuem índices significativos de violência, baixa escolaridade e aspectos característicos de vulnerabilidade social. Para a execução da ASQ, será instituída uma comissão para a gestão das ações, que será coordenador pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Como complemento, principalmente do Decreto nº 4.887, foram instituídos a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, da Fundação Cultural dos Palmares, e a Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, prevista pelo INCRA. A portaria nº 98 da Fundação Cultural dos Palmares - FCP, prevê os procedimentos para a emissão da certidão de auto definição. Para cadastrar as comunidades quilombolas no cadastro geral, primeira instrução a ser seguida, de acordo com a Portaria nº 98 em seu art.1º denominam-se comunidades quilombolas como terras de preto, comunidades negras, mocambos ou quilombos. Dando sequência aos procedimentos para que a comunidade quilombola emita sua certidão de auto definição são necessários conforme o art.3º: para as comunidades que não possuam associação legalmente constituída, será necessário apresentar ata de reunião realizada com a finalidade de comunicar os trâmites para o recebimento da certificação com a aprovação maioria presente; as comunidades que possuem associação legalmente constituída deverão encaminhar ata de reunião aprovada pela maioria presente; encaminhamento de documentos históricos, reportagens, pesquisas realizadas, fotos da comunidade quilombola; relatório constando a trajetória vivenciada pelo grupo; e solicitação de emissão do certificado de auto definição para o Presidente da FCP. Conforme art. 3º, parágrafo 2º se necessário em caso de dúvidas e questões para o esclarecimento a FCP poderá realizar visita técnica no local o qual está solicitando a certidão.

A Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, instituída pelo INCRA regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação, e registro das terras ocupadas por remanescentes

de quilombo. Para o recebimento da certificação, o INCRA realiza a definição das terras e estudo por equipe interdisciplinar, a qual organiza inicialmente reuniões juntamente com a comunidade quilombola a ser certificada. Continuamente é realizado relatório técnico de identificação e delimitação – RTID. Conforme o art. 10º o RTID aborda informações: cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas. Após ser elaborado o RTID de acordo com o art. 12º este será encaminhado a órgãos e entidades envolvidos, os quais possuem o prazo de 30 dias para manifestarem discordâncias presentes no relatório, não ocorrendo manifestações dos órgãos será considerada a concordância dos órgãos e entidades.

Outro marco legal importante e que fortaleceu as discussões étnicos-raciais no Brasil, foi a instituição da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, a qual prevê o Estatuto da Igualdade Racial. Dentre os artigos é relevante citar o parágrafo único, do art. 8º que dispõe sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, conforme o parágrafo,

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

A previsão deste parágrafo, presume que as comunidades remanescentes de quilombos, possuem demandas específicas oriundas de seus territórios os quais incluem questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente por centralizarem-se em áreas rurais, e aspectos relacionados a cultura e a modos de viver, conviver, se alimentar. As questões relacionadas ao campo da saúde podem ser analisadas também a partir de sua cultura, considerando as práticas domésticas de cura e prevenção de doenças. Conforme previsto no art. 18, é assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.

De acordo com o Capítulo IV, do acesso à Terra e à Moradia Adequada, o art. 31 condiciona a previsão de que os remanescentes de comunidades quilombolas terão suas terras reconhecidas e certificadas pelo Estado. O art. 32º prevê que o poder executivo realizará políticas públicas específicas para o atendimento de comunidades remanescentes de quilombos, respeitando os aspectos culturais e ambientais das

mesmas. Como já citado, uma das especificidades das comunidades quilombolas é de que estas localizam-se em áreas rurais, o art. 33º prevê,

Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Além dessas previsões, a lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, institui o Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial – SINAPIR, de acordo com o art. 47º, tem como objetivo organizar e articular ações de implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, prestados pelo poder público federal.

Dando continuidade as ações do Estado, em um primeiro momento uma preocupação de nível teórico, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2013 – 2015. O plano foi dividido em três capítulos. Sendo o primeiro com informações relacionadas aos trâmites que antecederam a elaboração do plano, bem como a contextualização das comunidades tradicionais. Destaca-se a definição de povos e comunidades tradicionais pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013, p. 17), grupos trazidos pelo Brasil no período do sistema escravocrata, com sua chegada constituíram territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária. Neste primeiro capítulo ainda são citados a criação em 21 de março de 2003 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, atualmente a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Neste mesmo momento foi criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, órgão consultivo, com o objetivo de discussões e análises de demandas da população negra. Ainda como trajetória de ações referentes as políticas públicas, é citada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, prevista pela portaria nº 992, de 13 maio de 2009 do Ministério da Saúde.

O segundo capítulo refere-se à construção do plano, quais foram os procedimentos, quais as decorrências, e quem foram os participantes da construção desse processo. O plano foi construído enquanto um instrumento de planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas prioritárias para a população negra, que foram executadas com base no Plano Plurianual de 2012 – 2015. As demandas para subsidiar a construção do plano ocorreram em dois momentos. O

primeiro foi análise de documentos resultantes de diversos diálogos, com a participação da sociedade civil, sendo eles: resoluções da I e II Conferência de Promoção da Igualdade Racial (2005 e 2009); Pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-Brasileira (2009); Oficina Nacional para Elaboração de Políticas Públicas (2011); Seminário Territórios das Matrizes Africanas (2011); V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (2011). O segundo momento teve como objetivo estudar documentos institucionais de planejamento do governo federal, sendo eles: Plano Plurianual (2012-2015); I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015); Plano Nacional de Cultura (2012); III Programa Nacional de Direitos Humanos (2010); Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009); Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2009); Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); e Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (2000). Seguindo esses dois momentos realizados, as principais atividades com a sociedade civil para a construção do plano foram: reunião ordinária da comissão nacional dos povos e comunidades tradicionais (2012); I plenária nacional do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos povos tradicionais de matriz africana (2012); e a apresentação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2012). Dois aspectos devem ser considerados, o primeiro dele é de que existiu um esforço e uma prioridade do Estado em analisar documentos de eventos em que ocorreram a participação da sociedade civil, e conseqüentemente descreviam as demandas específicas desses participantes perante suas comunidades. Ainda nesta lógica, a promoção de momentos para discussão sobre a construção do plano juntamente com aqueles que demandam das ações do Estado para melhoria principalmente de sua qualidade de vida, trouxe a necessidade da participação da sociedade civil enquanto grupo qualificado para pontuar suas especificidades. O segundo aspecto é a análise dos documentos institucionais enquanto campo teórico agregador da construção do plano, de forma a considerar a possibilidade do Estado em executar ações e integrar aquelas que já vinham sendo executadas. No entanto o documento não demonstra características específicas, principalmente de como foi a participação da sociedade civil, quem foram os participantes, de que forma ocorreu essa participação, e se especialmente essas reflexões e discussões chegaram aqueles que são representados por um pequeno grupo.

O terceiro capítulo do plano organiza os três eixos seus objetivos iniciativas e metas. O primeiro eixo dispõe sobre a garantia de direitos, as ações são intermediadas principalmente pelas medidas de valorização e combate ao racismo, entendidas como fundamentais para o combate às iniquidades raciais existente em diversos níveis sociais. O eixo dois, enfatiza na territorialidade e cultura, as ações centralizam-se no mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, regularização das terras, e preservar o patrimônio e as expressões culturais desses povos. A inclusão social compõe o terceiro eixo, de acordo com o plano (2013, p. 40), a superação da vulnerabilidade socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais passa pelo desenvolvimento sustentável, inclusão produtiva e valorização das práticas tradicionais de alimentação e de saúde.

A elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2013 – 2015, representa um instrumento relevante para o atendimento das demandas sociais historicamente reivindicadas pelas organizações sociais as quais representam esses grupos, os quais apresentam-se em situação de vulnerabilidade social. Mesmo que tardiamente o plano representa uma evolução enquanto documento que enfatiza o atendimento as demandas específicas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Outra evolução a ser citada para o atendimento das demandas dos povos e comunidades tradicionais, é Programa Brasil Quilombola - PBQ, lançado em 12 de março de 2004, mas executado a partir de 2013, tem como o objetivo consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Conforme já citado, enquanto desdobramento do Programa Brasil Quilombola, a Agenda Social Quilombola instituída pela Decreto nº 6.261/2007, tem como parâmetros os eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania. Esses eixos conduzem as ações propostas pelo PBQ coordenado pela Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Sendo a proposta de gestão do programa a descentralizada, a instrução é a formação de comitês gestores nos Estados brasileiros, e a partir dos seminários de ações integradas do programa os estados consolidarem seus planos.

As ações integradas previstas pelo Programa Brasil Quilombola no eixo acesso à terra, incluem a certificação, a qual é a porta de entrada para todas as demais ações, e a regularização fundiária das terras.

O eixo infraestrutura e qualidade de vida prevê ações como: o saneamento para comunidades quilombolas, as obras são elaboradas a partir do PAC-FUNASA, e estas englobam a implantação e/ou ampliação dos sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário. Ainda foi previsto neste eixo a universalização do acesso à água para as comunidades quilombolas até o ano de 2014. O eixo dois abrange o programa água para todos; habitação rural; programa luz para todos; tarifa social. Para a participação desses programas, as comunidades quilombolas além de certificadas, devem se cadastrar no Cadastro Único – CADÚNICO, o qual é condição principal para que a população tenha acesso aos programas sociais, e em especial as comunidades quilombolas devem ser incluídas nesse cadastro no item caracterização, especificamente no 3.05 e 3.06 como quilombolas para a participação em programas específicos.

O eixo três, desenvolvimento local e inclusão produtiva propõe como ações: Programa Aquisição de Alimentos – PAA Quilombola; Programa Cisternas; Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola; Selo Quilombos do Brasil; e Programa Brasil Local. Como critérios para participação desses programas, são solicitadas: declaração de aptidão do PRONAF-DAP, o qual é documento obrigatório para o acesso aos créditos disponíveis; famílias que estejam incluídas nos critérios do Programa Bolsa Família; o programa cisternas apresenta-se como exclusivo para atender as demandas das comunidades quilombolas do nordeste; e com relação ao Programa Brasil Local as prioridades são empreendimentos organizados por mulheres.

O eixo direitos e cidadania, prevê ações como: construção de escola quilombola – Escolas do Campo; Programa Nacional do Livro Didático – campo; Programa Dinheiro Direto na Escola – Campo; Procampo; Educação Quilombola; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa Nacional de acesso ao ensino técnico – PROANTEC; Programa Bolsa Família; Busca Ativa – Cadúnico; Programa Saúde da Família; Programa Saúde Bucal; Telecentros.BR; rádios comunitárias; documentação básica e registro civil.

A proposta do Programa Brasil Quilombola é de grande relevância, pois a partir da Agenda Social Quilombola e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, o PBQ prevê ações a serem executadas pelo Estado Brasileiro afim de atender as demandas, principalmente sociais, oriundas das comunidades quilombolas. Sabe-se que o

objetivo da presente dissertação não é realizar análise aprofundada do PBQ, no entanto este é importante documento teórico que conduzirá a pesquisa qualitativa de campo a ser realizada, a qual será explanada detalhadamente no segundo capítulo.

Ainda cabe ressaltar, as limitações do Programa Brasil Quilombola, no que abrange o aspecto teórico da proposta. Conforme PBQ (2013, p. 16), encontra-se comunidades quilombolas em 24 estados brasileiros, principalmente no Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais, e Pernambuco, existindo uma estimativa de 214 mil famílias e 1,17 milhões de quilombolas. Quando o programa se propõe a realizar ações a partir dos quatro eixos da Agenda Social Quilombola, são disponibilizados os desdobramentos de cada ação, quem pode participar, e como participar. No entanto, esse número elevado de famílias, necessita de um quadro de recursos humanos com uma equipe multidisciplinar, preparada e em grande quantidade para o atendimento dessas famílias.

Outro aspecto a ser considerado, são os locais onde estão localizadas estas comunidades quilombolas, em sua maioria em áreas rurais, com difícil acesso. Os programas e ações integradas são criteriosos com relação a como participar, as comunidades quilombolas devem procurar os serviços disponíveis, em alguns casos utilizar internet para dar o encaminhamento necessário para a participação. Observou-se desta forma que, antes da elaboração do Programa Brasil Quilombola e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, não havia um planejamento nem ações voltadas a este público. Principalmente com relação a infraestrutura e características dessas famílias, com o objetivo de avaliar as condições para reivindicação de seus direitos e os critérios estabelecidos para que essas comunidades quilombolas tivessem acesso aos programas previstos pelo Programa Brasil Quilombola¹².

Com base no exposto, nota-se que somente a partir da Constituição Federal de 1988, conforme previsto no art. 68º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, as comunidades quilombolas tem sua previsão juridicamente estabelecida. Desta forma, a maior responsabilidade do Estado perante as comunidades quilombolas, sendo no reconhecimento e titulação de terras, e consequentemente a caracterização dos territórios quilombolas como locais com

¹² Dados disponíveis no Programa Brasil Quilombola. Acesso em 02 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos/pbq.pdf/view>>

demandas socioeconômicas específicas. Com a previsão jurídica do reconhecimento das comunidades quilombolas, o Estado teve de mudar sua postura com relação a essas comunidades, e somente no ano de 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), a qual instituiu os Programas Brasil Quilombola e a Agenda Social Quilombola. Enfatiza-se que os avanços ocorreram principalmente durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foram mantidos na gestão de Dilma Rousseff.

Neste item cabe ressaltar o quadro político vivenciado no país de descrédito, desmerecimento, desmonte dos direitos sociais, e preconceito às comunidades quilombolas potencializados na campanha eleitoral do presidente Jair Messias Bolsonaro¹³. A relevância de pesquisas e produção científica com a temática comunidades quilombolas, como forma de manifestação social e defesa de direitos destas é emergente, para o fortalecimento, coesão e defesa das comunidades perante a atual gestão federal. A conjuntura política atual está direcionada para o congelamento da pressuposta evolução ocorrida entre 2003-2014, conduzindo por à extinção das conquistas deste período. Contudo promover a pesquisa relacionada as comunidades quilombolas não é, e não será somente perpetuar a história de um país que se construiu através da exploração natural e dos seres humanos, mas reconhecer a contribuição histórica do povo preto, e sobretudo deixar evidente o preconceito social e racial que conduz as ações estatais neste país.

2. O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz

A partir da breve contextualização histórica da formação da sociedade brasileira, inicia-se o presente capítulo com a formação histórica do município de Ponta Grossa. Desbravar o processo histórico do município de Ponta Grossa auxiliará na compreensão da atual realidade social, vivenciada principalmente pelas comunidades quilombolas. Seguindo a contextualização histórica, será abordado a caracterização das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, e em

¹³ <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-e-condenado-por-comentario-racista-contra-quilombolas-leia-a-integra/>

seguida a pesquisa de campo realizada nas mesmas. Este capítulo sistematiza a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas na perspectiva das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, e da rede municipal de serviços públicos.

Este item se constitui na reconstrução do objeto específico de pesquisa, para o qual utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: diário de campo, entrevista, formulário, observação, e software Iramuteq, explicitados na introdução da presente dissertação.

2.1 Breve contextualização sobre a questão do negro no município de Ponta Grossa

Para elaboração deste item buscou-se referências sobre a história de Ponta Grossa, para tanto foi fundamental as obras de Chamma (2007) e Ferrarini (1971). A cidade de Ponta Grossa, possui colonização europeia e é caracterizada fortemente por essas culturas. No entanto como evidencia esta dissertação, e também com o objetivo de mostrar que o município não é constituído apenas por brancos, o presente trabalho procura mostrar que o povo negro faz parte da construção histórica do município, e de forma mais específica ressaltar as duas comunidades quilombolas, Santa Cruz e Sutil, presentes no município¹⁴. Conforme exposto na Tabela 01, o sul do país possui 176 comunidades quilombolas certificadas, sendo que 38 estão no estado do Paraná, dessas duas comunidades quilombolas localizam-se no município de Ponta Grossa, sendo elas a Colônia Sutil e Santa Cruz.

O processo de construção sócio histórica do município de Ponta Grossa deve ser contextualizado a partir da construção da formação da sociedade brasileira. As características sociais, políticas, econômicas que construíram o Brasil, são identificadas no contexto ponta grossense.

De acordo com Pinto e Mezzomo (2012, p.6), as comunidades quilombolas pertenciam a antiga Fazenda Santa Cruz, a qual era dividida em 7 (sete)

¹⁴ A pesquisa exploratória realizada com o objetivo de seleção de material sobre a história do município de Ponta Grossa, não identificou trabalhos, sendo dissertações, teses e livros que discutissem a história do processo de formação do município e o negro como ator construtor da história. A pesquisa exploratória demonstrou a fragilidade da produção científica nesta área de pesquisa.

comunidades, sendo elas: Campo da Rocha, Campo da Porta, Campo do Subtil, Capoeiras, Potreiro, Frazão e Faxinal. Segundo os autores o capitão Manoel Gonçalves Guimarães possuía sesmarias nas regiões de Curitiba, Castro, Palmeira e Ponta Grossa. Conforme Pinto e Mezzomo (2012, p.7),

Com mais de 10 mil hectares a Fazenda Santa Cruz refletia o desejo de Manoel em estabelecer naquele espaço uma grande criação de animais aos modelos das melhores conhecida naquela época. Já casado, e com cinco filhos, para poder tirar o proveito que aquelas terras poderiam lhe dar, além de alguns capitães, Manoel trouxe para sua fazenda um grande número de famílias africanas para trabalhar na Santa Cruz.

Os autores enfatizam que o tratamento dado aos escravos na fazenda não diferenciava da realidade vivenciada em todo o país. A partir da entrevista realizada com a moradora mais antiga da comunidade Colônia Sutil pode-se enfatizar o relato como exemplo. De acordo com a entrevistada,

“...os escravo eram morto, eles ponhavam as estátua daquelas pessoa pra fica assim, cuida, eu escutava eles conta quando eu vim mora pra ca. Mas aqui teve muito lugar perto contava muito causo dos escravo, lembra bem lembrado não lembro. Como eles falavam eles só contavam que faziam eles sofre carrega peso, que não podia se não fizesse apanhava. Eles eram marvado, eles tinham que faze puxa pedra do mato longe, madeira nas costa pra faze as casa deles. Isso eu escutava eles falarem sofriam muita violência muito muito muito uns contavam pros outro...¹⁵”. CS².

De acordo com Chamma (2007, p.83),

O trabalho servil numa fazenda, mesmo naquelas de criação de gado incluía a agricultura, no mínimo, de subsistência, portanto era necessário arar, plantar, capinar, colher. Para o proprietário, sua família e seus agregados brancos, o trabalho de lidar com a terra era considerado, no entanto, indigno.

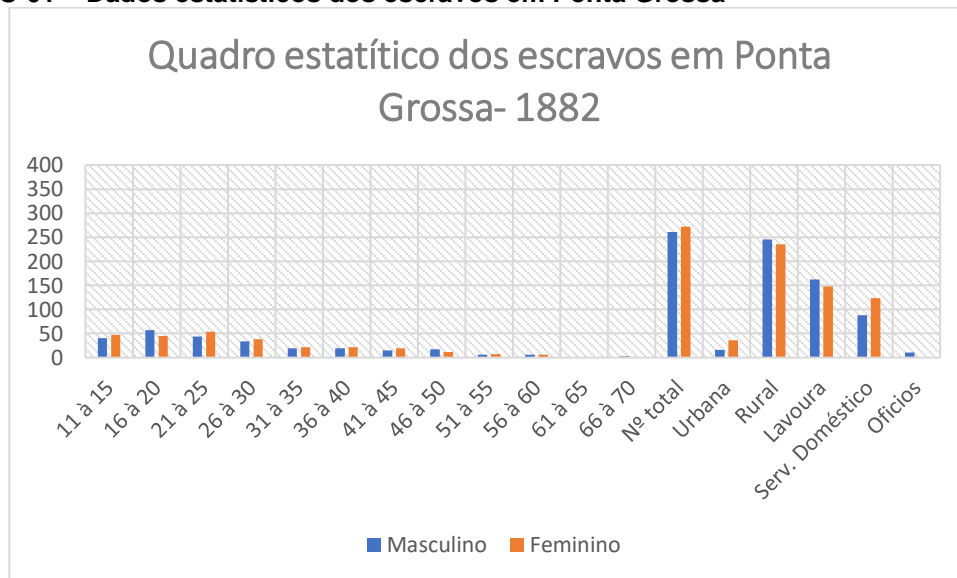
Neste período o escravo era definido como incapaz para os ofícios públicos’. De acordo com Ferrarini (1971, p. 48),

Nas fazendas existiam verdadeiras salas de suplícios, onde o escravo era martirizado pela roda, pelo tronco, pela gargalheira, pelo bacalhau com látigo de couro cru e pela palmatória de cabiúna. Nos trabalhos de mineração de diamantes, os senhores lhes colocavam uma mordança de lata, horrivelmente incômoda, para evitar que engolissem as pedras encontradas.

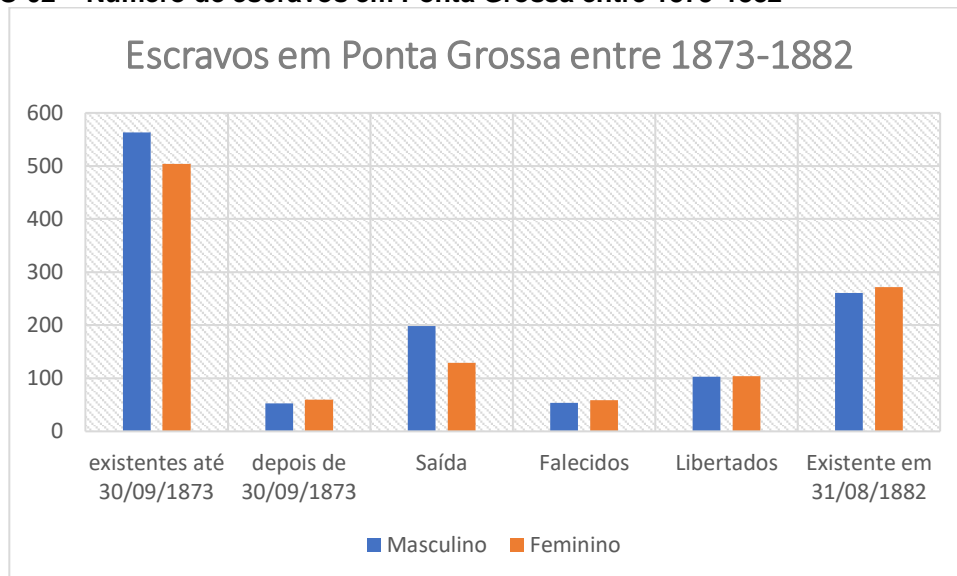
¹⁵ As falas dos entrevistados serão mantidas na íntegra, como foram verbalizadas, para expressar a característica das falas e depoimentos.

Conforme Chamma (2007, p. 83), o número de escravos negros nos Campos Gerais foi expressivo, mas há poucos registros a respeito. Ferrarini (1971, p.63) expõe um quadro estatístico com o número de escravos, separados entre sexo feminino e masculino, e o tipo de trabalho que estes desenvolviam no município. O quadro disponível no livro 'A escravidão negra na província do Paraná', foi sistematizado nos três gráficos a seguir.

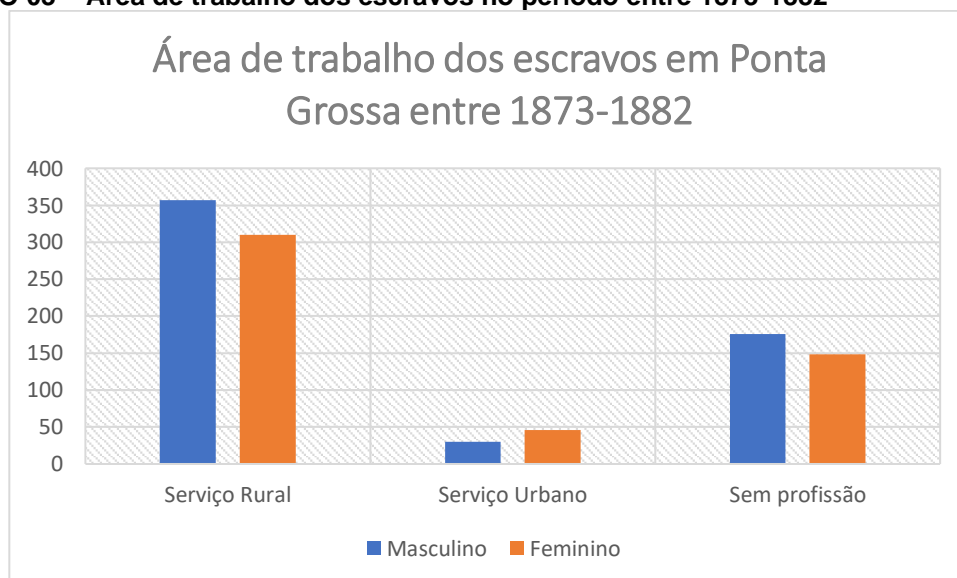
GRÁFICO 01 – Dados estatísticos dos escravos em Ponta Grossa



Fonte: Ferrarini, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba, 1971.
Org. Autora

GRÁFICO 02 – Número de escravos em Ponta Grossa entre 1873-1882

Fonte: Ferrarini, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba, 1971. Org. Autora

GRÁFICO 03 – Área de trabalho dos escravos no período entre 1873-1882

Fonte: Ferrarini, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba, 1971. Org. Autora

Após o falecimento do capitão Manoel Gonçalves Guimarães, a Fazenda Santa Cruz passou a ser propriedade de Joaquim Gonçalves Guimarães e Maria Clara Nascimento, filhos do capitão. (PINTO; MEZZOMO, 2012). Joaquim alforriou todos os escravos da fazenda no ano de 1850, com a condição de que estes permanecessem realizando os serviços na propriedade, e somente estariam livres de fato após a abolição da escravatura. Após o falecimento de seu irmão, Maria Clara Nascimento, deixou em seu testamento metade da fazenda para seus escravos,

condicionando que os mesmos não se desfizessem das terras. (PINTO; MEZZOMO,2012). Importante salientar que não se encontrou dados referentes à fuga de escravos para a formação das comunidades quilombolas, enfatiza-se esse aspecto considerando a base teórica utilizada no capítulo 1 desta dissertação, que conforme Clóvis Moura os quilombos era territórios de fuga para os escravos os quais sofriam extrema violência pelos senhores.

De acordo com Pinto e Mezzomo (2012, p. 8),

As terras da comunidade compreendiam o espaço desde o Rio Tibagi ao Caniú e do Caniú até Santa Rita. Ao que consta, os moradores foram perdendo as terras por interferência no inventário por parte de parentes de Maria Clara, para grupos econômicos, por ação do poder público, como o caso dos russos que foram instalados pelo governo na região na década de 1950. A perda das terras ocasionou a separação territorial formando as comunidades de Sutil e de Santa Cruz. Assim é possível ver dentro da área da antiga fazenda propriedades não pertencentes aos afrodescendentes.

O período colonial também foi caracterizado pela chegada de estrangeiros ao Brasil, e conseqüentemente em Ponta Grossa. De acordo com Lange (1922, p.121), 'entre 1764 e 1767, ocorreu a imigração alemã na região. A chegada dos imigrantes se deu devido o interesse de D. Pedro II destinar estas terras brasileiras para cultivo. Segundo Lange (1922, p. 122), 'atendendo as determinações do imperador, foi feita intensa propaganda na Europa, a fim de trazer imigrantes para o Brasil'.

De acordo com Chamma (2007, p.87), em 1880 Dom Pedro II veio ao Paraná e passou por Ponta Grossa. Em sua passagem pelo município alguns escravos conseguiram se aproximar do Imperador e pediram – lhe a liberdade, e foram prontamente atendidos. Conforme Chamma (2007, p.87), a maioria dos grandes senhores dos Campos Gerais, prevendo tal situação, fecharam as senzalas e os porões em que seus escravos moravam, impedindo-os de ir ao encontro do Imperador. A título de demonstrar como os escravos sofriam na Princesa dos Campos, Chamma (2007, p. 89), cita,

Algumas casas antigas, hoje já demolidas, possuíam um poço seco numas das dependências ou até no pátio, além do poço com água que abastecia a casa. O poço seco servia de lugar de castigo para o escravo infrator. Era melhor do que acorrentá-lo, pois as correntes o machucavam e o inutilizavam para o trabalho por um bom tempo. Ele era descido até o fundo do poço seco. Dali ele não poderia sair, nem deitar, tinha de ficar em pé ou permanecer de cócoras ou sentado com as pernas encolhidas. Recebia sua ração de comida e água, o suficiente para não morrer. A solidão e o confinamento agiam sobre o coitado de tal maneira, que, quando retirado dali, fazia de tudo para não voltar mais para aquele suplício.

Com relação ao período da ditadura militar no município de Ponta Grossa, não se encontrou material teórico nos livros, bem como em dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Ponta Grossa. No entanto identificou-se informação relevante no livro 'Os campos gerais: uma outra história', de acordo com Chamma (2007, p.86) autora do livro,

Os livros com a preciosa documentação para estudos sobre a escravidão negra nos Campos Gerais foram recolhidos por ordem do Ministro Delfim Neto, quando chefiava o Ministério da Fazenda, durante o governo do Presidente Médici. Iriam integrar o arquivo da escravidão negra do museu que este Ministério estava organizando. Por determinação do Ministro, todo o material que se referisse à escravidão negra, no Brasil, foi recolhido. Ele deve ter ouvido falar a respeito da documentação, do Cartório do Distrito de Periquitos, muito utilizado por professores e pesquisadores. Tudo foi confiscado e a região perdeu um precioso acervo que poderia ter ficado nos Campos Gerais.

A citação da autora Chamma (2007), demonstra a anulação da história, a anulação da história do povo negro durante o processo de construção e formação da sociedade brasileira e ponta grossense. As ações do Estado Brasileiro, como a citada acima, ilustram como no decorrer da história foram construídas a identidade negra, o preconceito velado, a exclusão social, e a exploração ocorrida até os dias atuais.

2.2 Perfil socioeconômico dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa¹⁶

A aproximação com os territórios quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, começou no ano de 2018. Durante o ano de 2018 foram realizadas 3 (visitas), nos meses de junho, setembro e outubro. Estas visitas tiveram como principal objetivo apresentar, em um primeiro momento, aos representantes das comunidades quilombolas a intenção em realizar a pesquisa, e em seguida informar os demais moradores.

¹⁶ Com o objetivo de fundamentar e contextualizar a história do município de Ponta Grossa, foi realizada pesquisa exploratória nos sites do IBGE E IPEADATA buscando dados referentes a população negra e rural. No entanto, os sites não possuem dados com o cruzamento desses dados.

No ano de 2019, as visitas aconteceram nos meses de abril e maio. As visitas realizadas no mês de abril, na comunidade quilombola Santa Cruz, foram um total de 2 (duas) visitas, sempre aos sábados, considerando que entre segunda à sexta-feira os moradores em sua maioria trabalham. Na comunidade quilombolas Colônia Sutil, também foram realizadas 2 (duas) visitas no mês de maio de 2019, também aos sábados. Estas tiveram como objetivo, a partir de autorização prévia dos moradores e pelo termo consubstanciado do Comitê de Ética – CEP, sob o número 03814118.1.0000.0105, a realização da pesquisa de campo.

A pesquisa de campo realizada durante o mês de abril de 2019 na comunidade quilombola Santa Cruz permitiu a contagem de 10 famílias. Sendo que somente 3 (três) responderam ao formulário, 2 (duas) não estavam em suas moradias, e 5 (cinco) optaram por não responder ao formulário. Conforme registrado em diário de campo as famílias que não optaram por responder aos formulários argumentaram *“a prefeitura e a universidade vem aqui e não resolvem nada”*; *“tamo desanimado de responder e tirar foto e ninguém voltar aqui”*; *“o que adianta responder e nada melhorar”*; *“aqui só aparecem na eleição pra prometer e olha ai como ta”*. As frases permitem refletir sobre alguns pontos, o primeiro deles pode envolver questões relacionadas a servidores e/ou gestores da prefeitura, e também pesquisadores que deslocam-se até a comunidade e acabam fazendo promessas de algum retorno, principalmente material e imediato, e ao fazerem levantamentos, entrevistas, aplicação de formulários, ou observando apenas a realidade da comunidade não retornam até a mesma. O segundo aspecto a ser considerado é o de que a prefeitura não desenvolve programas e projetos na comunidade, como também não atende suas demandas sociais, políticas e econômicas. E o terceiro ponto relevante a ser considerado quando se mencionou a universidade, é de que precisa-se refletir-se sobre a abordagem dos sujeitos de pesquisa, bem como considerar o retorno à comunidade para a demonstração dos dados obtidos através da mesma e as análises feitas pelos pesquisadores.

No mês de maio de 2019, foi realizada a pesquisa de campo na comunidade quilombola Colônia Sutil, a partir da observação contabilizou-se 20 casas, sendo que foram aplicados 9 (nove) formulários, 7 (sete) famílias não se encontravam em casa, e 4 (quatro) optaram por não responder. Diferente da comunidade Santa Cruz, as

famílias da comunidade Sutil que optaram por não responder não deram motivos do porque não queriam participar.

Com a finalidade de apresentar a amostra do universo de pesquisa, o quadro a seguir evidencia os sujeitos de pesquisa os quais participaram respondendo ao formulário e os representantes de cada comunidade quilombola que participaram da entrevista.

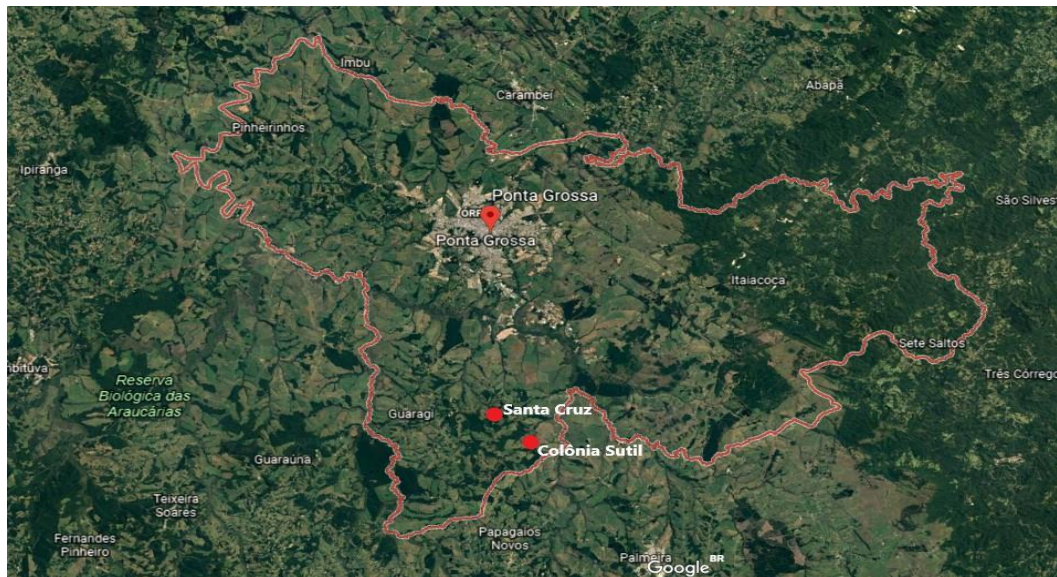
TABELA 02: Quantitativo de sujeitos de pesquisa por comunidade pesquisada¹⁷

Comunidade	Nº de famílias	Formulários		
		Responderam	Não estavam	Não aceitaram responder ¹⁸
Santa Cruz	10	3	2	5
Colônia Sutil	20	9	7	4

Fonte: Diário de campo

Org. Autora

FIGURA 01 – Localização das comunidades quilombolas no mapa do município de Ponta Grossa



Fonte: Google Earth.

Nota: Organizado pela autora

A partir da pesquisa de campo realizada, refletiu-se sobre a relevância em demonstrar a localização das comunidades quilombolas do município de Ponta

¹⁷ A legenda a ser utilizada no corpo do texto da presente dissertação, para identificar as falas dos entrevistados, será: SC identificará o representante da comunidade quilombola Santa Cruz, e CS e CS² os entrevistados da Colônia Sutil.

¹⁸ Com relação aos moradores que não aceitaram participar da pesquisa, os mesmos argumentaram que muitos pesquisadores deslocam-se até as comunidades quilombolas, no entanto não retornam para demonstrar os resultados obtidos pelas pesquisas.

Grossa. O mapa demonstra como as duas comunidades quilombolas encontram-se na área rural, e distantes do centro urbano do município.

O presente item, tem como objetivo descrever os territórios das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz. Os gráficos sistematizados a seguir tem como fonte de dados o formulário organizado na pesquisa, o qual encontra-se anexo neste trabalho.

A concepção de território utilizada nesta dissertação, de acordo com Koga (2003, p.33),

É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais.

Neste sentido, a partir da citação da autora, buscou-se descrever e caracterizar o perfil socioeconômico das comunidades quilombolas de Ponta Grossa. De acordo com Santos (1987, p. 116),

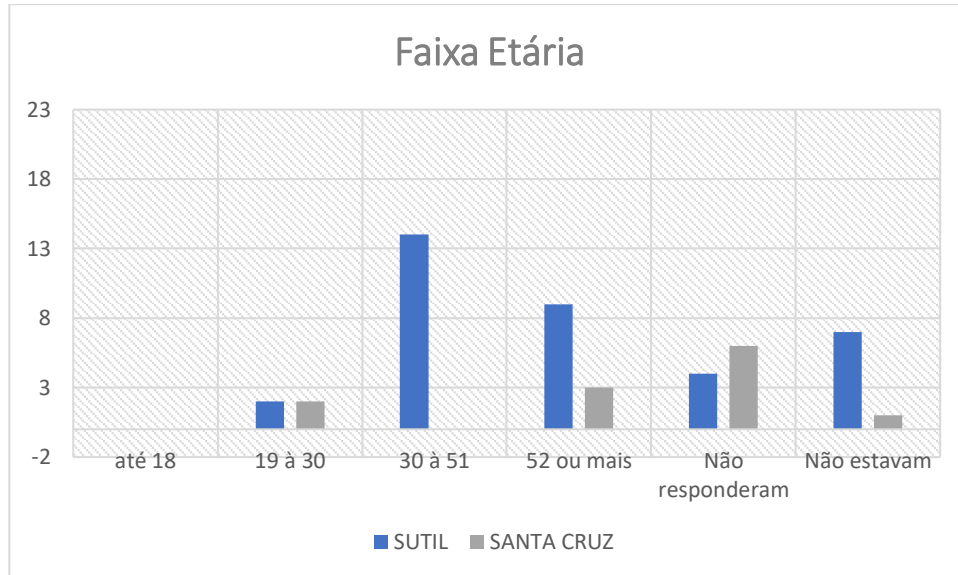
É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a via não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e a sua fluidez. Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem.

A partir da citação de Milton Santos (1987), aspecto que deve ser considerado é no território que ocorre a identificação do indivíduo com o mesmo, o qual apresentará demandas específicas da sua vivência no território.

Conforme registro em diário de campo, notou-se através da observação que os moradores das comunidades quilombolas não se consideram parte integrante do município, as falas referiam-se *“porque lá em Ponta Grossa”, “só tem lá em Ponta Grossa”, “as pessoas lá de Ponta Grossa”*. As falas demonstram diretamente que as comunidades quilombolas não se sentem parte de um território mais amplo, o qual seria o município de Ponta Grossa.

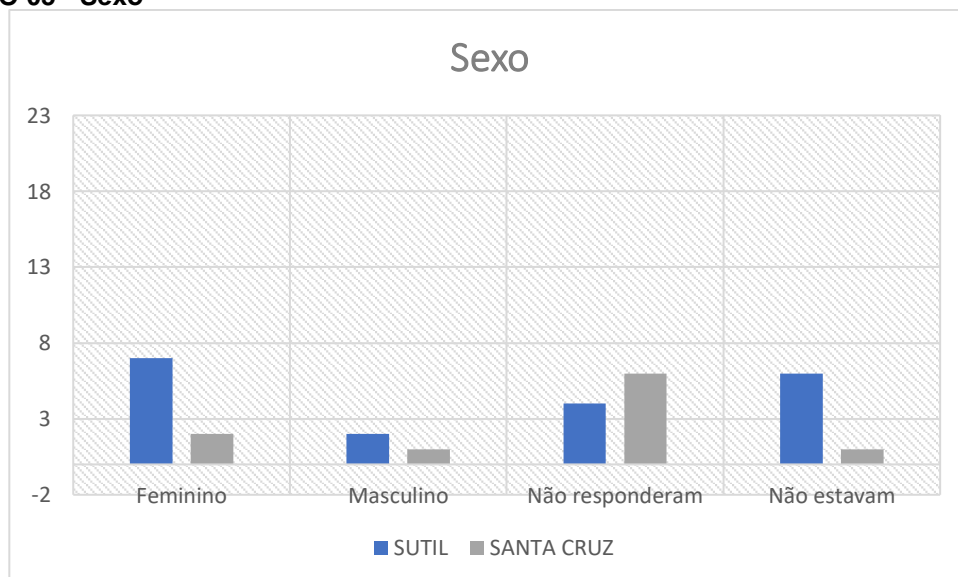
Os gráficos a seguir demonstram a sistematização dos dados coletados através do instrumento metodológico formulário com questões fechadas, sendo a última questão aberta. A caracterização do perfil socioeconômico foi complementada no decorrer da análise do texto com informações oriundas das entrevistas, e dos registros em diário de campo.

GRÁFICO 04 - Faixa etária



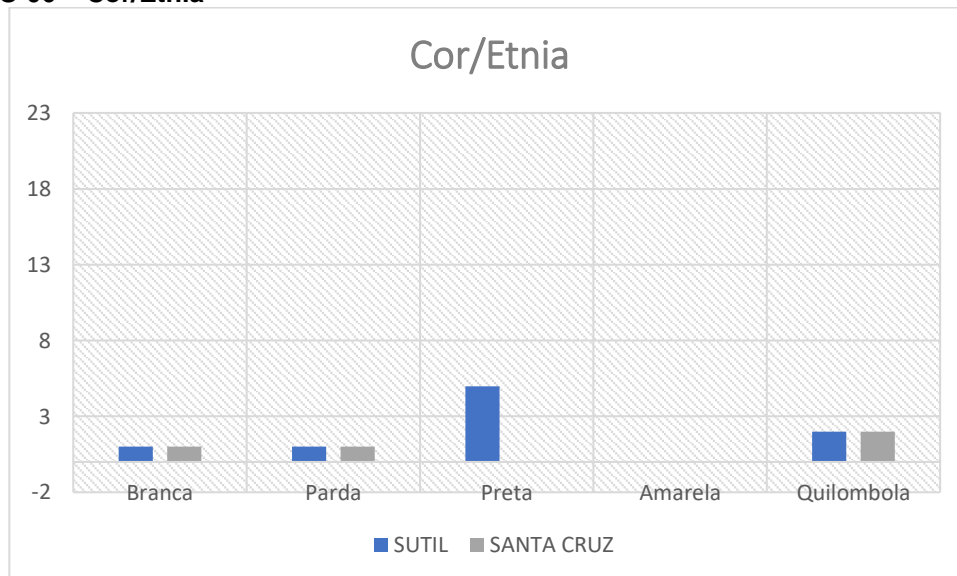
Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 05 - Sexo



Fonte: formulário de pesquisa .
Org. Autora

GRÁFICO 06 – Cor/Etnia



Fonte: formulário de pesquisa.

Org. Autora

Os gráficos demonstram que as comunidades quilombolas Sutil e Santa Cruz caracterizam-se por moradores principalmente entre as faixas etárias 30 à 51 anos e 52 ou mais. Conforme registrado em diário de campo, contando com o suporte da observação livre utilizada em campo, observou-se durante a pesquisa poucas crianças e jovens nas comunidades quilombolas, tendo destaque a grande maioria de adultos e idosos. Conforme relatado pelo sujeito de pesquisa, o qual respondeu ao formulário nº 02 (dois), referente a comunidade quilombola de Santa Cruz, “*existe a falta de perspectiva dos jovens na comunidade, foram embora por não enxergarem possibilidades de crescimento aqui*”, ainda relatou que “*se um jovem quiser fazer uma universidade as famílias aqui não tem condições de manter em Ponta Grossa*”. De acordo com Santos (1987, p. 76), o território é composto por variáveis, podendo ser consideradas como os fluxos, os fixos, as relações de trabalho, a produção, essas passam a configurar o território, as quais são complementadas pelos recursos naturais, e aqueles criados ao longo do tempo. Desta forma compreende-se a falta de identificação e interação, principalmente dos jovens, com o território em questão, contribuindo para a fragilização da identidade com a cultura e a história quilombola, acarretando um processo de desaparecimento do território.

Conforme os registros em diário de campo ao aplicar os formulários na comunidade quilombola Colônia Sutil os sujeitos de pesquisa expuseram que a pouca quantidade de jovens e crianças é decorrente das dificuldades que a comunidade tem

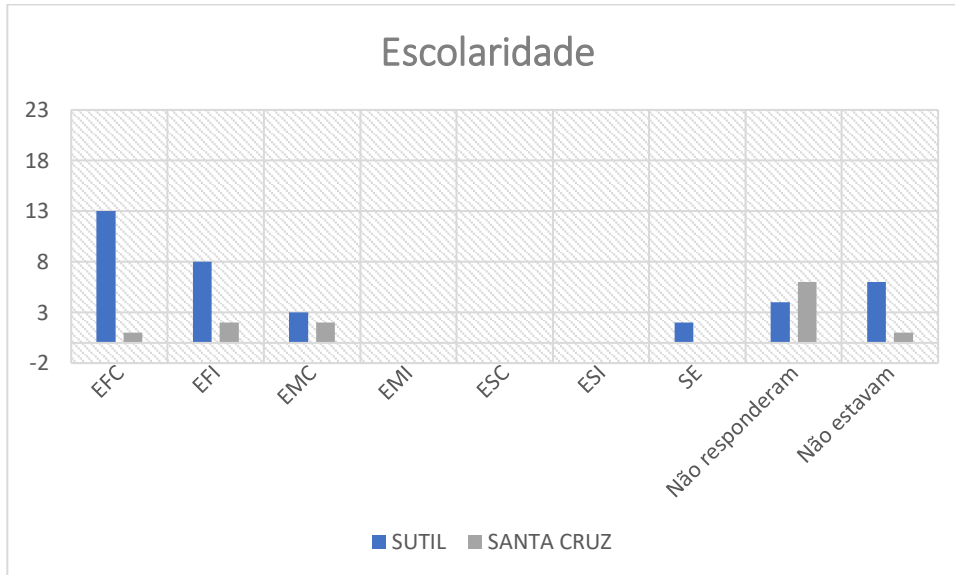
no cotidiano. De acordo com um o sujeito de pesquisa que respondeu ao formulário nº 01, *“aqui não pega nem celular, muito menos internet”*. Ainda acrescentou *“aqui tudo é difícil e os jovens querem vida melhor que essa”*. Conforme Haesbaert (2006, p. 67), o que os une é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denominamos 'aglomerados humanos de exclusão', o exemplo mais estrito de desterritorialização.

Considerando a faixa etária mencionada das comunidades quilombolas, apesar do gráfico 02 demonstrar que o gênero feminino se sobrepõe ao masculino, os homens apresentam-se mais velhos que as mulheres. A partir da observação livre registrada em diário de campo, notou-se como fator preponderante o papel de destaque das mulheres nas comunidades quilombolas, cabe ressaltar que os representantes das duas comunidades são homens. Na comunidade quilombola de Santa Cruz, apesar do presidente de quilombo ser um homem (conforme relatado durante a aplicação dos formulários), as demandas da comunidade, quando identificadas, são realizadas e solucionadas pelas mulheres. Conforme o sujeito de pesquisa do formulário 3 (três), *“aqui, se a gente precisa ir na prefeitura pedir alguma coisa, sempre são as mulher”*.

A Colônia Sutil não apresentou nenhuma expressão neste aspecto, relacionado a gênero, mas através da observação identificou-se a grande preocupação das mulheres com relação a falta de infraestrutura da comunidade.

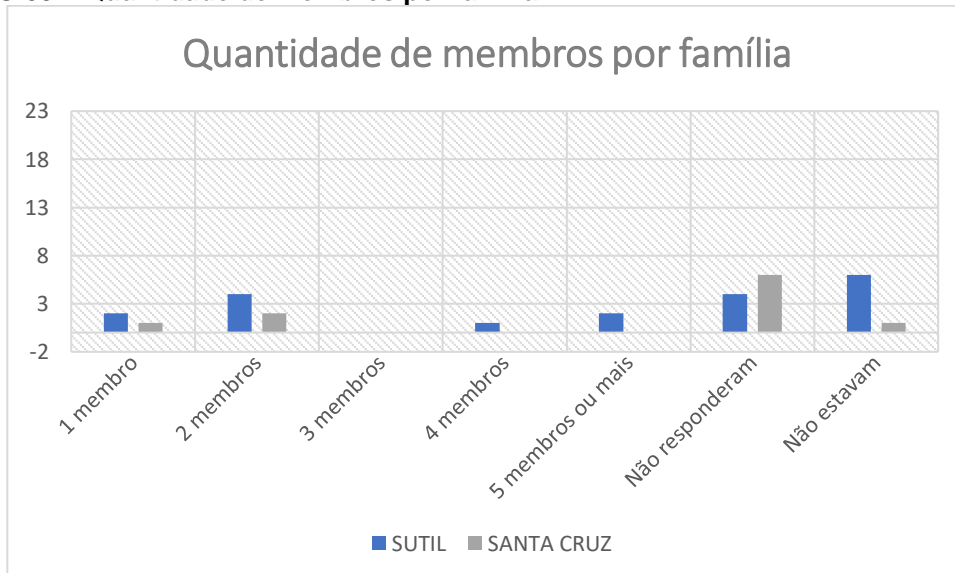
Os formulários foram respondidos por 9 (nove) mulheres e 3 (três) homens, considerando as duas comunidades quilombolas. A abordagem da pesquisadora no item do formulário relacionado a cor e raça foi de perguntar aos sujeitos de pesquisa como estes se consideravam. A partir da observação livre e dos registros contidos em diário de campo, notou-se o desconforto dos sujeitos de pesquisa ao responderem esta pergunta. Na comunidade quilombola Santa Cruz quando questionados como consideravam-se as repostas registradas em formulário e diário de campo foram: *“acho que so quilombola”*; *“não sei bem certo o que é quilombola, mas acho que so né”*.

GRÁFICO 07 – Escolaridade de cada membro familiar



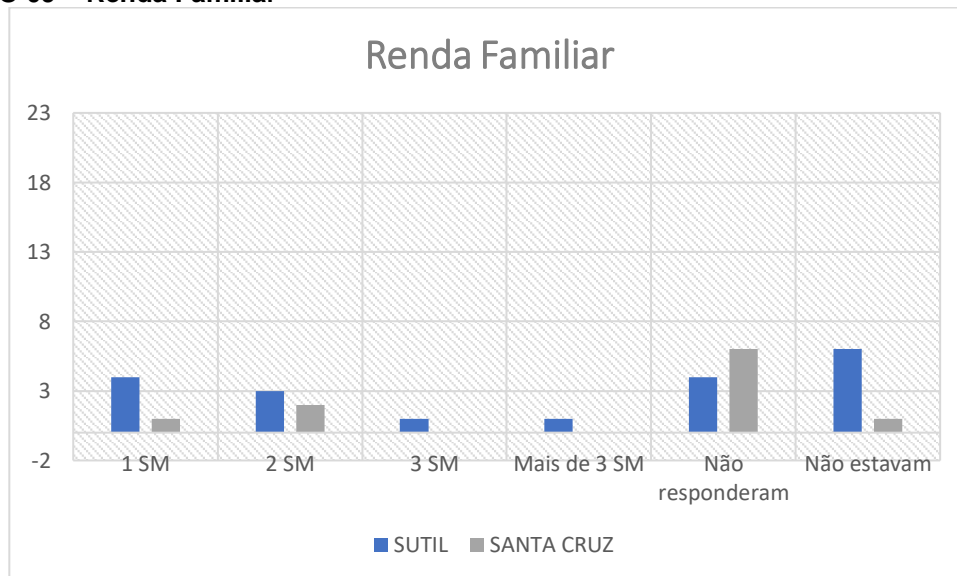
Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 08 – Quantidade de membros por família



Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 09 – Renda Familiar



Fonte: formulário de pesquisa.

Org. Autora

Os gráficos 07 (sete), 08 (oito) e 09 (nove) demonstram que as comunidades quilombolas caracterizam-se com uma escolaridade, principalmente, entre ensino fundamental completo e incompleto; famílias com poucos membros, considerando o gráfico já discutido sobre a faixa etária dos moradores, os quais são mais velhos; e a renda familiar, enfaticamente, entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos. Conforme os registros nos formulários os moradores das comunidades trabalham em: como do lar, agricultor, garçom, aposentado, serviços gerais, autônomo, motorista, auxiliar de lavoura. Os postos de trabalho podem ser justificados devido a escolaridade dos moradores.

A partir das entrevistas realizadas com os representantes das comunidades quilombolas, o entrevistado da comunidade Santa Cruz, enfatizou: “*é, aqui tem uns que trabaia aqui mesmo, e outros que vão pra cidade. As minhas sobrinha trabaiam nas escola lá no Cara Cará e, outra, na cidade*” SC. O entrevistado da comunidade Sutil informou ‘*Eles trabalham tudo pa cidade porque aqui não tem serviço eles vão tudo pra fora é na construção civil, no comércio.*’ Considerando que a localização das comunidades quilombolas é rural, conforme informações registradas nos formulários, alguns moradores, principalmente do sexo masculino, trabalham nas grandes propriedades rurais que cercam as comunidades. Englobam-se neste processo a falta de escolaridade, a qual possibilitaria melhores funções de trabalho, e também a falta de acesso ao meio urbano pelos moradores, conduzindo para um local de trabalho

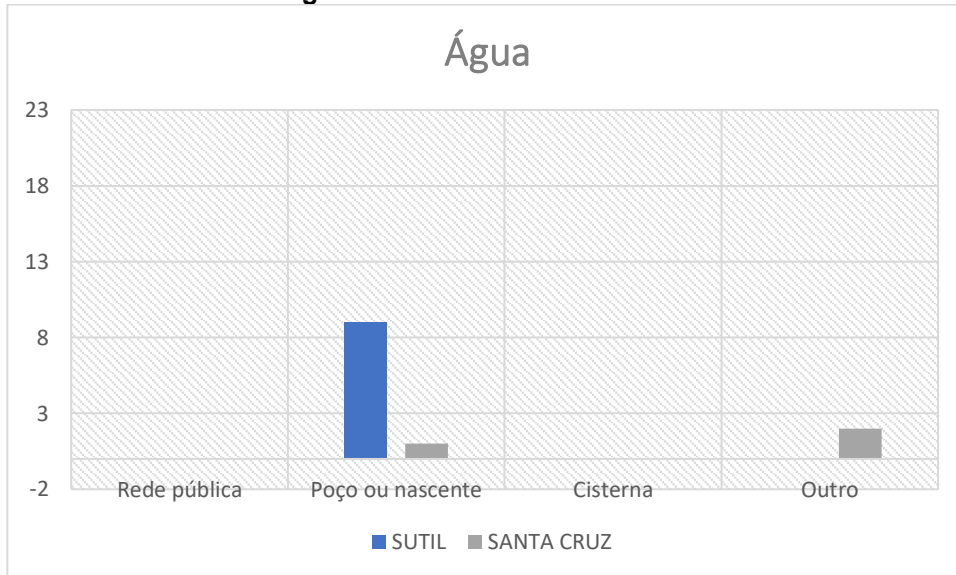
mais próximo as suas moradias. Neste sentido, cabe reflexão referente principalmente aos postos de trabalho em grandes propriedades rurais, estas que, conforme já mencionado, ocuparam o território das comunidades quilombolas, e atualmente apropriam-se do espaço que poderia ser utilizado para a produção rural para os benefícios destas. Conforme Koga (2003, p. 38),

A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando e recriando significados em torno dessa apropriação cotidiana. Neste sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território.

Com relação a escolaridade retorna-se as reflexões contidas no capítulo 1 (um), referente como os negros escravos eram excluídos no período republicano no acesso à educação. O que conduziu a permanência de uma escravidão 'livre' na época, comparando com a realidade das comunidades quilombolas, a falta de permanência na escola foi decorrente a alguns aspectos, conforme informações dos sujeitos de pesquisa, como por exemplo a realização de trabalho em lavouras quando crianças. Considera-se, a partir desta realidade, a permanência da escravidão, da qual os moradores tornam-se sujeitos a condições de trabalhos que exploram, principalmente a mão-de-obra física.

Os gráficos 10, 11,12 e 13 referem-se aos itens do formulário sobre infraestrutura das comunidades quilombolas Santa Cruz e Colônia Sutil.

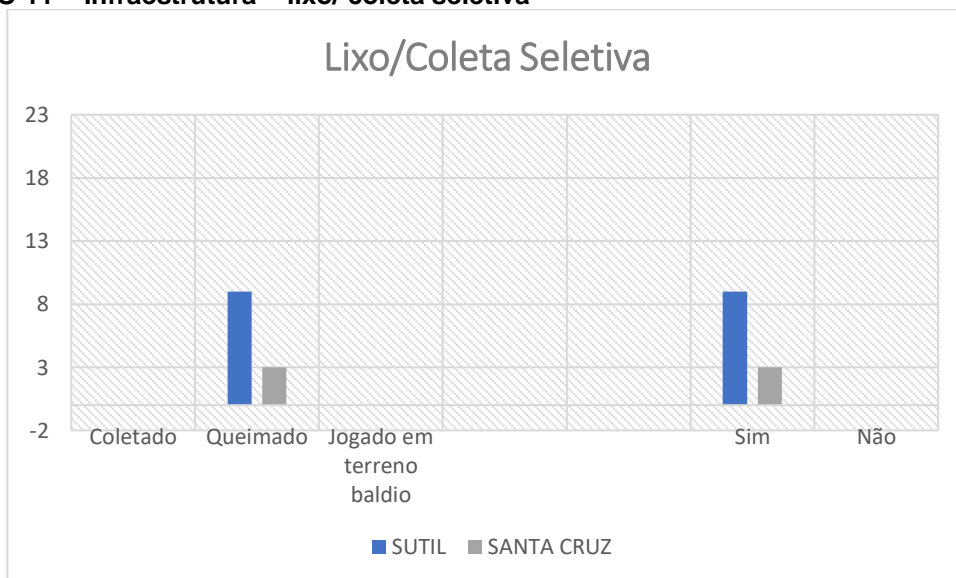
GRÁFICO 10 – Infraestrutura – água



Fonte: formulário de pesquisa.

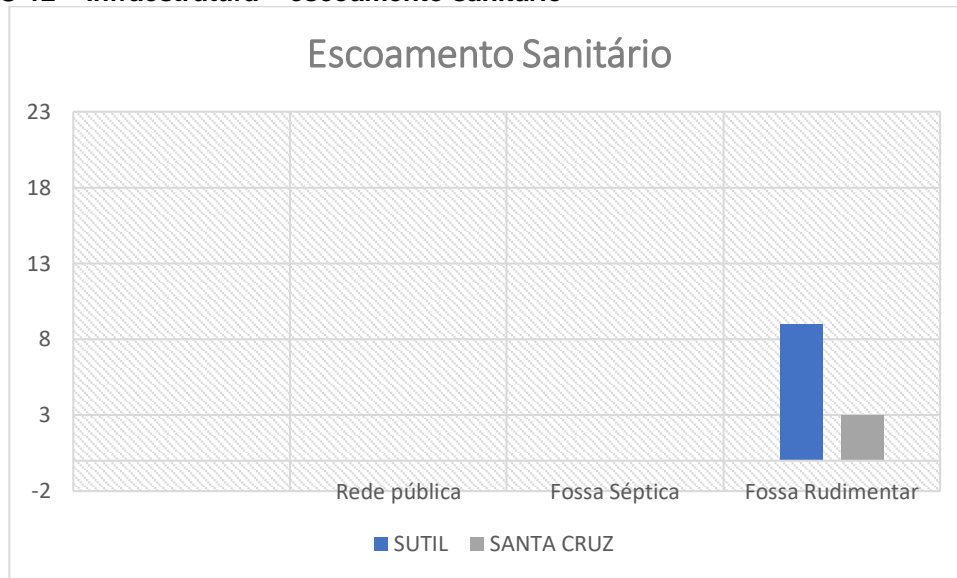
Org. Autora

GRÁFICO 11 – Infraestrutura – lixo/ coleta seletiva



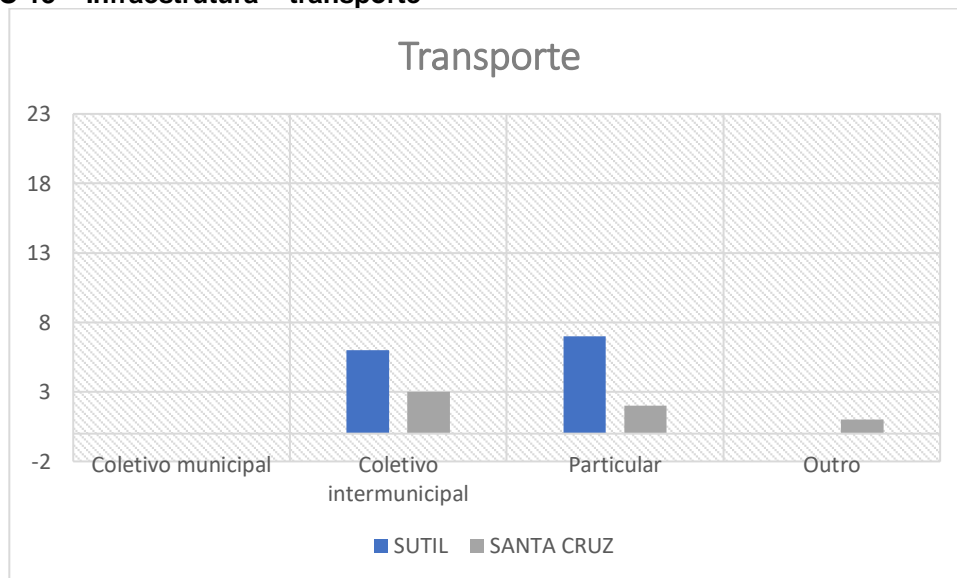
Fonte: formulário de pesquisa.

Org. Autora

GRÁFICO 12 – Infraestrutura – escoamento sanitário

Fonte: formulário de pesquisa.

Org. Autora

GRÁFICO 13 – Infraestrutura – transporte

Fonte: formulário de pesquisa.

Org. Autora

O gráfico 10, infraestrutura – água, teve o assunto bastante enfatizado pelos sujeitos de pesquisa da comunidade quilombola Santa Cruz. De acordo com registros do diário de campo, bem como informações anotadas nos formulários no decorrer da aplicação dos mesmos, os sujeitos de pesquisa informaram que existe um poço

artesiano¹⁹. De acordo com as informações explanadas o poço artesiano foi construído pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no ano de 2011, então representada pelo prefeito Pedro Wosgrau Filho²⁰. Conforme os sujeitos de pesquisa o poço artesiano tem aproximadamente 417 metros de profundidade, a bomba para instalação comprada para que o mesmo funcione. No entanto de acordo com as informações dos sujeitos de pesquisa registradas em diário de campo, todas as vezes que os moradores protocolaram a solicitação para a ativação do poço artesiano a resposta da prefeitura era de que seria necessário um projeto arquitetônico, além da ligação que os moradores da comunidade Santa Cruz precisariam realizar. Conforme o sujeito de pesquisa referente ao formulário 2, todas as vezes que a comunidade questionou o não funcionamento do poço artesiano, o retorno da prefeitura era de que *'o gasto não compensava pra finalizar o poço artesiano, porque são poucas famílias.'*

De acordo com Koga (2003, p. 53),

É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mais significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações.

Através da observação da pesquisadora notou-se que a água utilizada pelos moradores não passa por nenhuma forma de tratamento para o consumo, considerando que utilizam a água para beber, alimentação, higiene, em hortas, e para a criação de animais.

Com relação ao gráfico 11, lixo e coleta seletiva, demonstra como as comunidades quilombolas Santa Cruz e Sutil não possuem acesso a estes serviços. Conforme relato do sujeito de pesquisa da Comunidade Quilombola Santa Cruz, formulário 2 (dois), *'o lixeiro vai até o Golf Club, mas aqui não vem'*. Neste caso, cabe considerar que a distância entre o Golf Club de Ponta Grossa e a comunidade quilombola de Santa Cruz é de 1 (um) quilômetro. Os sujeitos de pesquisa das duas comunidades informaram que o Programa Feira Verde da Prefeitura Municipal de

¹⁹ De acordo Bernabé (2006, p.105), o poço artesiano é poço tubular. É feito um grande buraco feito no solo que capta a água ao atingir um lençol aquífero e realiza seu trabalho através de pressão feita pela corrente de água.

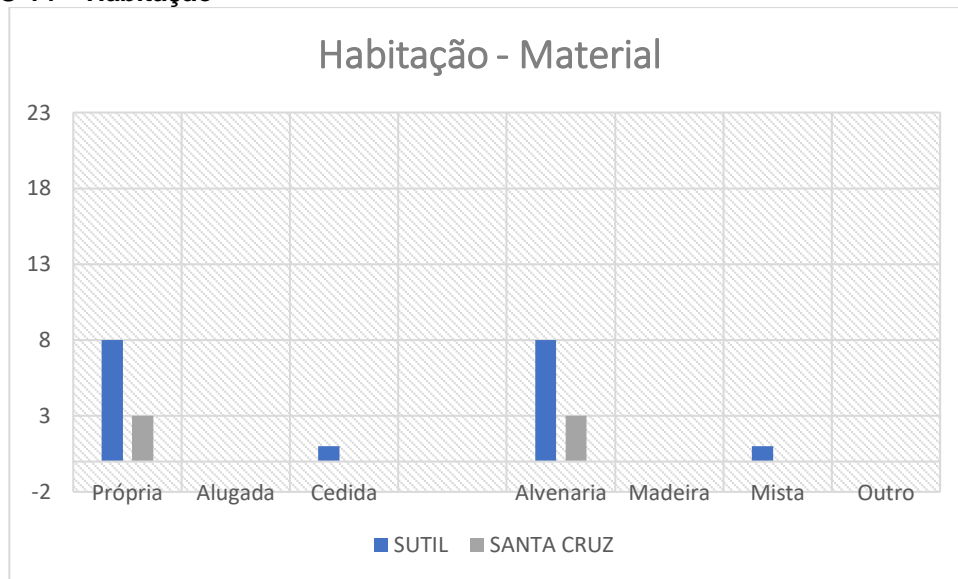
²⁰ Pedro Wosgrau Filho foi prefeito do município de Ponta Grossa, nos períodos 1989-1992; 2005-2008; 2009-2012.

Ponta Grossa desloca-se uma vez ao mês até as comunidades para realizar a troca de material reciclável por itens alimentícios, frutas e verduras.

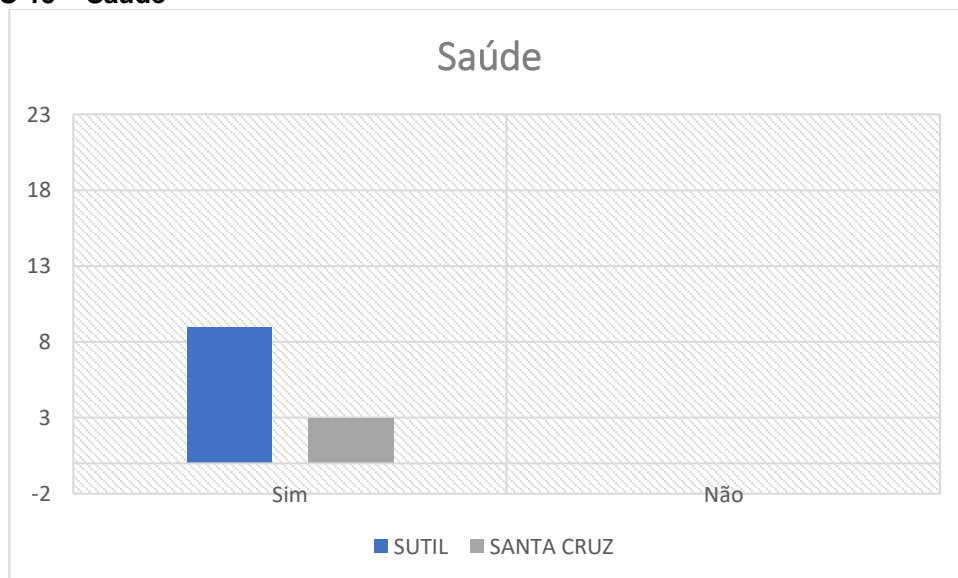
O gráfico 13, infraestrutura – transporte, os sujeitos de pesquisa poderiam escolher por mais de uma opção contida no formulário. Ponto importante visível no gráfico 13 é de que os moradores não possuem acesso ao transporte coletivo municipal. Conforme registro no diário de campo, os sujeitos de pesquisa das comunidades quilombolas Santa Cruz e Sutil informaram que o coletivo municipal tem como destino o Distrito Rural do Guaragi, sendo assim os moradores das comunidades precisam utilizar o transporte coletivo intermunicipal que faz o trajeto Ponta Grossa à Palmeira. Outras alternativas de transporte utilizadas pelos sujeitos de pesquisa, os quais responderam ao formulário, seriam: carro particular, cavalo ou charrete. Durante as entrevistas com os representantes das comunidades, para o representante da Santa Cruz, SC, *“se não tem pra paga fala cum vizinho que tem carro, aí paga depois. Eles levam, não negam essa parte, aí eles são pronto falou com eles ali”*. O representante da comunidade Colônia Sutil, citou *“Não tem ônibus, mas a maior parte tem carro, ai eles se juntam e vão junto de carro, se ajudam”*. CS. Conforme Koga (2003, p.52), é comum a ideia de que o olhar para o futuro inexistente na perspectiva de vida dos pobres, dada a sua preocupação imediatista com a sobrevivência do cotidiano.

Outros pontos relevantes sobre a infraestrutura das comunidades quilombolas surgiram a partir das entrevistas. Na comunidade quilombola Santa Cruz, quando questionado sobre estrutura física disponível na comunidade, frisou *“Aqui não tem, mas as vezes uso da igreja aqui não tem”*. SC. O espaço que a comunidade utiliza para reuniões e realização de festas da igreja. Já a comunidade Sutil, de acordo com CS, *“tem a associação de moradores, o barracão da associação”*. O espaço é utilizado para as reuniões de associação de moradores, festas religiosas, festas de aniversários, e velórios.

Os gráficos a seguir referem-se ao acesso da comunidade quilombola Santa Cruz a habitação, Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Previdência Social.

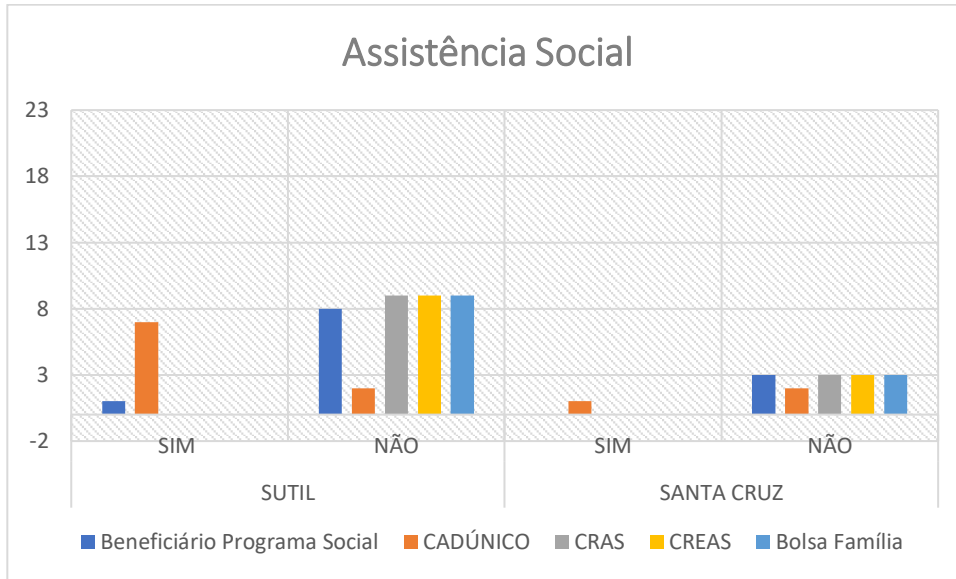
GRÁFICO 14 – Habitação

Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 15 – Saúde

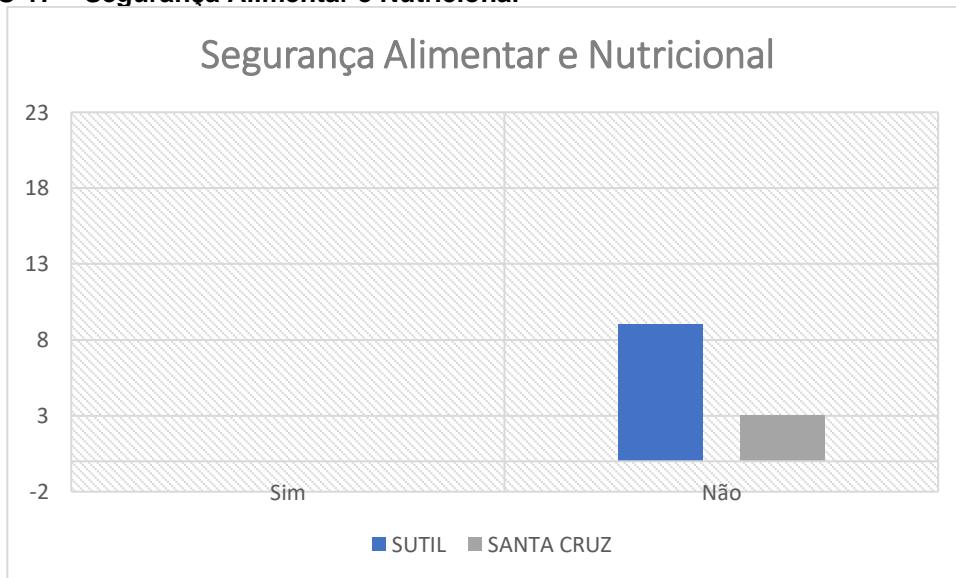
Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 16 – Assistência Social



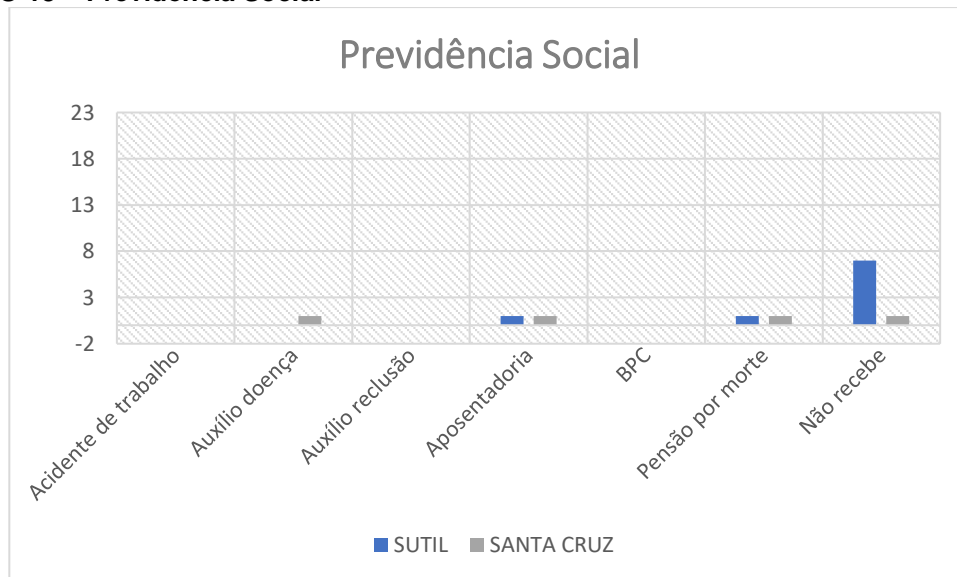
Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 17 – Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

GRÁFICO 18 – Previdência Social



Fonte: formulário de pesquisa.
Org. Autora

Com relação à habitação, identificou-se a precarização das moradias, principalmente na comunidade quilombola Santa Cruz, sendo que das 10 (dez), 6 (seis) são de madeira em estado precário e muito antigas. Já a comunidade quilombola Colônia Sutil possui 10 (dez) moradia provenientes de projeto executado pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR. Conforme Koga (2005, p.18), a realidade das desigualdades sociais exige a adoção de medidas que levem em conta não somente as discrepâncias sociais, mas também a relação dessas com os territórios onde acontecem.

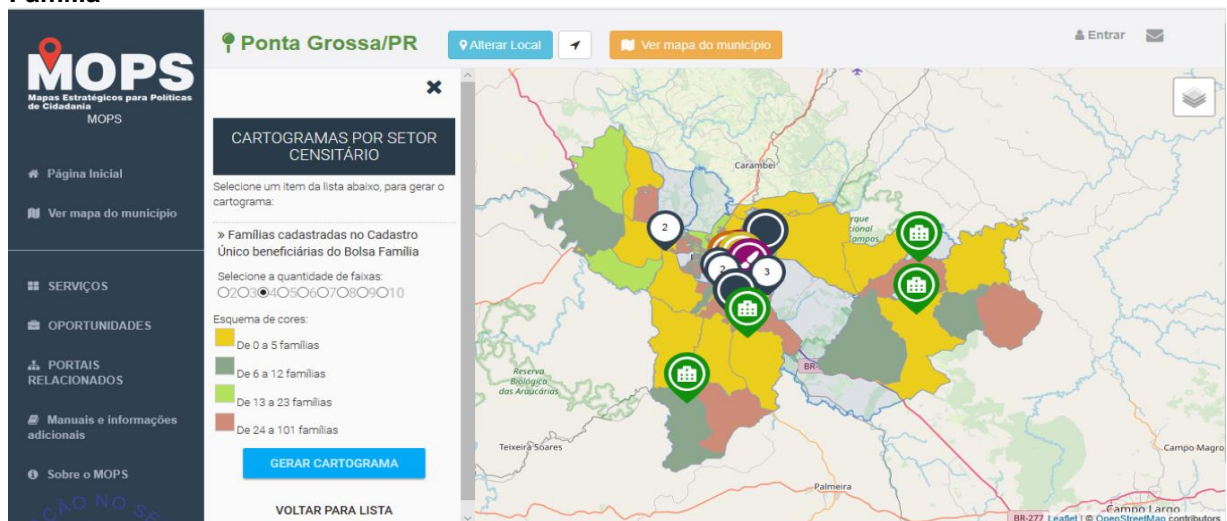
Com relação ao acesso aos serviços de saúde, as duas comunidades quilombolas são atendidas uma vez ao mês quando o médico clínico geral da Unidade Básica de Saúde do Guaragi desloca-se até a comunidade Colônia Sutil. Conforme o entrevistado CS, representante da Colônia Sutil está sendo construído consultório para o médico realizar o atendimento das famílias.

O gráfico 16, referente a assistência social, demonstra que os moradores das comunidades quilombolas possuem dificuldade em serem atendidos pelos serviços socioassistenciais. Considerando neste caso o perfil socioeconômico dos moradores das comunidades quilombolas, os quais encontram-se em vulnerabilidade social. De acordo com Koga (2013, p. 33), a realidade social do território apresenta as

necessidades e as demandas da sociedade, sejam elas pelas características etárias, pelas condições de renda ou pela vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Os Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania – MOPS²¹, disponibiliza através de cartograma por setor censitário, a quantidade de famílias cadastradas no Bolsa Família por região.

Figura 02 – Mapa do município de Ponta Grossa: famílias cadastradas no Programa Bolsa Família

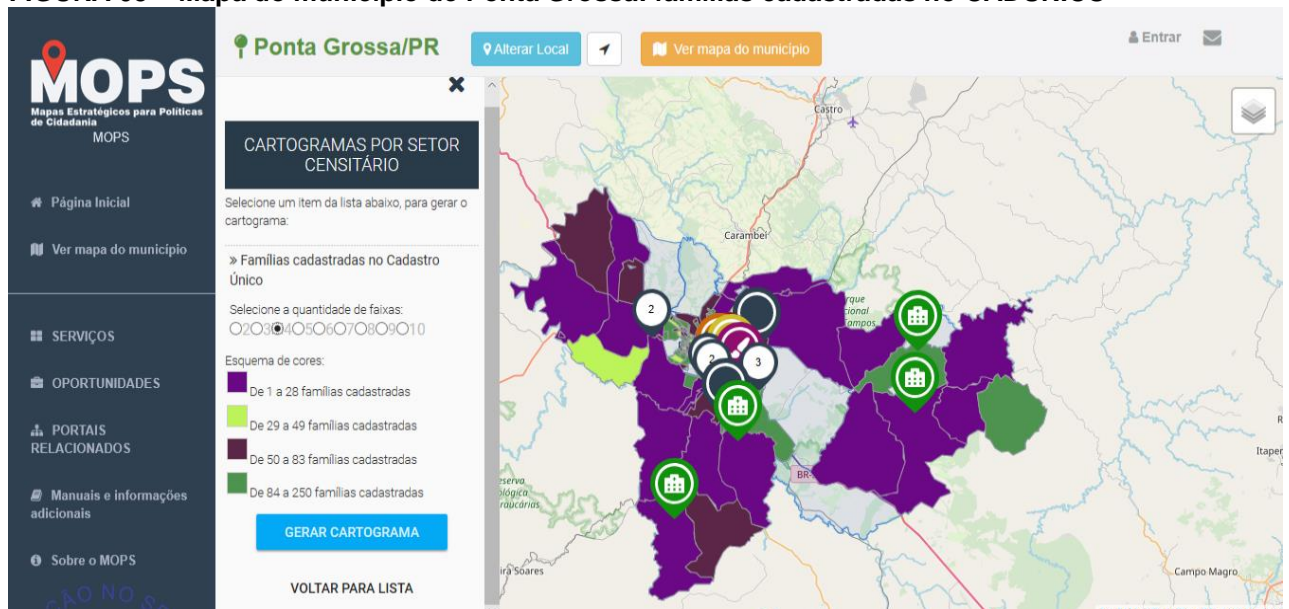


Fonte: Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania – MOPS.
Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>

Conforme a figura 02, a área de abrangência referente as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, tem de 24 a 101 famílias beneficiárias do Bolsa Família.

²¹ O site “Mapas estratégicos para políticas de cidadania – MOPS”, é um portal de acesso livre da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. O portal é uma tecnologia de georreferenciamento dos equipamentos públicos, cadastro único e dos programas sociais. Os dados disponíveis no MOPS, são oriundos dos sistemas do governo federal, alimentados diariamente pelos municípios.

FIGURA 03 – Mapa do município de Ponta Grossa: famílias cadastradas no CADÚNICO



Fonte: Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania – MOPS.

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/mops/>

A figura 03, demonstra que de 50 a 83 famílias, na área de abrangência das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa estão cadastradas no CADÚNICO.

No gráfico 17, Segurança Alimentar e Nutricional, os dados demonstram que tanto na comunidade quilombola Santa Cruz como Sutil, não sabem o que era segurança alimentar e nutricional. A partir da indagação feita aos sujeitos de pesquisa sobre este item, a pesquisadora explicou o que seria segurança alimentar e nutricional, e se havia sido executado algum tipo de atendimento ou atividades nas comunidades referente à temática.

O gráfico 18, Previdência Social, enfatiza que existe um número pequeno de pessoas que recebem benefício previdenciário. Considerando as duas comunidades quilombolas, as quais são caracterizadas por uma população mais velha, os sujeitos de pesquisa enfatizaram que não contribuíram ou que ainda não possui o tempo de contribuição junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Koga (2013, 37), afirma que

Em um primeiro e fundamental cuidado se faz necessário ao considerar o território, e diz respeito ao cotidiano dos diferentes atores que circulam, residem e relacionam-se em determinados lugares: o reconhecimento de que o território expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações

socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga.

O item, 2. 2 Perfil Socioeconômico no Território Quilombola de Ponta Grossa, demonstrou como os territórios quilombolas possuem características, peculiaridades e singularidades próprias. A partir desta caracterização de dados a realidade social dos sujeitos de pesquisa apresenta-se com as relações entre os membros das comunidades quilombolas com o município de Ponta Grossa fragilizadas. Coadunando com esse aspecto, Koga (2005, p. 20) afirma que o território é uma medida de relação social, de relações sociais – dessa dinâmica socio territorial que vai definindo as formas de distribuição da riqueza e as formas desiguais de acessibilidade aos bens e serviços.

2.3 Território e Comunidade Quilombola ²²

Sobre as categorias analíticas que surgiram na pesquisa de campo, considerou-se enquanto instrumentos metodológicos para a identificação das mesmas, a revisão bibliográfica, a análise de formulários, as informações coletadas durante as entrevistas, a observação, os registros em diário de campo e a análise de conteúdo a partir da codificação, classificação e categorização.

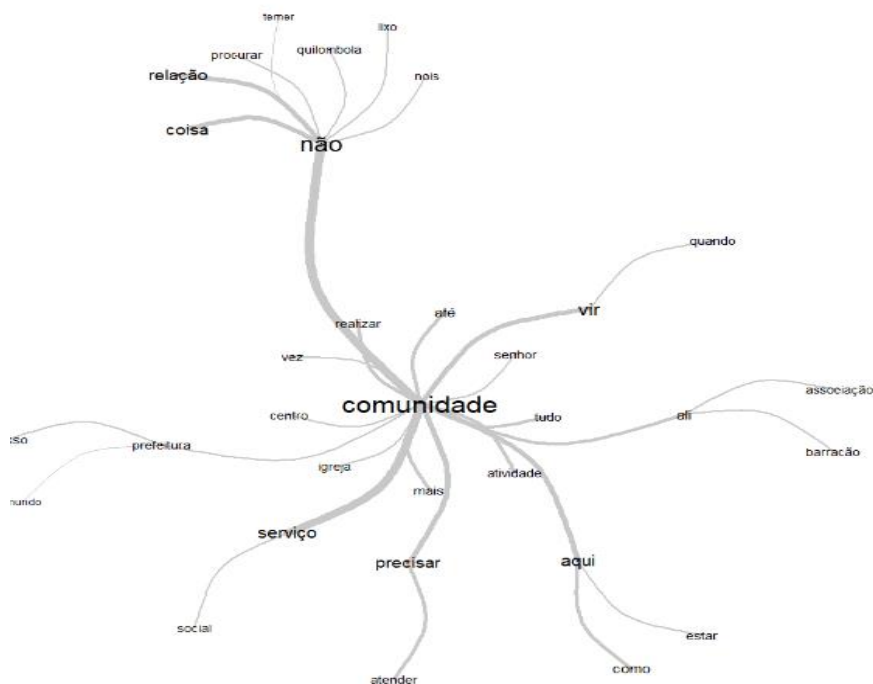
Como complemento metodológico para identificação das categorias analíticas nas entrevistas utilizou-se o Programa Iramuteq. O Programa Iramuteq é um software, o qual possui vários tipos de análise a serem utilizadas pelo pesquisador. Podendo ser análise de corpus textual, sendo: lexográfica, especificidades e AFC, classificação hierárquica descendente – CHD, similitude, nuvem de palavras. Ou análise de matrizes, sendo: frequência e frequências múltiplas, classificação hierárquica descendente – CHD, similitude, prototípica. A análise utilizada foi a corpus textual de similitude.

²² Realizou-se a pesquisa exploratória nos site oficiais do Ministério da Cidadania com o objetivo de coletar dados referentes aos aspectos comunidade e território quilombola. No entanto, os links e páginas do site que orientavam para o acesso a possíveis materiais disponíveis as páginas davam erro, não sendo possível a exploração do material.

Após a realização das entrevistas com os representantes das comunidades quilombolas, realizou-se a transcrição das mesmas. Após elaborada a transcrição, o texto foi inserido na plataforma do Programa Iramuteq para que o mesmo desenvolvesse a análise de corpus textual de similitude. Esta análise desenvolve um mapa com as principais palavras mencionadas durante a entrevista.

A figura 04, a qual demonstra o mapa de similitude elaborado a partir da entrevista realizada com o entrevistado da comunidade quilombola Colônia Sutil. Conforme exposto na figura 04, a categoria que se destacou durante a entrevista foi comunidade. Neste item serão trabalhadas conjuntamente as categorias comunidade e território, considerando que estão dialeticamente relacionadas.

FIGURA 04 – Similitude Colônia Sutil



Fonte: entrevistas realizadas durante pesquisa de campo
Org. Programa Iramuteq

A partir da Figura 04, identifica-se a palavra comunidade em destaque. Conforme já exposto na introdução da presente dissertação, comunidade está

associada a categoria território, considerando que não faz parte da realidade dos membros das comunidades quilombolas verbalizarem a expressão território, mas sim comunidade.

Pode se inferir que a categoria analítica território, apesar de não ser identificada explicitamente na fala dos sujeitos de pesquisa, considera-se a relação dialética desta com a categoria comunidade. Desta forma a partir da relação dialética entre as categorias buscar-se-á a compreensão das relações sociais estabelecidas dentro do território e da comunidade quilombola. Como fonte de dados utilizar-se-á, juntamente com as referências bibliográficas citadas, as entrevistas realizadas com membros das comunidades quilombolas, conforme citado acima, e as observações durante a pesquisa de campo registradas em diário de campo.

Durante o processo de pesquisa, a partir das leituras e aproximações com o tema, identificou-se a importância da titulação e do reconhecimento das terras quilombolas pelo Estado Brasileiro. A este fato, a partir da realização do estado do conhecimento²³ para elaboração do projeto de pesquisa, um dos principais temas das dissertações selecionadas foi a titulação das terras quilombolas. Relacionado a este tema o acesso às políticas públicas está intrinsecamente vinculado, tendo em vista que o Programa Brasil Quilombola, já mencionado nesta dissertação, possui como critério para acesso a titulação e o reconhecimento das comunidades quilombolas. De acordo com a Portaria do Ministério da Cultura nº 84, de 8 de junho de 2015, as comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz tiveram oficialmente seu reconhecimento e titulação no dia 19 de agosto de 2005.

O instrumento metodológico entrevista, foi utilizado com o objetivo de coletar dados e informações referentes aos aspectos de historicidade e organização das comunidades quilombolas. Sendo uma das perguntas do questionário semiestruturado, as comunidades quilombolas estão certificadas? Na entrevista realizada no dia 13 de abril de 2019, na comunidade quilombola Santa Cruz, quando

²³ O estado do conhecimento realizado para elaboração do projeto de pesquisa da presente dissertação, utilizou como procedimentos metodológicos: pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica e webbibliográfica. Como fonte de coleta de dados foram utilizados os sites: Banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES; Banco de dissertações e teses da Universidade Estadual de Ponta Grossa; e Scientific Library Online – SCIELO. A partir dos procedimentos metodológicos, foram selecionadas 21 dissertações no Banco de dissertações e teses da CAPES; 3 dissertações no Banco de dissertações e teses da UEPG, e 4 artigos no SCIELO. O material auxiliou na construção do estado do conhecimento e na problematização, e objeto de pesquisa.

a pergunta foi realizada o sujeito de pesquisa 'SC' informou, 'o senhor sabe me dizer se Santa Cruz é uma comunidade certificada pela Fundação Cultural dos Palmares, pelo INCRA? A comunidade tem essa certificação de comunidade quilombola? Esse daí tem do INCRA e da Fundação Cultural dos Palmares. E essa documentação fica com o senhor? É eu tenho aqui uns documento aqui dos quilombo. SC.

Na entrevista realizada no dia 18 de maio de 2019 na comunidade quilombola Colônia Sutil, o sujeito de pesquisa 'CS', informou,

P: 'O senhor ainda sabe me dizer se a comunidade tem certificação?

R: Temo um papel.

P: E este papel veio de onde, sabe me dizer, do INCRA?

R: Não, não é do INCRA é de outro lugar.

P: Da Fundação Cultural dos Palmares?

R: Isso memo²⁴.

De acordo com o Abreu (2016, p.35),

Portanto, o território, para ganhar outro sentido mais amplo como eixo de análise, precisa ser apreendido a partir das determinações sociais em curso. Ele é clivado por mediações sociais, econômicas e políticas movimentadas no fluxo da história. (ABREU, p. 35,2016).

A partir da citação do ator e das entrevistas citadas, identifica-se que a relação dos sujeitos de pesquisa com o território, são um processo histórico de identificação com a sua trajetória histórica. Conforme citado no capítulo deste trabalho, o Estado brasileiro, reconheceu legalmente, as comunidades quilombolas somente a partir da Constituição Federal de 1988, através dos Atos e Disposições Transitórias, as comunidades quilombolas como remanescentes de quilombos a partir da certificação e titulação regularizada das mesmas. Até 1988, as comunidades quilombolas não eram vistas pelo Estado como membros da sociedade, desconsiderando toda a sua trajetória histórica social atuante na formação da sociedade brasileira. Não sendo o bastante, após a previsão na Constituição Federal, seriam reconhecidas somente as comunidades quilombolas regularizadas. A tabela abaixo, organizada pela autora, de acordo com a portaria nº 84, de 8 de junho de 2015, demonstra o ano de certificação e a quantidade de comunidades certificadas.

²⁴ Durante a entrevista, o sujeito de pesquisa não soube informar onde estariam os documentos que comprovam a certificação das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz.

TABELA 03: Comunidades Quilombolas certificadas

Ano de certificação	Quantidade
2004	101
2005	336
2006	383
2007	141
2008	127
2009	99
2010	221
2011	190
2012	303
2013	258
2014	154
2015	78
2016	173
2017	134
2018	171
2019 até fevereiro/19	10
TOTAL	2879

Fonte: **Fundação Cultural dos Palmares. Comunidades Quilombolas Certificadas 2019.** Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126 Acesso em 26 mar. 2019.

Org. Autora

A partir do demonstrativo da Tabela 03, nota-se que as comunidades quilombolas, mesmo após previsão constitucional, permaneceram por mais de 16 anos sem titulação, considerando as primeiras comunidades certificadas. As comunidades quilombolas receberam certificação, principalmente na gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), tendo em vista a criação da Agenda Social Quilombola e do Programa Brasil Quilombola (2004) neste período.

Conforme Santos (1993, p. 15)

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

O reconhecimento legal tardio das comunidades quilombolas, incita a falta de identificação destas com o seu território, comunidade e sua história, e relacionado a este aspecto, a partir da aplicação do formulário: apenas 2% dos sujeitos de pesquisa participantes identificaram-se como quilombolas. Demonstra-se desta forma o poder do Estado em fortalecer, fragilizar e/ou anular histórias, neste caso, principalmente o negro no Brasil, e no município de Ponta Grossa. O vínculo das comunidades quilombolas com o município de Ponta Grossa demonstra-se fragilizado, primeiro pela precariedade de acesso aos serviços públicos, conforme demonstrado no item

anterior, e também observado pela pesquisadora e registrado em diário de campo, demonstrando o distanciamento nesta relação.

Conforme registrado em diário de campo, outro aspecto relevante é de como os moradores não se consideram parte do município de Ponta Grossa, as falas referiam-se *‘porque lá em Ponta Grossa’*, *‘só tem lá em Ponta Grossa’*, *‘As pessoas lá de Ponta Grossa’*. Mas identificam-se com o distrito rural do Guaragi, no entanto observou-se que os moradores não utilizam os serviços disponíveis no distrito rural do Guaragi.

Outro dado relevante na fala dos moradores, foi o uso da expressão comunidade, reportaram-se que existiu no passado uma comunidade unida no local, mas que ,atualmente, as famílias são desunidas, não lutam pela comunidade, não conhecem a história e não conhecem os primeiros moradores. A partir dessas falas notou-se a falta de identificação com a comunidade, do pensar em comunidade, do buscar para a comunidade. Os laços no decorrer dos anos fragilizaram-se: em um primeiro momento podemos constatar que muitos moradores se desfizeram, venderam suas partes e foram embora para “Ponta Grossa” ou outros municípios, e isso colaborou para esse rompimento.

Outro ponto importante de constatar é a falta dos serviços públicos dentro da comunidade e específicos para a comunidade quilombola, isto desenvolve também um desapego ao local, e saem a procura de lugares para morar onde possam usufruir dos serviços públicos e ter melhor qualidade de vida.

Neste sentido, cita-se Abreu (2016, p.37)

Podemos, assim, conceber o território como resultado das relações sociais históricas, pois, a depender da forma de ocupação do espaço e sua transformação a inserção ocorrerá nos ciclos do processo produtivo. Entretanto, este ciclo, como o das demais mercadorias vistas na dimensão global do capitalismo, não se esgota, por fazer parte da própria dinâmica de reprodução, como espaço de vida, de sustento, de abrigo e de lucro.

No que abrange as relações sociais históricas das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, os membros destas comunidades, conforme a elaboração do perfil socioeconômico, estão entre a faixa etária de 30 a 51 anos. A partir da pesquisa de campo, observou-se poucos jovens nas comunidades, e com a aplicação dos formulários, a falta de identificação dos jovens com o território, a

fragilidade do vínculo com a comunidade, principalmente devido a falta de acesso aos serviços públicos, ficou evidente. No momento de aplicação de formulário na comunidade Santa Cruz, o sujeito de pesquisa ressaltou, *‘se um jovem quiser fazer uma universidade, as famílias aqui, não tem condições de manter em Ponta Grossa’*. Através da observação foi possível identificar que os jovens moradores venderam suas casas, e foram trabalhar e estudar no meio urbano do município de Ponta Grossa. Santos (1987, p. 29), afirma:

Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são engados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais. (SANTOS, p.29, 1987)

O processo de formação da sociedade brasileira, explicitada no capítulo 1, demonstra o caminho percorrido, principalmente no aspecto de formação e de investimentos no rural e urbano. Primeiramente o Brasil era um país essencialmente rural, definido pelos meios de produção utilizados no momento histórico. Após o período de industrialização, a mudança da mão de obra, os investimentos centralizaram-se fortemente no meio urbano, fragilizando o campo e sendo um dos fatores do êxodo rural.

A realidade das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa não estão desconectadas deste cenário nacional. A pesquisa de campo propiciou a observação da região onde estão localizadas as comunidades quilombolas Sutil e Santa Cruz. Uma região rodeada de grandes fazendas produtoras de diversos tipos alimentícios, em grande escala. Poucas são as referências bibliográficas sobre a história das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, devido a isto a importância da entrevista realizada com os representantes das comunidades. No que refere-se ao aspecto território, o sujeito de pesquisa ‘SC’, citou na entrevista,

P: *As famílias que moram aqui hoje são descendentes dos primeiros moradores? Ou não?* R: *Não. Tem uns que não.*

P: *E esses que não são, são maioria hoje?*

R: *Eu quero vê, acho que ta mais o meno empatado. Tem os polaco ali, tem pra ca mais uma chácara.*

P: *Que não são famílias descendentes de escravos?*

R: *É que não são.*

P: *O senhor sabe me dizer como essas pessoas vieram morar aqui?*

R: *É que aqui depois ficou pros Klass, tudo essas terraria.*

P: *E quem seriam?*

R: *Tem até la do Tibagi, até ali no Campo Grande, no japonês era dos klass. Dai eles venderam pros japonês aqui, venderam pros polaco aqui pros klass.*

P: Que são essas pessoas?

R: Os fazendeiro, plantam soja.' SC.

Considerando Santos (1987), as comunidades quilombolas Sutil e Santa Cruz eram proprietárias de uma grande extensão de terras, que com o passar dos anos acabou sendo desapropriada dessas comunidades como nota-se na fala do sujeito de pesquisa 'SC'. Como já exposto no perfil socioeconômico, o acesso à serviços públicos pelas comunidades quilombolas é de difícil acessibilidade. No entanto, ao mesmo tempo em que o acesso às políticas públicas é fragilizado, o desenvolvimento, neste caso citando o agronegócio, acompanha o contexto nacional de grandes propriedades que disponibilizam de máquinas de última geração. De acordo com Siqueira (2017, p. 32),

Compreender esta relação nos permite ponderar que, apesar das garantias legais do Estado de direito, os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão submetidos aos conflitos inerentes ao projeto político-econômico dominante que, ao concentrar terra e incentivar a produção de *comodities* (como a soja) ameaça a existência coletiva desses sujeitos.

Abreu (2016, p. 37), cita a apropriação dos territórios, mediadas pelas relações,

As formas de apropriação dos territórios são balizadas por relações e mediações tão complexas como as inerentes ao capitalismo. O espaço, nessa dinâmica de produção social, ora é valorizado, ora descartado, podendo tornar-se obsoleto ou hiperutilizado conforme os fins do capital.

O território quilombola no município de Ponta Grossa, foi apropriado pelas grandes propriedades rurais, as quais são valorizadas e hiperutilizadas, tendo em vista o aspecto lucro que estas trazem ao município e de forma geral ao país. Ao mesmo tempo que a mão de obra utilizada pelos proprietários das fazendas são os moradores das comunidades quilombolas, conforme coletado na aplicação dos formulários. Dos 12 formulários aplicados, 6 formulários apresentaram que algum membro da família trabalha nas fazendas ao entorno das comunidades quilombolas, nas funções de tratorista ou auxiliar de serviços gerais. Isto representa a relação histórica vivenciada no contexto nacional, o qual desdobra-se para municípios, de 'senhor e subordinado', 'senhor e escravo'. As comunidades quilombolas ora são valorizadas pelo quesito mão de obra, pelos proprietários das fazendas da região. Ora são descartadas, demonstrado através da péssima qualidade de vida e a falta de

acesso à serviços públicos pelas famílias moradoras das comunidades quilombolas. Sendo assim conforme Santos (1987, p.116), num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem.

Neste âmbito, de reconhecimento, identificação do território e relação dos sujeitos com o mesmo, apropria-se da categoria comunidade. De acordo com Pereira (2001, p. 145),

Comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território (rural ou urbano) cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, com ou sem consciência de pertencimento, e de forma plural, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas.

Como já citado o processo histórico vivenciado pelas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, difere do contexto nacional. A resistência e escravos, como forma de revolta devido principalmente a violência com que se tratava os escravos, desdobrou em suicídios e fugas, as quais colaboraram para a formação e organização dos quilombos conforme expõe a história. No entanto, no município de Ponta Grossa, os quilombos formaram-se devido a doação de parte das terras da antiga Fazenda Santa Cruz aos escravos que nelas trabalhavam. Considerando este fato, notou-se, através dos procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa de campo, a falta de identificação dos moradores que participaram do processo de pesquisa de campo, com a história e cultura quilombola, e também pelo demonstrativo de famílias que se desfizeram das suas terras para morar no meio urbano. Com relação a este aspecto, retorna-se a breve contextualização histórica do município de Ponta Grossa. Considerando a característica fortemente tradicional reforçada pela história do município de uma colonização europeia, composta por valores da família tradicional.

A aplicação dos formulários demonstrou dados relacionados a falta de identidade cultural quilombola, no item 1, cor/raça/etnia. Neste item cabe ressaltar que, a abordagem da pesquisadora foi de como cada sujeito de pesquisa se identificava, tendo em vista que, se o pesquisador não utilizar esse tipo de abordagem realiza também a anulação da identidade do sujeito. Os dados coletados demonstraram:

TABELA 04: Cor/Raça/Etnia

Cor/raça/etnia	Quantidade
Branco	1%
Pardo	1%
Preto	7%
Amarelo	0%
Quilombola	2%

Fonte: Formulário de pesquisa
Org. Autora

Destaca-se a falta de identidade quilombola pelos sujeitos de pesquisa, principalmente referente ao aspecto histórico-cultural. Durante a aplicação de formulário, a pesquisadora registrou em diário de campo algumas falas que se destacaram no momento da pergunta, cita -se, *'ninguém reconhece a gente, prefeito, vereador só vem aqui pra pedir voto'*. As falas dos moradores referiam-se muito a um abandono da comunidade e das famílias: *'ninguém diz aqui que é quilombola, moça'*, *'tem gente aqui que nem sabe o que é quilombola'*.

As falas dos sujeitos de pesquisa demonstram como o reconhecimento, identificação, e sobretudo o atendimento as demandas sociais, econômicas e políticas das comunidades quilombolas relacionam-se com o papel do Estado, do município de Ponta Grossa. A falta de reconhecimento do Estado, sendo ele legal, ou através de políticas públicas, influencia diretamente o vínculo comunitário dos moradores com o território, e de sua consciência de pertencimento a comunidade. Além destes aspectos, a distância de se identificar como quilombola, considerando a anulação de sua história, e o esquecimento pelo município, encara-se assim o preconceito velado a que os sujeitos de pesquisa estão expostos. Conforme Siqueira (2017, p. 152), a invisibilidade vivenciada pelas comunidades tradicionais é uma das principais características da região sul do país. De acordo com a autora, a invisibilidade é decorrente do silenciamento causado por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e exclusão das arenas de debate e formulação de políticas públicas.

A influência de fatores externos influencia as comunidades quilombolas no auto reconhecimento com a história e cultura, apesar de as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa vivenciarem uma história de formação e organização de quilombo diferente do contexto nacional, os primeiros moradores eram escravos que sentiram a violência física e psicológica dos demais escravizados. Outra fala identificada durante a aplicação de formulário, *'tem gente que nem sabe que existe quilombola em Ponta Grossa, nem sabem que a gente existe'*. A fala do sujeito de pesquisa

remete a mais um aspecto que fragiliza o auto reconhecimento com a comunidade, tendo em vista que não é considerado reconhecido pelo município.

Durante a aplicação de formulários e realização de entrevista notou-se a falta de conhecimento dos sujeitos de pesquisa em informar sobre a formação das comunidades, o passado dos antecedentes e/ou descendentes de escravos que permaneceram na região. Isso se mostrou de forma mais clara nas entrevistas com os representantes das comunidades que não souberam informar a sua história local. Considerando este fato, a pesquisa de campo proporcionou o contato com muitos moradores, incluindo o morador mais antigo das duas comunidades, residente na Colônia Sutil.

Conforme Pereira (2001, p. 146), o conceito de comunidade carrega a fantasia de unidade, da uniformidade, da perspectiva de os elementos serem profunda e absolutamente solidários, cooperativos e coesos. De acordo com Souza (2014, p.73), o rural só mais recentemente passou a ser elemento de identidade para algumas concepções de comunidade. A realização da pesquisa de campo, juntamente com a observação participante, notou-se através das falas dos moradores, a fragilidade do vínculo comunitário. Os membros da comunidades apresentaram-se independentes entre si, principalmente no que envolve o tema da presente dissertação. A pesquisadora não identificou em entrevistas, e durante a aplicação de formulários, algum tipo de mobilização das comunidades quilombolas para reivindicar serviços, programas, e/ou projetos para a melhoria na qualidade de vida. Conforme Souza (2019, p. 12),

A primeira coisa a se fazer quando se reflete sobre um objeto confuso e multifacetado como o mundo social é perceber as hierarquias das questões a serem esclarecidas. O poder, é ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.

A partir do embasamento teórico do capítulo 1, o processo de construção da sociedade brasileira, apresentou a luta por melhores condições de vida, pelos direitos, a mobilização de classes as quais estavam submetidas a uma hierarquia econômica e social. A partir da citação de Souza (2019), reflete-se como a realidade social vivenciada pelas comunidades quilombolas está presente. As quais estão submetidas a hierarquia social, econômica e racial a qual compromete seu processo de luta,

identificação com sua história e seu território, que perpassa a realidade do Brasil e de outros municípios.

Atualmente, as comunidades quilombolas de Ponta Grossa estão rodeadas por grandes proprietários rurais, os quais ocupam terras que antes pertenciam as comunidades, no entanto os moradores não souberam informar se estas propriedades são legalmente registradas. De acordo com o entrevistado da comunidade Santa Cruz, *'é que aqui depois aqui ficou pros Klass tudo essas terraria E quem seriam? Tem até la do Tibagi até ali no campo grande no japonês era dos klass. Dai eles venderam pros japonês aqui venderam pros polaco aqui pros klass.SC.'* O fato é que, conforme Souza (2014, p. 76), o desenvolvimento social e a complexidade crescente dos problemas sociais continuam trazendo à baila a importância da comunidade como realidade social de coesão e solidariedade entre os homens a ser resgatada a partir dos seus núcleos de vivência e existência. A fragilidade dos vínculos comunitários; a desestruturação econômica, social, política e histórica; e a falta de acesso aos serviços públicos (objeto de análise do próximo item com dados da realidade pesquisada) pelas comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, corroboram para a intensificação do êxodo rural e da posse das terras quilombolas pelos proprietários das grandes fazendas na região.

O poder local²⁵, que cerca o território das comunidades quilombolas, demonstra perfeitamente a hierarquia da sociedade brasileira, que se desdobra em desigualdade social, falta de acesso à serviços e políticas públicas, a fragilização de vínculos familiares e comunitários, e a destruição da história quilombola. Santos (1987, p. 47), afirma,

E o direito ao entorno? Ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que ressurgue o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno.

²⁵ De acordo com Miranda (2014, p.63), o poder local é uma síntese das múltiplas determinações. Ainda conforme o autor (2014, p. 118), com poucas famílias concentrando a maior parte da renda, Ponta Grossa se desenvolve não necessariamente em razão do poder local formado pelos membros desta, mas, muitas vezes, à custa de tais indivíduos.

O território das comunidades quilombolas remete à existência como resistência, em um município que enfatiza somente a sua formação pela colonização de brancos. Desta forma, entende-se que o território das comunidades quilombolas no município de Ponta Grossa, estão rodeadas pelos aspectos materiais e econômicos, além da sua formação histórica, a decorrente fragilidade dos vínculos comunitários. Através das entrevistas e aplicação de formulários, notou-se a falta de identificação cultural-histórica dos moradores, intensificando a falta de relação com o território. Neste sentido exemplifica-se a saída dos jovens rumo ao meio urbano. A precarização, a falta de acesso aos serviços públicos, e a invisibilidade das comunidades quilombolas, contribui para a afirmação do racismo estrutural presente em todo o país.

Conforme Souza (2014, p. 81),

Numa área geográfica, local de moradia, há certos níveis de identidade entre grupos e subgrupos que cobrem ou servem de identidade, de interesses e preocupações para diferentes classes. Esses elementos de identidade, no entanto, nem sempre tocam interesses fundamentais. Nesse sentido, a partir dessa concepção operacional se tem de ir adiante para identificar o nível dos interesses fundamentais que caracterizam tal porção de território no qual pode haver mais de uma comunidade.

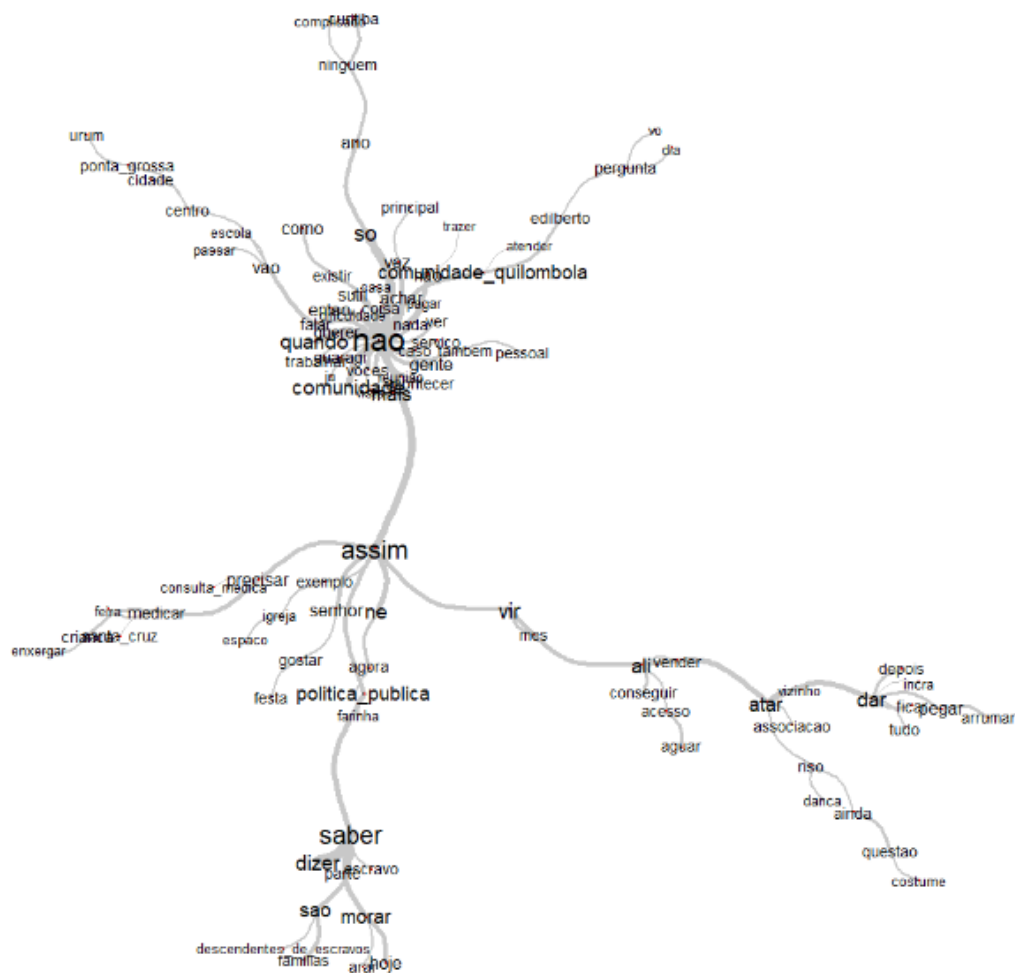
O território deve ser pensado e refletido pelo município de Ponta Grossa como base para organização e planejamento de ações, pois é onde estão os sujeitos e suas demandas econômicas, políticas, sociais, culturais. Somente com a aproximação as comunidades quilombolas, será possível compreender os processos que levam as situações de vulnerabilidades e risco social²⁶. A partir do conhecimento do território, da realidade, e das demandas o município poderá planejar, e executar os serviços, programas e projetos. No entanto, entende-se que as ações municipais são demonstradas como opção e vontade política do gestor (a) em trabalhar com as comunidades e suas demandas.

²⁶ Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014, p.13), vulnerabilidade e risco social são decorrentes da pobreza, do precário ou do nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>

2.4 O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas de Ponta Grossa

O mapa de similitude representado na Figura 05, foi elaborado pelo Programa Iramuteq a partir da entrevista realizada com o representante da comunidade quilombola Santa Cruz. Destaca-se na Figura 05, a categoria analítica política pública, e a palavra 'não', o que afirma a negação ao acesso aos serviços públicos do município de Ponta Grossa.

FIGURA 05 – Similitude Comunidade Santa Cruz

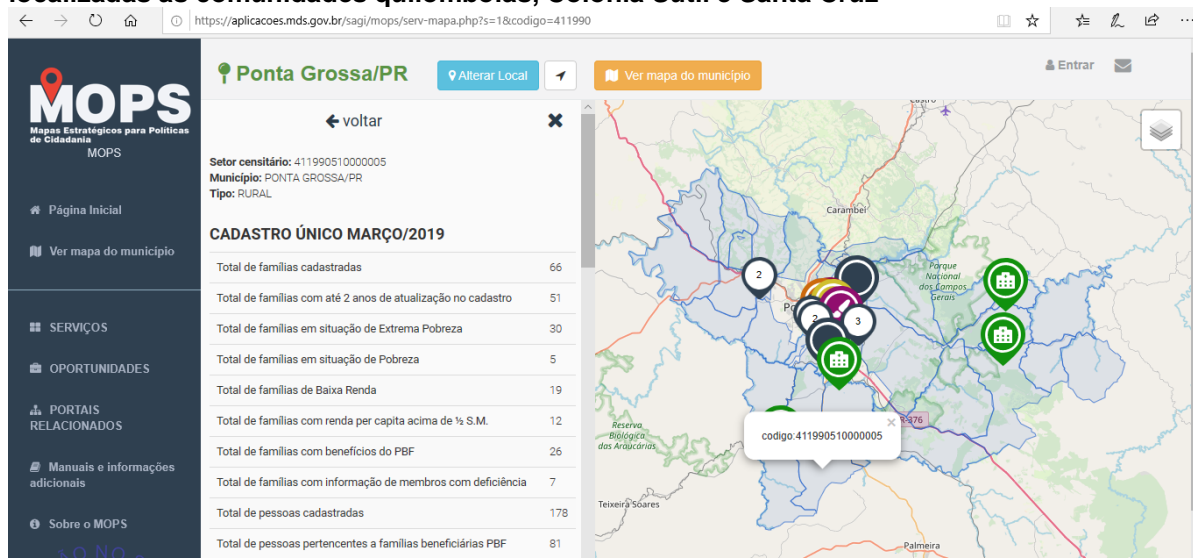


Fonte: entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo
Org. Programa Iramuteq

O levantamento do perfil socioeconômico das comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, demonstrou a falta de acesso à serviços públicos, os quais são de responsabilidade do município disponibilizar o acesso. No entanto a partir da

comunidades quilombolas, o Distrito Rural do Guaragi, conta com a Unidade de Saúde da Família João de Oliveira Bello, a qual realiza o atendimento de toda a região.

FIGURA 07 – Mapa do município Ponta Grossa – Dados referente a área rural onde estão localizadas as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz



Fonte: Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania – MOPS.
Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>

A figura 07, enfatiza dados referente ao cadastro único especificamente das comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, conforme o código 41199050000005. Os dados demonstram que o cadastro no CADÚNICO é parcial, tendo em vista que somente 66 famílias foram cadastradas até março/2019. A falta de cadastro das famílias no CADÚNICO, impacta diretamente no acesso aos programas sociais executados pelo governo federal.

Entende-se que múltiplos fatores determinam as características do espaço socio territorial, de área vulneráveis, neste caso as comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz. De acordo com Koga e Alves (2010, p. 74), as vulnerabilidades demonstram a distância entre o acesso às políticas públicas e o Estado, ao mesmo tempo em que essas características demonstram também quais as prioridades do território para enfrentar situações de vulnerabilidade.

Cita-se Liguori (2017, p. 263), o qual reflete sobre o conceito gramsciano de Estado, a nota Q6,137,801 [CC,3,257-8] intitulada Conceito de Estado, 'por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil'. O Estado se amplia para Gramsci, em síntese, quando vai além da garantia da propriedade privada, quando garante as necessidades da

classe trabalhadora, quando acolhe as demandas e a gestão partilhada da sociedade civil, dos segmentos sociais que compõem.

Corroborando com esta perspectiva de Estado e sociedade civil, o conceito de política pública considerado nesta dissertação, conforme Souza (2007, p.69),

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o 'governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p.43), o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Fazer a relação do surgimento das políticas sociais, remete-nos a sua ligação com as expressões da questão social. Em cada momento histórico as políticas sociais são atribuídas por um caráter específico, assumindo uma característica histórica e estrutural. Conforme Behring e Boschetti (2011, p.43), do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam.

Encarando as contradições as quais são vivenciadas a partir das demandas, neste caso das comunidades quilombolas, a construção e formulação de políticas públicas para atender o que os territórios quilombolas expressam diariamente em seu cotidiano, a proposta de análise da presente dissertação é identificar se os quilombolas do município de Ponta Grossa acessam aos serviços públicos.

Conforme já exposto no item 2.3, ficou evidente a partir dos gráficos a falta de acesso à serviço público pelas comunidades quilombolas, sendo no que se refere no âmbito das políticas públicas, como o acesso a serviço básicos, como por exemplo a coleta de lixo e serviço de entrega de correspondências. Durante a entrevista realizada na comunidade quilombola Colônia Sutil, o CS, informou,

Com relação aos serviços públicos seu CS, quais são os principais serviços que a comunidade utiliza? A saúde, a assistência social, mais assistente social. A assistência social vem até aqui? O CRAS móvel? Ele teve aí no começo do ano passado, agora faz tempo que não vem. Como estão construindo o consultório para o médico ele virá aqui? Ele vai vir uma vez na

semana, vai ficar o dia inteiro, pra atender tudo a comunidade. Quando vinha o CRAS móvel que tipo de atendimento eles realizavam? Eles ficavam ali no barracão, atendiam ali mesmo, quem precisava do serviço ia até ali. Eles faziam aquela baixa renda, umas par de coisinha eles resolviam. Agora se a comunidade precisar precisa ir até o centro? É tem que ir até lá o centro. CS.

E pra comunidade esses serviços, precisa de um hospital, da assistente social, a comunidade tem facilidade? A depende do que precisa, tem coisa que precisa passa pelo médico pra poder ir, se não se for lá direto eles não atendem. CS.

A comunidade tem dificuldade com relação a locomoção para procurar o serviço lá no centro? Não tem ônibus mas a maior parte tem carro aí eles se juntam e vão junto de carro, se ajudam. E quando a comunidade precisa de samu, siate? Eles atendem mais demora, demora porque é longe, consegue ligar.

O senhor tem alguma consideração a fazer? Nós precisamos de bastante coisa não temos correio não temos sinal de telefone pra nós é ruim nós temos que procurar a torre quando você liga pra gente chama daqui a pouco tem procura onde que pega pra poder retornar a ligação. O lixo vem até aqui? Não vem lixo. E como vocês fazem com relação ao lixo? Um tanto nós entregamos na ferra verde, mas tem coisa que a ferra verde não leva. E qual é o destino dessas outras coisas? Daí é aqueles que vem passa o caminhão do ferro velho aí vendemos pro ferro velho. E o lixo orgânico? O lixo do banheiro? Queima não tem o que fazer. CS.

A fala do entrevistado permite identificar que apesar de algumas demandas serem atendidas pelo poder público municipal, existem falhas no atendimento, sendo caracterizado principalmente pela descontinuidade na execução dos serviços públicos. O entrevistado CS, frisou a demanda por serviços de assistência social e saúde, ao mesmo tempo que o CRAS Móvel²⁸, compareceu na comunidade pela última vez no início de 2018. No âmbito da saúde, está sendo construída uma sala anexa ao barracão da associação de moradores para o melhor atendimento dos moradores. O entrevistado SC, informou que o médico da Unidade de Saúde da Família João de Oliveira Bello, do distrito rural do Guaragi, até a construção da sala, vai somente uma vez ao mês na Colônia Sutil, para o atendimento dos moradores das duas comunidades.

Outro aspecto que deve ser ressaltado na fala dos entrevistados é a questão do transporte e outros serviços básicos que as comunidades não possuem acesso. As comunidades não possuem acesso ao transporte municipal, somente à linhas intermunicipais que fazem o trajeto Ponta Grossa – Palmeira, o que além de dificultar

²⁸ O Centro de Referência da Assistência Social, unidade móvel, leva até os usuários da assistência social os serviços de proteção social básica. Disponível em < <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/22848>>

o acesso, considerando os horários dessa linha, o valor da passagem impossibilita os moradores a utilizarem o transporte²⁹. Conforme Santos (1987, p. 89),

Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los. Desse modo, as pessoas desprovidas de mobilidade, seja em razão de sua atividade, seja em razão de seus recursos, devem resignar-se à não utilização de tais bens e serviços, cujos preços são, às vezes, inferiores aos de sua localidade.

A Figura 07, no início deste item, demonstrou a centralidade dos serviços públicos na área urbana, o que torna evidente a vulnerabilidade que o meio rural está exposto. De acordo com o IPEADATA³⁰, a população rural do município de Ponta Grossa no ano de 2010, contabilizava 6.878, sendo destes 3.247 mulheres e 3.631 homens. No entanto, não existe amostra referentes aos dados citados sobre a porcentagem de brancos e negros na área rural. O que se pretende enfatizar é a falta de políticas públicas na área rural do município de Ponta Grossa, neste caso no território em que se localizam as comunidades quilombolas. Para reforçar este argumento, cita-se a fala de uma moradora durante a aplicação de formulário e o registro em diário de campo, '*parece que vivo no séc. XIX*'. Conforme Santos (1987, p. 116), num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem.

De acordo com Souza (2019, p.13), a construção de uma elite 'todo-poderosa' que habitaria o Estado só existe, na realidade, para que não vejamos a elite real, que está fora do Estado, ainda que sua captura seja fundamental para seus fins. Parte da elite real presente no município de Ponta Grossa, esta também localizada no território em que se localizam as comunidades quilombolas. Esta elite é representada pelos grandes proprietários rurais; pelos frequentadores do Golf Club, o qual está localizado apenas 1 km da comunidade quilombola Santa Cruz. Frisa-se novamente estes atores, devido os relatos dos moradores ao compararem os serviços que chegam até o Golf Club, como também a precariedade das estradas de acesso às comunidades que somente em períodos de plantio e colheita recebem manutenção do município. De acordo com Silva (2013, p. 21), a política pública é constituída pelos grupos de

²⁹ Conforme disponível no site <http://www.princesadosc campos.com.br/>, os horários da linha Ponta Grossa – Palmeira são: 06:45 h; 11:15 h; 14 h; 16 h; 19:30 h, e o preço atual da passagem é de R\$ 11,12.

³⁰ O IPEADATA é uma base de dados que disponibiliza dados macroeconômicos, sociais, e regional. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>

interesse, específicos àquela temática, mas representativos para externar a ação do governo por meio daquela política para atender uma determinada demanda, aproximando tal questão à concepção de política pública que temos como referência Souza (2007). A partir do exposto referente ao município de Ponta Grossa, a perspectiva de Estado ampliado e política pública num viés democrático e inclusivo para as comunidades quilombolas não está sendo vivenciada.

Conforme proposto no projeto que deu origem a esta pesquisa, além das entrevistas realizadas com os representantes das comunidades quilombolas, tinha – se como objetivo entrevistar representantes dos serviços públicos afim de verificar como estes avaliam as políticas públicas acessadas pelas comunidades quilombolas. No entanto, oficialmente, as entrevistas não foram autorizadas pelos órgãos responsáveis, conforme a descrição a seguir.

Durante o mês de setembro de 2019, a pesquisadora foi pessoalmente até as secretarias municipais de agricultura, pecuária e abastecimento; saúde; educação; esportes³¹; indústria, comércio e qualificação profissional; e políticas públicas, com o objetivo de realizar as entrevistas com os gestores públicos. Novamente as entrevistas não foram autorizadas, no entanto os funcionários que nos receberam passaram informações referentes as comunidades quilombolas, as quais foram registradas em diário de campo³².

Na **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAPA**, a pesquisadora foi recebida por um dos agrônomos que compõem a equipe técnica. A pesquisadora explanou sobre a pesquisa, e solicitou a autorização de entrevista, o servidor informou que não seria possível devido a falta de disponibilidade de horários e pessoal para responder as perguntas, no entanto ele poderia informar alguns serviços disponíveis na secretaria. A pesquisadora questionou se a secretaria disponibilizava de algum programa de atendimento específico às comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa. O servidor informou que a secretaria não

³¹ Nas respectivas secretarias municipais de educação e esporte, a pesquisadora não conseguiu contato com servidores que pudessem passar informações referentes aos serviços desenvolvidos nas comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz. A visita até a Secretaria Municipal de Educação, ocorreu no dia 05 de setembro de 2019, e a visita a Secretaria Municipal de Esportes ocorreu nos dias 10 e 12 de setembro de 2019. Não sendo possível a realização de entrevistas.

³² As secretarias selecionadas para realização de entrevistas emergiram da aplicação dos formulários e da realização das entrevistas com os representantes das comunidades quilombolas.

executava nenhum projeto e programa específico para atendimento das comunidades quilombolas, que o serviço único realizado pela secretaria que é disponibilizado também para as comunidades quilombolas é o Programa Feira Verde. Após a realização da visita à SAPA, a pesquisadora acessou o site da secretaria afim de verificar o cronograma de entregas do Programa Feira Verde. De acordo com o calendário referente aos meses fevereiro a julho/2019, as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, não receberam produtos do Programa no mês de fevereiro, nos meses março, abril e junho, receberam produtos uma vez ao mês, e no mês de julho duas vezes ao mês. O calendário referente às entregas entre agosto e dezembro/2019, foram previstas uma vez ao mês³³.

Nesta oportunidade, a pesquisadora questionou o servidor da SAPA sobre o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA do município o qual está sob responsabilidade da secretaria, se este conselho tinha como discussão em suas pautas as comunidades quilombolas. O servidor não soube responder, e informou que o Consea não estava tendo reuniões.

De acordo com a Lei Municipal nº 12.741/2017, o município tem como missão servir os munícipes em suas demandas de abastecimento e agropecuária, desenvolvendo políticas públicas para o atendimento dessas áreas. Além dessa previsão, a lei prioriza o reparo das estradas rurais, bem como o a realização de saneamento rural. A pesquisa de campo e os instrumentos metodológicos utilizados demonstram que as estradas rurais que dão acesso as comunidades quilombolas estão em estado precário, dificultando o acesso principalmente em dias chuvosos. Conforme registrado em diário de campo durante a aplicação de formulário na comunidade Santa Cruz, quando reportou-se ao item avaliação de serviços públicos do formulário, um dos moradores informou, *'a gente já fez protocolo várias vezes na prefeitura mais ninguém atendeu a gente quando chove aqui ninguém entra ninguém sai.'*

Com relação ao saneamento rural, a partir da aplicação do formulário, a tabulação dos dados demonstrou que todos os moradores utilizam de fossa rudimentar, o que propicia a contaminação do solo, e da água. No caso da

³³ De acordo com o site da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os calendários estão disponíveis em: < http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/calendario_2019_-_fevereiro_-_julho_2_edicao.pdf>, < http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/calendario_agosto_-_dezembor_2019.pdf> Acessado em 03 de set. 2019.

comunidade quilombola Santa Cruz, conforme citado, as famílias utilizam água de poço comum, o qual não passa por nenhum processo de tratamento e limpeza, sendo um forte meio para contaminação das famílias que utilizam a água. Conforme Pereira (2008, p.96), política pública implica sempre, e simultaneamente intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores (governamentais e não - governamentais), seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático. A pesquisa torna evidente, as demandas das comunidades quilombolas por políticas públicas a serem realizadas pela SAPA. No entanto, o poder público não realizou o atendimento das comunidades neste âmbito. Reflete-se que não é por falta de conhecimento do território quilombola, tendo em vista, conforme já citado, que os moradores oficializaram protocolos solicitando o serviço. Bem como a demanda pela água na comunidade Santa Cruz, neste caso, cita-se Secchi (2017, p.02), políticas públicas também se referem à omissão ou negligência? Neste aspecto, responsabiliza-se também o CONSEA, considerando que este é um órgão de assessoramento para o município de Ponta Grossa, no âmbito da segurança alimentar e nutricional, o qual é composto por dois terços da sociedade civil, e um terço de representantes governamentais.

A omissão e negligência do poder público municipal e do CONSEA, ocorre em duas frentes. Do município de Ponta Grossa, em não considerar o Programa Brasil Quilombola, no eixo 2 'infraestrutura e qualidade de vida', prevê o Programa Água para todos. E o CONSEA, primeiramente por não estar realizando reuniões, conforme informado pelo servidor da SAPA, e segundo por não estar monitorando e avaliando as políticas públicas executadas pelo município de Ponta Grossa no âmbito da San. Cita -se novamente, o Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010, o qual institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O decreto prevê em seu art. 3º, inciso IV a promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas, e,

VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

Considera-se que o município de Ponta Grossa, negligência o atendimento e a demanda das comunidades quilombolas, e os omite considerando o conhecimento

da realidade e a legislação prevista para o atendimento dos quilombolas no âmbito da SAPA.

Na **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**³⁴³⁵ a pesquisadora foi recebida por assessor de gabinete. Da mesma forma que a pesquisadora relatou as informações referentes a pesquisa à SAPA, fez com a SMS, no entanto o assessor informou que as perguntas só poderiam ser respondidas pela gestora, porém a entrevista não seria possível devido a falta de disponibilidade de horários. Aproveitando o momento, a pesquisadora perguntou ao assessor se poderia informar se era realizado algum tipo de trabalho, projeto, programa, e/ou atendimento das comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz. O mesmo informou da construção da sala anexa ao prédio da associação de moradores da comunidade quilombola colônia sutil, e que o atendimento seria normalizado até o fim deste ano de 2019. O assessor ainda informou que o objetivo da construção da sala é para que as comunidades sejam atendidas diariamente.

No âmbito da saúde, o Programa Brasil Quilombola, prevê em seu eixo 2, infraestrutura e qualidade de vida, o programa saúde da família e saúde bucal, com o objetivo de ampliar o atendimento das famílias quilombolas e melhorar as condições de saúde. O Plano Municipal de Saúde 2018-2018, do município de Ponta Grossa, prevê em sua diretriz 3,

Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idosos), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades como as pessoas com deficiência – PCD, gênero e a diversidade sexual, religiosa e étnica (quilombolas e povo cigano) na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Conforme relatado anteriormente pelo entrevistado da comunidade quilombola Colônia Sutil, entre as principais demandas estão assistência social e saúde. Durante a entrevista com o representante da Colônia Sutil, *‘existe alguma infraestrutura aqui na comunidade? Tem a associação de moradores, o barracão da associação. E ali perto do barracão tem alguma outra construção? Tão fazendo o postinho do*

³⁴ Foram realizadas visitas nos dias 27, 28 de novembro e 04 de dezembro de 2019, na Unidade de Saúde da Família João de Oliveira Bello, com o objetivo de entrevistar a coordenação da unidade. No entanto, o profissional não encontrava-se no local.

³⁵ No dia 24 de janeiro de 2020, foi inaugurada a Unidade de Saúde Wilson de Jesus Batista Filho, na Colônia Sutil, com o objetivo de atender 85 famílias. Disponível em < <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/45880>>

lado grudado com ele. CS. A construção da sala anexa ao barracão da associação de moradores, para o atendimento dos moradores das duas comunidades no âmbito da saúde, é de fato ponto positivo e serviço primordial. Contudo, o atendimento a ser realizado é de caráter básico, de acordo com os registros no diário de campo, após aplicação de formulário os moradores das comunidades quilombolas relataram a dificuldade em acessar outros serviços de saúde, como por exemplo o recebimento de medicamentos, locomover-se até os hospitais em casos de emergência, e dificuldade para solicitar os serviços de SAMU e SIATE. Conforme registrado no formulário número três aplicados na comunidade quilombola Santa Cruz, o participante da pesquisa frisou, *‘compramos o remédio, porque se for buscar vai sair mais caro.’* Considerando o trajeto que os moradores precisam realizar para buscar os medicamentos na Unidade de Saúde da Família João Oliveira de Bello, é preciso pegar transporte intermunicipal até o terminal rodoviário, em seguida locomover-se até o terminal de ônibus central, retornar ao terminal de ônibus do Bairro de Oficinas e pegar o ônibus que vai até o Distrito Rural do Guaragi, para retornar para casa é necessário fazer o mesmo trajeto.

Conforme Santos (1987, p. 90) os moradores que dispõem de meios para locomover-se têm, assim, acesso mais fácil, e aqueles cuja mobilidade é limitada ou nula devem pagar localmente mais caro, e as vezes por isso mesmo renunciar ao seu uso. Neste caso, outros fatores impossibilitam o acesso das comunidades quilombolas a outros níveis de complexidade da política de saúde, podendo citar: a dificuldade de acesso ao transporte público; precarização das estradas rurais; falta de torre para celular, impossibilitando a realização de ligações para serviços disponíveis em meio urbano.

Além da previsão no Programa Brasil Quilombola, Plano Municipal de Saúde 2018-2021 do município de Ponta Grossa, a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná – SESA, prevê a partir da Resolução nº 253/2009, a instituição do fundo estadual para comunidades quilombolas. Esta resolução ainda prevê o repasse de recurso mensal no valor R\$ 600,00, desde que atenda os critérios: um agente comunitário de saúde por comunidade quilombola; definição de unidade básica de saúde para a comunidade quilombola; ao municípios que não implantaram, devem garantir pelo menos uma vez ao mês visita dos profissionais da área da saúde nas comunidades quilombolas. A

pesquisa de campo não possibilitou a coleta de dados referente à esta resolução. Conforme Silva e Bassi (2012, p.15),

O Brasil é uma terra de desiguais em termos de oportunidade e de condição de vida. O papel do Estado é tornar mais equitativas estas oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional. A própria democracia nacional depende desta melhora das oportunidades, pois ela depende de mais espaços de diálogo e maior interação entre a sociedade, possível somente quando não se tem excluído desse processo. A exclusão não acontece no direito a voto, mas na capacidade de tomada de decisão, representada, por exemplo, pelos milhares de brasileiros em condição de miséria.

No uso de suas atribuições Estado em suas três esferas, deve a partir da elaboração de suas agendas sociais, as quais resultam em políticas públicas, executar o planejamento e o diagnóstico dos territórios. Ressalta-se este aspecto, tendo em vista, como demonstram os dados da presente dissertação, a falta de acesso e/ou um acesso limitado, ou até mesmo a falta de acesso aos serviços públicos. Pereira (2008, p.95), reforça, portanto, quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal ou coletiva e muito menos individual.

A **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional**, a pesquisadora foi recebida por assessor de gabinete. Após a pesquisadora explanar sobre os objetivos e etapas da pesquisa, o assessor informou que a secretaria não realizava nenhum projeto e programa específico para atender as demandas das comunidades quilombolas, e que os serviços da secretaria buscavam atender as demandas do 'coletivo'. Ainda frisou que todos os serviços ofertados pela secretaria ocorrem no meio urbano, sendo cursos de qualificação e serviços disponíveis na agência do trabalhador.

A realidade dos moradores das comunidades quilombolas de acordo com o perfil socioeconômico, é composto por moradores que possuem, primordialmente, ensino fundamental completo e incompleto. Os postos de trabalhos que estes assumem, centram-se em funções de: autônomo (a), auxiliar de serviços gerais em lavoura, motorista, do lar, garçom, agricultora (o), tratorista, e desempregados (as), sendo a renda familiar, entre um e dois salários mínimos. A partir deste quadro, cita-se Guy Standing (2017), que em seu livro 'O precariado: a nova classe perigosa', reflete sobre a emergência desta classe a partir de 1980. De acordo com Standing

(2017, p. 23), podemos afirmar que o precariado é uma classe-em-formação, se não ainda uma classe-para-si, no sentido marxista do termo. Conforme o autor, as condições em que o precariado se encontra na sociedade, estimula a fragmentação dos grupos sociais. Neste sentido, os moradores das comunidades quilombolas estão em postos de trabalhos, caracterizado pelo setor informal.

No âmbito dos serviços a serem disponibilizados pela **Secretaria de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional**, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. O Programa Brasil Quilombola, prevê no eixo 4, Direitos e Cidadania, a oferta de vagas para cursos para a educação profissional para jovens a partir de 16 anos. Conforme registrado em diário de campo, os moradores jovens das comunidades quilombolas, mudam-se para o meio urbano devido a falta de perspectivas, com relação a formação educacional e profissional. Conforme Standing (2017, p. 106), o mundo pode estar envelhecendo, mas há uma quantidade gigantesca de jovens por aí, com diversos motivos para se frustrar.

Além dos jovens, as comunidades quilombolas são caracterizadas por moradores entre a faixa etária entre 30 a 51 anos, e 52 anos ou mais, em postos de trabalhos, conforme já citado, que exigem escolaridade, geralmente, de ensino fundamental. Standing (2017, p. 29), afirma que outra característica do precariado é a renda precária e um padrão de renda que é diferente daquele de todos os outros grupos. Considera-se que o perfil de postos de trabalho dos moradores das comunidades quilombolas, propicia a insegurança e a instabilidade onde estão inseridos. Para Standing (2017, p. 31),

Além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma identidade baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade.

A citação de Standing (2017), remete-nos especialmente a dois pontos reflexivos. O primeiro deles é, as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, festão englobadas no conceito do precariado, tendo vista a precarização dos salários considerando a renda familiar, e a falta de qualificação profissional. Nesta última ressalta-se a falta de acesso aos serviços de educação principalmente, considerando o fato de que a dificuldade de locomoção até este serviço condiciona a

participação. Outro ponto a ser considerado, conforme já desenvolvido no item 2.4, o vínculo comunitário é frágil, dificultando sua memória e identidade social dos moradores sobre seu processo histórico, contribuindo para a vulnerabilidade das relações sociais³⁶.

A **Secretaria Municipal de Políticas Públicas**, prestou informações através de assessora de gabinete. Após explanação sobre a presente pesquisa, foi informando que o Centro de Referência da Assistência Social Móvel – CRAS Móvel não está deslocando-se até as comunidades quilombolas devido a problemas de manutenção de transporte e combustível. De acordo registro em diário de campo, os moradores informaram que as comunidades recebiam visitas semanais do CRAS Móvel, principalmente no período em que o Secretário de Assistência Social era o Júlio Küller. Os moradores ainda frisaram que algumas famílias não tinham acesso ao bolsa família, e a partir do atendimento do CRAS Móvel conseguiram o acesso ao programa.

Conforme exposto no gráfico 16, referente ao acesso à serviços de **assistência social**, os moradores possuem o cadastro único -CADÚNICO, não são beneficiários de programas sociais, e não possuem acesso aos serviços de proteção social básica e especial. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS nº 8.742, de 7 de dezembro de 1992, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Além da previsão na LOAS, o Programa Brasil Quilombola, também prevê no eixo 4, Direitos e Cidadania, o Programa Bolsa Família tendo como público prioritário as comunidades quilombolas. Conforme Pereira (2008, p. 96), é preciso reiterar que a palavra política, que compõe o termo política pública, tem uma conotação específica. Refere-se a medidas e formas de ação formuladas e executadas com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais (e não individuais). A pesquisa demonstra que as comunidades quilombolas do

³⁶ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007, p. 29), as relações sociais são a produção de uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, a produção social é essencialmente histórica. Aqui, trata-se de uma produção social na sua especificidade: a produção capitalista.

município de Ponta Grossa, apresentam demandas legítimas aos serviços de assistência social, no entanto não são atendidas pelo município de Ponta Grossa.

Os dados do perfil socioeconômico, demonstram a falta de intervenção do Estado nesta área, não concretizando os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Assim, torna-se a citação já referenciada nesta dissertação, o que o Estado escolhe ou não fazer. Estas escolhas estatais, são seguidas de graves consequências, sendo elas em âmbito monetário, e a vulnerabilidade social, comunitária, familiar que os moradores das comunidades quilombolas estão sujeitos. De acordo com Souza (2019, p.42),

Pode-se falar de escravidão e depois retirar da consciência todos os seus efeitos reais e fazer de conta que somos continuação de uma sociedade não escravista. É como tornar secundário e invisível o que é principal e construir uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas sim para reproduzir todo tipo de privilégio escravista, ainda que sob condições modernas.

A citação de Jessé Souza, confirma o perfil de sociedade vivenciada e sentida pelas comunidades quilombolas. A primeira reflexão a se fazer é: atualmente não existe escravidão? Considerando que as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, estão expostas ao poder e a vontade política do Estado, atualmente caracterizado por um quadro político nacional racista³⁷ e que gradativamente vem desconstruindo direitos. E partilhando desta condução política a história do município e gestores municipais de Ponta Grossa que durante anos negam implicitamente a existência no processo de construção do município de Ponta Grossa do povo negro e a presença de quilombolas, caracterizando o preconceito velado que estas comunidades vem sofrendo. O segundo ponto, é a negação dos conflitos reais aos quais os quilombolas do município de Ponta Grossa estão expostos: sendo pela falta de acesso aos serviços públicos, os serviços básicos, às políticas públicas que

³⁷ Sobre a temática consultar :

<https://exame.abril.com.br/brasil/raquel-denuncia-bolsonaro-por-quilombolas-nao-servem-nem-para-procriar/>
<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-que-areas-quilombolas-possam-ser-vendidas-22859321>
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507147016_167469.html
<https://www.causaoperaria.org.br/negro-nao-serve-nem-para-procriar-com-bolsonaro-no-poder-e-preciso-reagir/>
<https://www.youtube.com/watch?v=EwmC4mjTCRE>

atendam as demandas dos seus territórios, sendo o conflito de interesse econômico contraditório das grandes propriedades rurais, apresentado na região.

Nesta perspectiva, de construção e formação da sociedade brasileira, o preconceito, a condição de escravo, a desvalorização, as vulnerabilidades presentes no território das comunidades quilombolas, excluem e evidenciam, conforme Souza (2019, p. 97), as classes excluídas em países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploradas.

Conclusão

O processo de pesquisa levou a compreender que a realidade não é estática, e o intuito de pesquisa-la não pressupõe neutralidade. A proposta inicial da pesquisadora referente as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, tinha como objetivo pesquisar somente o acesso destas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que o campo de trabalho da pesquisadora era um Banco de Alimentos. De certa forma, um tema confortável, considerando o envolvimento da pesquisadora em controles sociais de segurança alimentar, em eventos sobre a temática, bem como a realização de pós graduação lato sensu na área. Estar diariamente em contato com a temática segurança alimentar e nutricional, trazia conforto, respostas prontas e imediatas, e pouca reflexão sobre o que de fato limitava as comunidades quilombolas ao acesso à Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O ingresso no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, proporcionou a desconstrução do projeto de pesquisa. A partir das disciplinas obrigatórias do primeiro semestre, Epistemologia e Metodologia em Pesquisa, as percepções da totalidade em que as comunidades quilombolas estavam/estão inseridas encontra-se muito aquém da segurança alimentar e nutricional. Para a construção de um novo projeto de pesquisa foi necessária a busca incessante e minuciosa de uma pesquisa exploratória, para coletar a produção científica sobre comunidades quilombolas e políticas públicas, e ao mesmo tempo reconstruir a proposta do projeto de pesquisa.

Reconstruir um novo projeto de pesquisa exigiu refletir sobre quais seriam as políticas públicas disponíveis, quais serviços públicos precisamos utilizar em nosso cotidiano, e quais as condições temos para acessá-los. Para auxiliar nesse processo de pesquisa, foi essencial as disciplinas eletivas cursadas, como também a disciplina obrigatória, Análise de conjuntura. Durante a construção do projeto refletia-se sobre a dinâmica da realidade, e que durante o processo de construção da dissertação não seria possível adequá-la, mas observá-la em seu processo de construção e reconstrução. Nesta etapa de reconstrução do objeto de pesquisa o processo de orientação da dissertação instigou alguns pontos foram relevantes: refletir sobre os

processos do contexto histórico; as contradições presentes neste processo; quais seriam as possibilidades metodológicas para execução; quais seriam as categorias de análise; como construir o referencial teórico e a problematização. Ao mesmo tempo, visitas de campo foram realizadas para a aproximação junto aos sujeitos de pesquisa, e observação da realidade que as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa vivenciam. Essa trajetória conduziu ao projeto de pesquisa ‘O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa’.

A preocupação central na reconstrução do projeto de pesquisa, era se este estaria avançando no conhecimento científico, e se a proposta daria um retorno social. Para isso a elaboração da problematização precisava demonstrar o que a pesquisadora procurava saber e compreender. Desta forma, os objetivos, geral e específicos, e a metodologia seriam construídos a partir da problematização e construção do objeto.

A problematização da presente pesquisa: como se articula no território das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz do município de Ponta Grossa o acesso às políticas públicas? Qual o perfil socioeconômico das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa? Quais são as demandas sociais das comunidades quilombolas para o município de Ponta Grossa? Quais as estratégias da rede municipal de serviços públicos do município de Ponta Grossa, considerando o território, para o acesso às políticas públicas para as comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz? E sendo o objeto de pesquisa: a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas na perspectiva das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, e da rede municipal de serviços públicos. Para responder ao problema de pesquisa e dos objetivos, a organização de procedimentos metodológicos que orientassem o processo de construção, coleta de dados, e análise crítica da realidade pesquisada. Entende-se que o processo de pesquisa é dinâmico e dialético, e a partir da construção da dissertação e pesquisa de campo, a metodologia também foi reelaborada. Os procedimentos metodológicos utilizados, principalmente a observação participante e o diário de campo, foram essenciais na coleta de dados e análise desta dissertação.

O capítulo 1, **‘Elementos fundamentais sobre a formação da sociedade brasileira’**, propiciou uma aproximação ao contexto histórico da realidade nacional,

buscando desvelar algumas particularidades da formação histórica da sociedade brasileira e o povo negro neste processo. A formação dos quilombos no Brasil, destacou a participação do povo negro na construção da sociedade brasileira, sendo caracterizada pela exploração, violência (física, psicológica, social), abuso de poder e desigualdade social. Somente após o art. 68º, da Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas foram reconhecidas legalmente, como remanescentes de quilombos. No entanto, para este reconhecimento os trâmites pelo INCRA e Fundação Cultural dos Palmares, são necessários. No Brasil apenas 2.879 comunidades quilombolas foram certificadas e tituladas até fevereiro de 2019. Cabe destacar que as declarações do presidente Jair Messias ss, de não titulação de territórios quilombolas, e a reconfiguração dos ministérios por ele determinada, ampliou a estimativa da falta de reconhecimento de terras quilombolas. Como exemplo, os dados demonstrados na tabela 04, no ano de 2004, 101 comunidades quilombolas foram certificadas, e no ano de 2019 até fevereiro, apenas 10. Realizou – se pesquisa exploratória na base de dados da Fundação Cultural dos Palmares, afim de identificar dados atualizados do ano de 2019. A planilha de certidões expedidas pela Fundação Cultural dos Palmares, demonstrou que apenas 40 comunidades quilombolas foram certificadas neste ano, no entanto não estão disponíveis na planilha o número dos processos das comunidades quilombolas no INCRA.

As políticas públicas para quilombolas no Brasil, tem como destaque o Programa Brasil Quilombola. Apesar do PBQ, ser considerado um avanço na área, somente comunidades quilombolas certificadas e tituladas são abrangidas, fator que restringe o acesso ao programa. Não somente este programa, como outras políticas públicas, possuem critérios para o acesso aos serviços públicos, o que acaba demonstrando que estas não são políticas democráticas, mas restritas.

O capítulo 2, intitulado '**O acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz**', permitiu a breve contextualização da história do município de Ponta Grossa, e neste contexto como a literatura utilizada demonstrou a participação dos negros durante este processo. A história das comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, demonstrou a descontextualização com o surgimento dos quilombos no contexto nacional, conforme trabalhado no capítulo 1. Considerando o exposto nesta dissertação referente a história das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, as quais

receberam as terras em forma de doação, aponta a falta de identidade com a construção da história quilombola, a qual é caracterizada pela resistência dos escravos. Além desse aspecto, considera-se que a doação de terras contribui para a fragilidade das relações entre os moradores, bem como o sentimento de pertencimento a história e ao território quilombola.

O objetivo, **‘caracterizar social/economicamente as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, através de perfil socioeconômico’**, desenvolvido no item 2.2, foi realizado a partir da pesquisa de campo. A coleta de dados, juntamente com a pesquisa exploratória e bibliográfica, permitiu identificar e analisar os aspectos da conjuntura singular das comunidades quilombolas e suas principais demandas.

A partir da construção do perfil socioeconômico das comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, identificou-se, partindo dos dados coletados que as famílias moradoras possuem indicadores e vulnerabilidades que propiciam o acesso às políticas públicas. Apesar de, como demonstra a figura 06, da base de dados ‘Mapas estratégicos para políticas de cidadania’, até março/2019, foram cadastradas um total de 66 famílias, sendo que 30 encontram-se em situação de extrema pobreza. Coletar os dados em campo, e refletir sobre as informações coletadas, expressaram uma realidade antagônica e que não pode ser compreendida como fato isolado. As comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, estão localizadas como já exposto no Distrito Rural do Guaragi, em especial na região que estão localizadas encontram-se grandes propriedades rurais, e o Golf Club, instituição frisada pelos moradores. A construção do perfil socioeconômico possibilitou identificar que os moradores das comunidades quilombolas são funcionários dos produtores rurais, e que os serviços públicos básicos (correio, coleta de lixo, água), chegam até o Golf Club somente. Tendo em vista, estes fatores e outros desenvolvidos na presente dissertação, o perfil socioeconômico também expressou a faixa etária dos moradores dessas comunidades, englobando adultos e idosos. Deste modo, durante a observação participante e as entrevistas, identificou-se que os jovens tem procurado outras possibilidades de moradia no meio urbano, sendo para ir em busca de qualificação através da educação, e a procura por melhores condições de trabalho.

Os objetivos, **‘compreender as demandas sociais apresentadas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa para as políticas**

pública', e **'verificar como os quilombolas do município de Ponta Grossa e os representantes dos serviços públicos avaliam a interface entre as políticas públicas'**, foram desenvolvidos a partir da observação participante, diário de campo, e entrevistas.

As demandas sociais das comunidades quilombolas, apresentaram-se em todas as políticas públicas que estavam presentes nas perguntas do formulário. O acesso aos serviços básicos essenciais, como: água, coleta de lixo, escoamento sanitário, e transporte são precários. O primeiro ponto é a falta de acesso a água e escoamento sanitário pela comunidade quilombola Santa Cruz. Como exposto a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa iniciou a construção do poço artesiano, no entanto não foi finalizado, de acordo com os moradores isso ocorreu devido o investimento financeiro ser de alto valor par a quantidade de famílias que moram na comunidade. Na etapa de entrevistas com os gestores públicos, conforme enfatizando, a pesquisadora não recebeu autorização para realização de entrevistas, contudo esta informação não pode ser aprofundada. O segundo aspecto, referente a coleta de lixo e o transporte municipal, serviços que os moradores das duas comunidades quilombolas não possuem acesso a este serviço. Estes serviços são terceirizados pelo município de Ponta Grossa, e no decorrer da construção e do desenvolvimento da dissertação, a pesquisadora não atentou-se em realizar entrevista com as empresas que realizam estes serviços. Tendo em vista, a importância do acesso a coleta de lixo e ao transporte semanalmente pelas comunidades quilombolas, este fato será pesquisado futuramente pela pesquisadora.

A compreensão das comunidades quilombolas, com relação ao acesso aos serviços públicos, limita-se ao fato de onde estão localizadas. Consideram por estarem inseridas na área rural do município de Ponta Grossa e a dificuldade de acesso, uma justificativa para a falta de serviços disponíveis nas comunidades. Entende-se que para o município de Ponta Grossa propiciar uma estrutura completa de serviços públicos dentro do território das comunidades quilombolas não é tarefa fácil, considerando a disposição orçamentária, e as agendas políticas dos gestores. No entanto, o dever do município em buscar estratégias para o acesso dos moradores das comunidades, Colônia Sutil e Santa Cruz, está se cumprindo somente na área da saúde. Os relatos dos sujeitos de pesquisa exposto na dissertação, ainda demonstraram falhas na área da saúde, a falta de regularidade no atendimento, a

dificuldade de acesso aos medicamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, a limitação em acessar os serviços de urgência e emergência, são demonstrativos do abandono em que as comunidades quilombolas encontram-se perante o município. De acordo com Souza (2019, p.87), é que as classes excluídas em países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploradas.

A não autorização para realização de entrevistas com os gestores públicos e/ou técnicos, demonstra o quão vulneráveis encontram-se as áreas rurais do município de Ponta Grossa, tendo em vista a falta de serviços públicos disponíveis nestas regiões. O agravante do território onde as comunidades quilombolas encontram-se, é cercado pela falta de serviços públicos, como também a estrutura rural em volta as comunidades. A pesquisadora considera a região como um retrato social que demonstra a desigualdade social presente no Brasil, de um lado os grandes proprietários rurais e sua concentração de renda, e de outro as comunidades quilombolas, com vínculos comunitários fragilizados, vulneráveis social e economicamente, sendo a mão de obra utilizada pelos ruralistas da região. Jessé Souza (2019, p. 67), considera,

ao desvalorizar as duas posições sociais polares que marcam a sociedade escravocrata, ela vinha valorizar, por conta disso, precisamente aquele elemento médio, que sempre havia composto uma espécie de estrato intermediário na antiga sociedade, que, não sendo nem senhor nem exatamente um escravo, era um 'deslocado', um sem-lugar, portanto.

A presente citação nos remete também ao último objetivo proposto no projeto de pesquisa, '**mapear a rede de serviços públicos as quais os quilombolas do município de Ponta Grossa têm acesso**', este foi demonstrado a partir, principalmente da Figura 06, o qual enfatizou os serviços públicos disponíveis na região urbana do município de Ponta Grossa.

O avanço científico desta dissertação são a exclusividade dos dados e análise, referente a falta de acesso as políticas públicas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa. A resposta social é direcionada, principalmente, ao município de Ponta Grossa. Ponderando, que a coleta de dados

diretamente com os sujeitos de pesquisa proporcionou informações valiosas que podem ser utilizadas pelo município para planejamento de ações para a melhor qualidade de vida das comunidades quilombolas. Este material será entregue em mãos e também apresentado, para as comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz, tendo em vista a relevância do conteúdo, e a possível utilização deste material como forma de argumento para as comunidades quilombolas na solicitação dos serviços públicos para os mesmos.

Por fim, desde o início da estruturação desta dissertação a pesquisadora encontrou dificuldade na seleção do material que trabalhasse exclusivamente a história do povo preto e negro no Brasil. As bibliografias limitam a produção teórica ao período colonial, considerando de certa forma a importância do papel do povo preto na construção e na formação da sociedade brasileira como escravo. No contexto da história de Ponta Grossa esta dificuldade se tornou ainda mais marcante. A bibliografia encontrada descreve uma história de colonização europeia, que com o passar dos anos caracterizou-se pela força de sobrenomes na gestão do município. O processo de pesquisa exploratória e de campo, comprovou o preconceito velado que o povo preto, as comunidades quilombolas sofrem no município de Ponta Grossa. Este preconceito que torna, no que demonstra esta dissertação, famílias moradoras das comunidades quilombolas excluídas do acesso aos serviços públicos; reféns da boa vontade das agendas políticas, sendo nas esferas municipal, estadual, ou federal; e do desprezo político-social a que estão submetidos.

Referências

ABREU, Maria Helena E. **Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto social – liberalismo**. Papel Social: Campinas, 2016.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da ação integralista brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v.6, n.1, p. 67-81, 2006.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 1. **Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm >. Acesso em: 07 jan.2019.

BRASIL. Ato Institucional nº 5. **Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm >. Acesso em: 07 nov.2018.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império no Brasil: carta de lei de 25 de março de 1824**. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf> >. Acesso em: 05 nov.2018.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição Política do Império no Brasil: carta de lei de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >. Acesso em: 03 jan.2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição Política do Império no Brasil: carta de lei de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 04 jan.2019.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição Política do Império no Brasil: carta de lei de 16 de julho de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 07 jan.2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 31 jan.2019

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: 31 jan.2019

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e estabelece parâmetros para elaboração do Plano Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre as ações integradas para execução da Agenda Social Quilombola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm> Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 372^a, de 06 de novembro de 1866. Dispõe sobre a liberdade gratuita dos escravos da nação a disposição do exército. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Dispõe sobre a definição de crimes de racismo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm> Acesso em 31 jan.2019.

BRASIL. Portaria nº 34, de 13 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a certificação de comunidades quilombolas. Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63796804> Acesso em 06 mar. 2019.

BRASIL. Portaria nº 84, de 08 de junho de 2015. Dispõe sobre a lista de comunidades quilombolas certificados. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/C%C3%B3pia-de-Lista-das-CRQs-Certificadas-Portaria-n%C2%B0-84-08-06-2015.pdf>> Acesso em 31 jan.2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL. Fundação Cultural dos Palmares. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf> Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 julho de 2010. Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – 2013 – 2015. Dispõe sobre a integração e ampliação das ações voltadas para os povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/plano-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana/view>> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Dispõe sobre a consolidação dos marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 1.390, de 03 de julho de 1951. Dispõe sobre incluir as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Disponível em:< <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128801/lei-afonso-arinos-lei-1390-51> > Acesso em 11 mar. 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf Acesso em 06 jun. 2019.

CHAMMA, Guísela V. F. **Campos Gerais: uma outra história**. Ed. Pallatti, Santa Maria/RS:2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo/SP: 2000.

CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M.A. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. Revista Lua Nova, São Paulo, v.71, p.173-228, 2007.

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ed. Cortez, São Paulo, 2006.

COSTA, Lucia Cortes. Reflexões sobre cidadania no Brasil. **O Brasil frente aos arranjos espaciais do Século XXI**. Ed. Humanidades, Londrina, p. 157 -188, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaio teórico sobre ideias e formas**. 2.ed.rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: DP&A,2000.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. UNICAMP: Núcleo de estudos de políticas públicas, nº 82,2009.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do estado, 2001.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1971.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, E (org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Ed.Atlas,2011.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da Cidadania**. Ed. Contexto, São Paulo, p. 447 – 467, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

KATUTA, Angela Massumi; SILVA, William Ribeiro. **O Brasil frente aos arranjos espaciais do Século XXI**. Ed. Humanidades, Londrina/PR: 2007.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Revista Serviço Social**. Londrina, v.16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

KOGA, Dirce. O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social. In: V Conferência Nacional de Assistência Social, 2005, Brasil. **Anais...Brasil, 2005**. p. 17-22.

KOGA, D.; ALVES, V.A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social e Saúde**. Campinas, v. 9, n.9, p. 69-81, jul.2010.

LIGUORI, Guido. Estado Ampliado. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Ed. Boitempo, São Paulo, p. 261-264. 2017.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. **A política pública como campo multidisciplinar**. Ed. Unesp, Rio de Janeiro, p. 11-21, 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Vozes. Petrópolis:RJ, 2016.

MIRANDA, Pedro F. M. **Expressões do Poder Local na Materialização das Conferências Municipais de Saúde de Ponta Grossa – 2009 e 2011**. 2014, 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência e escravismo**. Ática. São Paulo, 1993.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução do estudo do método de Marx**. Expressão Popular. – São Paulo, 2011.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica**. Cortez. – São Paulo, 2011.

PARANÁ. Resolução nº 253, de 22 de maio de 2009. Institui sobre o incentivo estadual para comunidade quilombola reconhecida pelo Estado na modalidade fundo a fundo. Disponível em < <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/-1resolucao2009/1Resolucao2532009.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2019

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método, prática**. Vozes: Belo Horizonte, 2001.

PEREIRA, Neuton Damásio. **A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da lei 10.639 no espaço escolar**. 2015, 106 f. Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PEREIRA, Potyara A.R. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. BOSCHETTI, I.; BEHRING, R.E.; SANTOS, S.M.M.S.; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. Ed. Cortez, São Paulo, p. 86-108. 2008.

PINTO, S.; MEZZOMO, F.A. **A formação da comunidade quilombola no Estado do Paraná: experiências do quilombo Sutil**. VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica -EPCT, 2012.

PONTA GROSSA. Lei Municipal nº12.741, de 19 de janeiro de 2017. Dispõe sobre alterações na estrutura do poder executivo e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/leiordinaria/2017/1274/12741/lei-ordinaria-n-12741-2017-dispoe-sobre-alteracoes-na-estrutura-administrativa-do-poder-executivo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 04 dez. 2019

RÊGO, Rubem Murillo Leão. **Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr.**-Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas,SP:Ed. Unicamp,2000.

SANTOS, Danilo M. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de Ater quilombola. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão,2017, p. 1019-1043.

SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L..Território, globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA,C.L.; BASSI,N.S.S. Políticas públicas e desenvolvimento local. Silva,Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, p. 15-38. 2012.

SIQUEIRA, Rosângela Bujokas. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007-2015**. 2017, 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar,2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Ed. Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** Atlas: São Paulo, 1987.

Apêndice A – Questionário de entrevista representantes comunidades quilombolas

Questionário dados gerais sobre a Comunidade quilombola³⁸

Data:

Presidente de quilombo:

Telefone:

Localização:

1. Número de famílias:

População:

2. Dados históricos sobre a comunidade quilombola, Colônia Sutil e Santa Cruz. Como se formaram as comunidades historicamente? Quais foram os primeiros integrantes? De onde vieram e como chegaram aqui? As famílias hoje moradoras da Colônia Sutil e Santa Cruz são descendentes dos integrantes que fundaram as comunidades quilombolas? As comunidades quilombolas estão certificadas?

3. Quais as principais atividades (econômicas, religiosas, costumes, lazer, sociais) desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, Colônia Sutil e Santa Cruz?

4. Como está a infraestrutura interna das comunidades quilombolas? Quais os serviços disponíveis dentro destas comunidades?

5. As comunidades quilombolas possuem associação de moradores ou outro tipo de organização? Se sim, a associação e/ou organização tem caráter formal ou informal? Quem faz parte desta associação e/ou organização? Quais são as finalidades desta associação e/ou organização?

6. Quais os serviços utilizados acessados fora da comunidade quilombola? Quais são as facilidades e as dificuldades para acessar os serviços disponibilizados fora da comunidade quilombola? Os serviços disponibilizados fora da comunidade quilombola são suficientes para o atendimento das demandas? Qual serviço público que apresenta mais demanda pelas comunidades quilombolas?

³⁸ Questionário para os responsáveis pelas comunidades quilombolas

7. As comunidades quilombolas recebem apoio de alguma fundação, organização para orientação e realização de trabalho dentro da comunidade?

Apêndice B – Questionário de entrevista representantes serviços públicos

Questionário com representantes dos serviços públicos

1. Como analisa a presença das comunidades quilombolas no município de Ponta Grossa?
2. Como é realizado o diálogo com as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa?
3. As comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa apresentam alguma demanda específica?
4. Como é realizado o cadastramento das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa para o acesso à serviços públicos?
5. No atendimento realizado existe algum programa/projeto específico para o atendimento das comunidades quilombolas? Se sim, qual e como funciona?
6. Existe algum serviço realizado *in loco* para o atendimento das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa?

Como avalia o acesso das comunidades quilombolas aos serviços, programas públicos? O que poderia melhorar?

Apêndice C – Formulário para Comunidades Quilombolas

Formulário Individual

Questionário nº:

Comunidade quilombola: _____

1. FICHA FAMILIAR		Nome (opcional):					
Data de nascimento:			Local de nascimento:				
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> EFC	<input type="checkbox"/> EMC	<input type="checkbox"/> EFI	<input type="checkbox"/> EMI	<input type="checkbox"/> ESC	<input type="checkbox"/> ESI	<input type="checkbox"/> SE ³⁹
Sexo:	<input type="checkbox"/> FEM	<input type="checkbox"/> MASC	<input type="checkbox"/> Outro:				
Cor/raça:	<input type="checkbox"/> Branca	<input type="checkbox"/> Parda	<input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> Amarela	<input type="checkbox"/> Quilombola		
Religião:	Quantos membros da sua família moram com você: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> mais de 5						
Quadro familiar:							
Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda mensal (valor bruto)	Documentação⁴⁰	Saúde⁴¹	
Renda Bruta total da família R\$				Renda per capita R\$			
2. Infraestrutura:							
Abastecimento de água: <input type="checkbox"/> rede pública <input type="checkbox"/> poço ou nascente <input type="checkbox"/> cisterna <input type="checkbox"/> outro:							
Lixo: <input type="checkbox"/> coletado <input type="checkbox"/> queimado <input type="checkbox"/> jogado em terreno baldio							
Coleta seletiva: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não							
Escoamento sanitário: <input type="checkbox"/> rede pública <input type="checkbox"/> fossa séptica <input type="checkbox"/> fossa rudimentar <input type="checkbox"/> vale a céu aberto <input type="checkbox"/> direto para rio/lago							
Transporte: <input type="checkbox"/> transporte coletivo <input type="checkbox"/> transporte particular <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> outro. Qual? _____							
3. Habitação:							
<input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida <input type="checkbox"/> outro							
Material predominante na moradia:							
<input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira aparelhada <input type="checkbox"/> madeira aproveitada <input type="checkbox"/> taipa revestida							

³⁹ Fazer legenda

⁴⁰ A legenda para inserir na tabela, será: Certidão de Nascimento – CN; Carteira de Identidade e/ou Registro Geral – RG; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Carteira de Trabalho - CT

⁴¹ Identificar as condições de saúde da família. Assinalar doenças físicas, mentais; doenças graves, crônicas ou degenerativas.

--

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MODELO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada ‘Comunidades quilombolas e o acesso às políticas públicas’, sob a responsabilidade da pesquisadora Marli de Freitas Mendes. Nesta pesquisa nós estamos buscando entender quais são as características socioeconômicas das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, quais são as demandas por serviços públicos pelos moradores das comunidades quilombolas Colônia Sutil e Santa Cruz, analisar como os quilombolas e os representantes dos serviços públicos, se ocorrer a necessidade de entrevista, avaliam o acesso aos serviços públicos, e mapear este acesso. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Marli de Freitas Mendes, e será devidamente explicado aos sujeitos de pesquisa nas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa. Na sua participação a (o) entrevistado responderá a um questionário, e conforme critério de seleção de amostra responderá a entrevista. O questionário será com questões fechadas, afim de alcançar objetivo da pesquisa conforme já exposto. As entrevistas serão realizadas através de perguntas semiestruturada e serão gravadas para que a pesquisadora possa explorar todo o conteúdo durante a realização da entrevista. Em nenhum momento você será identificado (a), primando pelo sigilo ético de pesquisa. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. A pesquisa apresenta riscos mínimos. Os benefícios serão (descrever os possíveis benefícios que já foram descritos no corpo do trabalho). Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Marli de Freitas Mendes, pelo telefone (42) 999314439, e no endereço Avenida Carlos Cavalcanti, nº4748, Sala LP 109 do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação – CIPP. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade estadual de Ponta Grossa, endereço Av. Carlos Cavalcanti, nº 4748, bloco M ,sala 116 – B, Uvaranas, Ponta Grossa – PR, telefone (42) 3220 – 3108.

Ponta Grossa, _____, _____, _____.

Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Comunidades quilombolas e o acesso às políticas públicas.

Pesquisador: MARLI DE FREITAS MENDES.

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 03814118.1.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fornecedor Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.067.229

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Comunidades quilombolas e o acesso às políticas públicas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a configuração dos territórios quilombolas do município de Ponta Grossa e sua interface com as políticas públicas.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar socioeconomicamente as comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa, através de perfil socioeconômico.- Compreender as demandas sociais apresentadas pelas comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa para as políticas públicas.- Verificar como as quilombolas do município de Ponta Grossa e os representantes dos serviços públicos avaliam a interface entre as políticas públicas.- Mapear a rede de serviços públicos as quais os quilombolas do município de Ponta Grossa têm acesso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A presente pesquisa apresenta riscos mínimos, devido a garantia do sigilo das informações dos participantes.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Universitário, Bloco M, Sala 116-B
Nome: Universitário **CNPJ:** 84.003.900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3335-3100 **E-mail:** cep@uepg.br